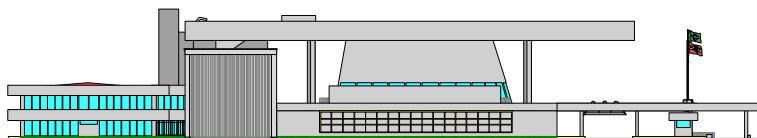


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 08 JULHO DE 2010

NÚMERO 6.188

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2188 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 064ª Sessão Ordinária realizada em 07/07/20102 Ata da 065ª Sessão Ordinária realizada em 07/07/20108 Ata da 022ª Sessão Especial realizada em 07/07/2010, às 19h22</p> <p>Publicações Diversas Atas das Comissões Permanentes27 Aviso de Licitação.....28 Aviso de Resultado.....28 Despacho.....28 Mensagens Governamentais.....28 Ofícios.....32 Projetos de Lei.....32 Redações Finais.....34</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Chiquinho Zenatti - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se aos problemas na avicultura no estado; comenta o decreto de substituição tributária para as microempresas.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Registra a presença de lideranças do município de Jaguaruna.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda as eleições de outubro; refere-se à Medida Provisória n. 0170.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Comenta a crise da empresa Busscar.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Refere-se ao problema da empresa Busscar.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a presença de lideranças de Imbuia; aborda a

melhora na qualidade de vida nos pequenos municípios.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se à audiência pública sobre o setor da agricultura; aborda o Código Florestal Brasileiro.

DEPUTADO RONALDO BENEDET - Defende uma distribuição compartilhada dos tributos nacionais; aborda a necessidade de investimentos na região sul do estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Descanso.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à greve no setor da Saúde.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comenta a política fiscal do governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Inscrito o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje vamos tratar de um tema sobre o qual, inclusive, queremos conversar com a imprensa catarinense, que é a visita, na semana passada, à comissão de Agricultura do ex-ministro Francisco Turra, deputado Reno Caramori, e de outras lideranças do setor da avicultura, da integração catarinense, pois começa a se divulgar uma situação complicada neste setor. E hoje a Estela Benetti divulgou no *Diário Catarinense*, e isso já está sendo falado desde a semana anterior, passando uma visão de que o nosso estado é uma região ruim para investimentos, por uma série de problemas.

No caso da avicultura, da integração, o nosso problema é mais profundo, porque quando as entidades ou os agricultores reivindicam um direito, não podem ser classificados como sendo contra o desenvolvimento do estado. E aí o ex-ministro Francisco Turra fez um papel de embaixador, representando, deputado Sargento Amauri Soares, as grandes empresas que não querem perceber que há um problema profundo no sistema de integração do estado de Santa Catarina. Classificam as entidades, os sindicatos e as

federações que estão reivindicando melhorias e garantias para os nossos agricultores como se estivessem contra o estado ou que aqui não há mais como investir, porque existem problemas e que os agricultores não querem mais trabalhar de graça.

O que é isso? Já na metade dos anos 90 diziam que as indústrias catarinenses iam sair do estado para instalar-se em outros estados. Algumas até foram para Golás e para outras regiões, mas tenho informações muito boas, porque em outras regiões do Brasil não existe uma coisa essencial e importante para o sistema de integração, que são os agricultores familiares.

Às vezes um pai, deputado Décio Góes, dedica-se mais ao aviário, ao chiqueiro das porcas para criar leitão do que à própria família. Exemplo disso é que nós nunca tivemos no Brasil financiamento para a casa do agricultor, mas já havia financiamento para a compra de um aviário completo, inclusive com ar-condicionado. Eu duvido que algum agricultor tenha ar-condicionado na sua casa. Muitos ainda têm casas com frestas largas e quando chega o inverno a gurizada quase morre de frio; e agora o presidente Lula encaminhou um projeto para construir casas. Então, vêm falar que em Santa Catarina ninguém mais quer investir, porque os agricultores estão-se mobilizando? Eles não podem nem mais visitar o vizinho ou ir à igreja porque têm que estar 24 horas à disposição na sua propriedade! E aí não ter justiça? Que sistema é esse? O que está acontecendo?

Então, esse questionamento não é contra Santa Catarina, mas o que se quer é um sistema digno para todos os setores. Não é possível só um lado ganhar! Alguns agricultores vieram dizer-me que fizeram um investimento e que não estava dando para pagar o financiamento, que tinham que pegar dinheiro de outros para pagar a dívida, porque não estava dando. Essa é uma injustiça que tem que ser corrigida no Brasil.

Então, não dá para a imprensa cumprir seu papel ouvindo somente um lado! Por isso, estou propondo, deputado Reno Caramori, nas próximas semanas trazermos aqui também o outro lado, pois queremos ouvir os agricultores, as entidades que os representam para mostrar como é que está a situação.

Não temos dúvida nenhuma de que o sistema agroindustrial seja importante. Agora, ele precisa funcionar para todos, pois não é possível que um setor ou uma parte do sistema pague a conta. Nós temos aqui lideranças do município de Descanso, que nos estão acompanhando, que vivem essa realidade lá também. Agora que há uma parte dos setores que estão bem, não temos dúvida. As agroindústrias sempre trabalharam isso, e 10% eles tratam muito bem para falar bem do sistema, no entanto, mais de 50% têm problemas seriíssimos de renda. É sobre isso que queremos chamar a atenção da imprensa e desta Casa, porque os agricultores estão fazendo a sua parte.

Por último, nós temos um tema aqui, sobre o qual já falei na semana passada, com relação ao decreto da substituição tributária das nossas microempresas, deixando-as numa situação muito difícil com o aumento dos impostos. Ontem, tivemos novamente uma reunião aqui na Casa, e no dia 14 de julho haverá outra na secretaria da Fazenda e nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, defendemos o Simples Nacional, que foi uma construção coletiva das bancadas de todos os partidos na Câmara Federal, juntamente com o governo do presidente Lula.

Então, não concordamos, de forma nenhuma, como os estados aumentaram o imposto para as micro e pequenas empresas. Nós queremos e propomos inclusive que as micro e pequenas empresas se mobilizem para reverter a situação. E não tem que haver meio termo! O governo do estado está propondo a margem do valor agregado e 35% de média. Nós entendemos que a lei do Simples Nacional tem que ser cumprida, pois foi uma grande conquista, e ainda estão sendo feitas adequações. O nosso deputado Cláudio Vignatti, que é o coordenador da Frente Parlamentar Mista de Apoio à Micro e Pequena Empresa, já está trabalhando nessa perspectiva.

Agora, a única saída é cumprir a lei do Simples Nacional para as microempresas de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, gostaria de dar boas-vindas e parabenizar o prefeito do município de Jaguaruna, Inimar Felisbino Constante e o vereador Edenilson Montini da Costa, que estão sempre na luta angariando cada vez mais recursos e benfeitorias para aquele município.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos! Parabéns pela empreitada, principalmente por estarem acompanhados da deputada Ada De Luca.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Inscrito o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, hoje no horário do nosso partido, sr. presidente, vamos falar sobre o início da nossa grande caminhada, que está sendo muito positivo, deputado Reno Caramori.

Quando andamos pelas bases, pelas cidades, ouvimos o apelo popular pela mudança do sistema de gestão, da forma de gerir. Conseguimos ouvir isso principalmente quando se fala com relação à nossa hoje candidata a governadora Angela Amin.

Nós, do Partido Progressista, estamos felizes pela aliança que fizemos, deputados Dagomar Carneiro e Sargento Amauri Soares, com o PDT. Fizemos aliança com o PDT e com o PCdoB, que nos deu a possibilidade de apresentar a Santa Catarina uma chapa vitoriosa, tendo como candidata a governadora uma mulher que tem toda a experiência de ter feito a gestão desta capital por dois mandatos e por diversos anos ter sido considerada a melhor prefeita de capital do Brasil.

Temos a certeza de que com isso e com o nosso candidato a vice, Manoel Dias, o Maneca do PDT, junto aos nossos candidatos a deputado estadual, a deputado federal e também aos nossos dois candidatos ao Senado, Hugo Biehl e Bete Tiscoski, poderemos apresentar uma nominata de gente com seriedade, com responsabilidade e com experiência. E tenho certeza de que Santa Catarina vai poder ter essa maneira de escolha.

Da mesma forma desejamos, com a aliança do Partido dos Trabalhadores, sob o comando da senadora Ideli Salvatti, com a triplíce aliança, com o senador Raimundo Colombo, com o Partido Verde, que tem à frente o nosso joinvilense Rogério Novaes, que

estará sendo candidato a governador, como também com o professor do PSTU e todos os candidatos a governo, uma campanha limpa, com objetivo e, com certeza, com planos que poderão mudar a vida dos catarinenses. Esse é o nosso desejo.

O Partido Progressista, junto com o PDT e com o PCdoB, vai apresentar propostas. Optamos por não ter candidato ou dar apoio oficial a nenhum candidato à Presidência da República. Por quê? Porque com certeza o interesse dos catarinenses está muito mais ligado ao que o governo do estado vai fazer do que ao que o governo federal vai fazer. Entendemos que é preciso conversar sobre soluções que vão diretamente ser relacionadas à vida dos catarinenses, como a questão da saúde, da segurança, da geração de emprego e renda e tantas outras coisas que precisamos discutir no nosso estado. Coisas que com certeza, seja em São Miguel d'Oeste, em Laguna, em Garuva, em Itapoá ou São Cristóvão do Sul, precisam estar relacionadas à vida dos catarinenses.

É preciso conversar aqui e colocar na discussão dos candidatos a governo a questão da Lei n. 254, a questão dos policiais militares. Precisamos colocar aqui na discussão do governo não só a questão da saúde, dos exames com especialidades médicas ou exames de alto custo, mas precisamos colocar aqui o atendimento ao cidadão onde ele mora. Não é criando secretarias regionais e não dando espaço para que as pessoas possam ser atendidas, mas criando atendimento. O cidadão deve ser atendido onde ele mora.

Na segunda-feira, acompanhei em Criciúma o primeiro debate que houve - acompanhei pela *internet* - com o Adelar Lessa, se não me engano na rádio *Som Maior*. E agora, na sexta-feira, vai haver mais um debate na rádio *CBN Diário*, sexta-feira, depois de amanhã, pela manhã. Ou seja, depois desses debates nós começaremos a ver e ouvir o que cada candidato acha.

Fiquei feliz da vida, porque ouvindo o debate vi que veio à tona um projeto de lei de minha autoria, mas todos os deputados participaram, e a importância que tem um projeto de lei recriando as regiões metropolitanas em Santa Catarina.

Fiquei feliz em ver os candidatos a governador falando da importância que é ter as regiões metropolitanas. E esta Casa participou, efetivamente, desse processo. Fiquei aqui desde 2007 até o final do ano passado, quando nós tivemos a votação, depois de um parecer negativo da comissão de Constituição e Justiça em que quase enterraram o projeto. E depois de tanta discussão em que os 40 deputados participaram, nós viemos aqui e conseguimos aprová-lo.

Por isso digo, com o maior respeito a todos os parlamentares, que aprovamos uma lei que vai com certeza também fazer parte das discussões dos temas relacionados aqui, neste Parlamento e neste estado.

Também quero fazer um alerta aos nobres funcionários públicos que estão aqui há muitos dias fazendo vigília, dia e noite, para que pudéssemos fazer o que fizemos ontem, a derrubada do veto à Medida Provisória n. 0170: atenção! Nós só cumprimos uma parte. E já ouvi que o governo vai entrar com uma Adin, já ouvi. Agora, eu entendo que o trabalho exemplar que vocês fizeram aqui, terão que fazer também no Centro Administrativo. Tem que ficar lá, com o mesmo "bafão no congote", como dizem no ditado popular. O que vocês fizeram junto com os deputados aqui tem que ser feito lá no Executivo, agora, para que o Executivo respeite a questão da isonomia. Nós precisamos ter isso.

Então, parabéns a todos vocês!

Agora vocês têm mais uma parte, que é a parte em que vocês estarão lá discutindo com o Executivo.

Por isso, muito obrigado a todos vocês que fizeram com que cada deputado, menos oito, conseguissem ver a possibilidade de termos um tratamento igual para todos os nossos servidores públicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, uma saudação, a exemplo do que fez o deputado Kennedy Nunes, aos servidores públicos, dedicados, honrados.

Após, deputado Pedro Uczai, muitas semanas, meses, de luta, de interação com os deputados, ontem fizemos justiça, finalmente, derrubando o veto e criando condições legais para que os servidores possam ter as suas gratificações.

Deputado Kennedy Nunes, v.exa. também esteve em Brasília comigo. Estivemos lá, naquela memorável manifestação dos servidores, para tentar sensibilizar o governo federal.

Deputado Pedro Uczai, com todo respeito que tenho ao governo federal, que se tem comportado bem, o governo Lula tem feito um bom governo, e disse isso ontem numa reunião, em vários aspectos. Em termos de formação profissional, escolas técnicas federais, universidades, Joinville foi contemplada com universidade. Mas no que diz respeito, deputado Kennedy Nunes, ao caso da Busscar Ônibus S/A, em Joinville, deputado Pedro Uczai, se o senhor fosse o prefeito de Joinville, v.exa. teria tido um comportamento diferente.

Neste momento está sendo realizada uma assembleia, deputado, na Busscar. Uma assembleia que poderá tirar uma deliberação pelo pedido de falência dessa montadora de ônibus do Brasil, que já foi a primeira. Agora a primeira é Marcopolo. E parece que existe outra na região do Paraná. Mas a Busscar não está produzindo mais nada e poderá fechar as suas portas.

Ela já chegou a produzir cinco mil ônibus por ano, já chegou a faturar quase R\$ 2 bilhões por ano. Diretamente já teve cinco mil funcionários e indiretamente 450 e mais 500 empresas que prestavam serviços.

O Brasil vai perder uma montadora de ônibus, Empresa de Ônibus Busscar, que tem excelência, que tem contratos, ônibus vendidos, que tem tecnologia, tradição, história, mas não pode produzir

Deputado Pedro Uczai, o governo federal deve R\$ 600 milhões de crédito de IPI para a Busscar, transitado em julgado. Mas ele não pagou e alega questões jurídicas, enfim.

Agora, eu quero enaltecer o jovem presidente Barack Obama, deputado Reno Caramori, quando a Chrysler quebrou, quando a General Motors quebrou, deputado Pedro Uczai. O que o Barack Obama fez? Ele socorreu as montadoras. Tirou dinheiro do caixa e falou: aqui no meu país montadora não quebra. "Ah, mas essa é uma atitude de intervenção do estado na economia." "Não interessa. O importante é não quebrar." E socorreu, deputado Jailson Lima. Todos nós tomamos conhecimento disso.

O governo Lula não poderia ter deixado a Busscar quebrar. Daqui a alguns dias isso já estará praticamente consumado. Infelizmente, é lamentável esse fato para Joinville, para Santa Catarina e para o Brasil. Nós vamos perder uma montadora de ônibus de cinco mil ônibus por ano. Isso é um absurdo!

O prefeito Carlito Merss deveria ter pego os servidores da Busscar, a diretoria e marcado uma audiência com o governo Lula, porque talvez o presidente Lula nem saiba o que está acontecendo. Deveria ter ido a Brasília, junto com os funcionários, porque ele é o comandante da cidade. E arrisco a dizer que ele foi o mais votado para prefeito na Busscar, porque ele ajudou no episódio passado. Mas não fez nada. Omitiu-se. Criticou. Criou confusão na imprensa, e o deputado Kennedy Nunes é prova disso. Falou mal da Busscar. Mas não é por aí! Ele tinha que ter ido, ele é o chefe da cidade, porque o governo Lula é um trabalhador, é sensível. Mas levaram as coisas distorcidas para Brasília.

Resumindo, o projeto não andou, e a Busscar poderá fechar as suas portas ainda hoje ou talvez daqui a poucos dias. Infelizmente, só um milagre salva a Busscar.

Lamento, deputado Pedro Uczai, deputado Kennedy Nunes, profundamente! Profundamente!

Agora, isso não vai ficar assim. Não vai ficar assim. Vamos fazer um ato público em Joinville. Não vamos perdoar os responsáveis. Inclusive, disseram na imprensa, e foi verdade, em 2004, que o então prefeito Carlito Merss ajudou. Na época, o José Dirceu era da Casa Civil e também ajudou. Foram emprestados R\$ 30 milhões do BNDES para a Busscar, que pagou R\$ 32 milhões, desses R\$ 30 milhões, e ainda deve R\$ 38 milhões. É um dinheiro caro, que ajudou a salvar a Busscar, mas é um dinheiro caro. Quer dizer, não foi favor nenhum que foi feito para a Busscar. Agora, precisamos de mais dinheiro do BNDES e não conseguimos em lugar nenhum. Nem o acordo do Projeto Guatemala, pois as coisas não andaram.

Deputado Nilson Gonçalves, estamos falando na Busscar, pois lamentavelmente poderemos, no dia de hoje, perder essa grande montadora de ônibus em Santa Catarina e no Brasil.

Barack Obama deu o exemplo. E o governo Lula deveria ter socorrido a Busscar.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Darci de Matos, eu não conheço a realidade, mas certamente os problemas que levaram a Busscar a essa situação, que v.exa. tão bem relata, não foram somente pelos recursos que estão retidos e em discussão, porque várias empresas que trabalham com exportação também têm esse problema, que não é um problema do governo Lula, já é um problema antigo que nós temos no país, a questão do IPI da exportação.

Então, temos aqui a nossa solidariedade. Inclusive, estou tentando ligar para o prefeito Carlito Merss, para saber os encaminhamentos que foram dados, para podermos aqui relatar, mas queríamos apresentar a nossa solidariedade à empresa e o nosso esforço, para que possamos buscar soluções. Nem sempre, já que mistura questão judicial com governamental, é o que desejamos. Mas certamente todos os problemas não estão localizados só nessa questão, deve haver outros problemas de gestão...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital, pela TVAL, os que estão aqui, nas galerias desta Casa, minha saudação muito especial à vereadora Lialda Lemos Elizandro, de Tijucas, que acompanha os nossos trabalhos, aos vereadores Evaldo Erhardt e Jarmas Machado, de Imbuia, também aos companheiros Cleiton, Jaime da Silva e Pereira, bem como ao vice-prefeito Alsoni Brito, que acompanham os trabalhos legislativos desta Casa.

Aliás, como todos os deputados, nós também temos caminhado pelo estado de Santa Catarina, visitando os ditos municípios pequenos, de quatro mil, cinco mil, seis mil habitantes, ou menos, e vimos a crescente qualidade de vida que a nossa população tem. Se compararmos esses municípios com 20 anos, 30 anos atrás, percebemos aí uma grande mudança na qualidade de vida dada pela prestação dos serviços de energia elétrica, com estradas melhores, escolas, postos de saúde, dedicação dos prefeitos, que quando não resolvem problemas de saúde no município transferem os pacientes, levam-nos para as regiões metropolitanas, para poderem ser melhor atendidos. Enfim, percebemos verdadeiramente que existe um mutirão social, um mutirão de todas as forças, de todos os partidos políticos, justamente para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O que primeiro melhorou essa qualidade de vida foi o trabalho dos catarinenses, o trabalho de cada um, mas temos que ter um reconhecimento especial aos nossos empreendedores.

Quantos pequenos e microempresários vejo lá em Brusque, na minha cidade!? Em Botuverá, Guabiruba, Gaspar, Blumenau, encontramos pessoas que aos 50 anos, 52 anos, 56 anos se aposentam. E já que estão aposentadas iniciam aí uma fábrica.

Em Brusque, na minha cidade, por exemplo, temos a Tecelagem Atlântica, hoje uma empresa com mais de 1.500 funcionários. Quando o seu dono, Antônio Ogliari, aposentou-se da querida empresa Schlösser, de Brusque, resolveu começar uma pequena fábrica, com alguns teares, para fazer toalhas, paninhos de louça. Foi crescendo, foi crescendo, e hoje é uma grande empresa que atende ao mercado nacional, ao mercado da Argentina, ao do Chile, ao da América Latina. Enfim, uma empresa que ultrapassou os limites do estado e do Brasil. E isso foi graças ao empreendedorismo, à coragem dele. E sei que existem milhares em Santa Catarina que fizeram e fazem exatamente isso.

Mas existe um terceiro ponto muito importante que é justamente o governo estar perto da população, como o governador Leonel Pavan está fazendo, pois tem caminhado praticamente todos os dias nas cidades, nas mais variadas regiões, inaugurando obras, entregando ordem de serviço, constatando a realidade, contatando com as pessoas, sentindo os seus anseios, os seus sonhos e tentando encaminhar as soluções para os inúmeros problemas, para conseguir a melhoria da qualidade de vida.

Estive, na semana passada, na região de São Lourenço do Oeste, de Ipuacu, de São Domingos e de Xanxerê e acompanhei algumas visitas do governador, caracterizando justamente um governo que incentiva o

desenvolvimento, principalmente nas cidades de maior carência.

Por outro lado, a região das cidades de Vidal Ramos, Imbuia, Leoberto Leal e Ituporanga, com quatro, cinco mil habitantes cada uma, que ficou estagnada por muito tempo, agora está recebendo uma das maiores empresas produtoras de cimento da região sul do país, que vai atender ao mercado de Santa Catarina, do Mato Grosso, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Seguramente, Vidal Ramos, Imbuia, Leoberto Leal, Alfredo Wagner e todas as cidades do entorno experimentarão um grande desenvolvimento econômico e social. As pessoas daquela região, que já viviam bem, agora viverão melhor, em face dos inúmeros investimentos em estradas e em energia elétrica.

Quero reconhecer a atitude do governo, a sua intenção de desenvolver Santa Catarina por inteiro, mas dedicando-se principalmente às cidades menores, aos projetos empreendedores, notadamente naqueles municípios com baixo IDH.

Sr. presidente, ontem me informaram que muitas universidades de Santa Catarina estariam pressionando os acadêmicos porque o governo não teria repassado os recursos referentes ao art. 170. Garantiu-me o professor Silvestre Heerdt, secretário da Educação, que foram repassados mais de R\$ 3 milhões esta semana às universidades. Mas há algumas que o dinheiro está na secretaria porque existe algum débito, alguma CND em atraso.

De forma que deixo o meu pedido aos reitores das universidades, esses que são beneficiados pelo art. 170, que regularizem a sua parte contábil para poderem receber esses recursos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, vou dividir o tempo do partido com o deputado Manoel Mota.

Deputado Reno Caramori, quero reportar-me ao que falava o deputado Dirceu Dresch, sobre uma audiência pública que aconteceu na semana passada, na quarta-feira, na qual estiveram presentes o Sindicarne e o ex-ministro da Agricultura, ex-deputado Turra, uma pessoa por quem tenho um profundo respeito em função do seu conhecimento das questões agrícolas, em função da pessoa que ele é, em função do trabalho que ele fez e está fazendo para o Brasil, já que vende o nosso produto para o mundo todo.

Também esteve presente o presidente do Sindicato dos Agricultores, representado pelo seu secretário, e o presidente da Cooperavisu, representando os seus cooperados, ou seja, os produtores integrados da Perdigão. Num determinado momento estive lá também o secretário da Agricultura do estado, Enori Barbieri.

Foi uma pena e lamento profundamente que justamente no momento da audiência pública estivessem sendo realizadas as convenções partidárias.

Coloquei, naquela oportunidade e volto a dizer aqui, que temos algumas questões que precisam caminhar juntas. Eu não conheço uma agricultura desenvolvida sem uma indústria desenvolvida. Não adianta produzirmos suínos e frangos se não houver quem industrialize. E para ter alguém que

industrialize, é preciso que haja também alguém que produza.

Num determinado momento daquela audiência pública, realizada pela comissão de Agricultura da Casa, surgiram posições afirmando que a produção e a industrialização não precisam andar juntas. Deputado Pedro Uczai, v.exa. que é um oestino que sempre acompanhou as ações da agricultura, se não tomarmos cuidado, Santa Catarina poderá ser um estado de preservação. Não estou preocupado se a indústria vai sair do estado, se o produtor vai deixar de produzir, temos que nos preocupar com o setor. Enquanto, deputado Jailson Lima, outros estados têm flexibilidade para atrair investimentos, o nosso estado só cria dificuldades. Uma vez é a Fatma; de outra feita é o Ibama; numa terceira ocasião é o Instituto Chico Mendes.

Se analisarmos bem, veremos que grandes investimentos deixaram de acontecer no oeste do nosso estado porque a estrutura oferecida pelas cidades que ficam às margens da BR-101 é muito mais favorável do que aquela que podemos oferecer no interior do estado.

Na referida audiência pública foi colocado o que estamos produzindo, de que forma estamos vendendo e como precisamos vender. E uma das coisas que mais marcaram, deputado Peninha, v.exa. que é presidente da comissão de Agricultura, é que a indústria deve apresentar uma proposta que atenda à necessidade do nosso produtor.

Todos sabem que o nosso produtor está envelhecendo, que a sua propriedade está ficando precária, que aquilo que ele ganha não condiz com a realidade. Muitos não sabem, porém, que para engordar um suíno de 100 quilos o produtor integrado ganha R\$ 10,00 ou R\$ 12,00. É muito pouco! Por outro lado, temos que ver que o setor que está pagando também precisa sustentar-se, mas que o faz, às vezes, em cima do lombo daqueles que produzem.

Eu tenho obrigação de defender o produtor por estar ligado diretamente a ele, mas tenho que ter consciência de que para haver um produtor forte é preciso oportunizar que a indústria seja sustentável.

Então, em momento algum, procuramos esconder a verdade naquela audiência pública. Aliás, propus isso porque acho que as coisas têm que ser transparentes, deputado Reno Caramori. A indústria precisa mostrar os seus lucros, a indústria precisa dizer por que não pode pagar mais. Mas para isso ela precisa ouvir o nosso produtor, por isso o nosso produtor precisa participar.

Assim, é com essa intenção, com essa vontade que sempre vou procurar viabilizar os implementos aos nossos produtores, a fim de que a propriedade agrícola tenha facilidade para se estruturar.

Ninguém aqui é favorável à poluição, à destruição do meio ambiente, mas temos que ter a consciência de que temos que dar oportunidade para que as pessoas preservem.

Eu assisti ontem, deputado Décio Góes, à votação, em Brasília, na comissão de Constituição e Justiça, se não me falha a memória, do novo Código Florestal Brasileiro. Depois, pelas perguntas feitas numa emissora de TV ao relator da matéria, deputado Aldo Rebelo, parecia que havia sido aprovado um relatório e que a partir daquele momento começar-se-ia a destruir a Amazônia. Não é verdade! Trata-se de um relatório que ainda vai ser discutido e que é fruto da auscultação da população brasileira, um relatório que vem ao encontro daquilo que a nação quer, um relatório que vem ao encontro daquilo que votamos em Santa Catarina.

Depois que aprovamos o nosso Código Ambiental não vi ninguém desmatar mais do que já haviam desmatado, mas vi as pessoas com mais consciência de, pelo menos, aplicar aquilo que é possível dentro de uma propriedade pequena, de 10ha.

Então, essa é a minha fala, esse é o meu pronunciamento. Temos que ter cuidado ao fazer interferência com o chapéu dos outros; temos que ter consciência de que o meu direito termina quando começa o direito do outro cidadão.

Sr. presidente e srs. deputados, se Santa Catarina tem uma grande produção de suínos, de aves, se Santa Catarina é o 5º produtor de alimentos do país com apenas 2,12% do território nacional é porque tem uma agricultura forte, é porque tem agricultores que não têm preguiça, mas também porque tem indústrias competentes, que sabem fazer o seu trabalho.

É claro que não podemos pagar pela ineficiência da indústria, pela incompetência da indústria, ela também tem que ser competitiva, ela também tem que diminuir os seus custos e ter direcionamentos que possam gerar lucro sem que seja sobre o lombo do nosso produtor. É aliando os dois setores que vamos preservar o modelo de agricultura que Santa Catarina tem, o modelo da pequena propriedade, deputado Reno Caramori, pois se nos descuidarmos, ele poderá ruir.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ouço v.exa., embora o restante do tempo deva ser ocupado pelo deputado Ronaldo Benedet.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado, não concordo é com esse discurso que está na imprensa, esse discurso derrotista, de que se não fizermos do jeito que querem, irão embora. Isso compromete a democracia, porque se os pequenos produtores rurais não puderem apresentar as suas reivindicações, as suas angústias e mostrar que é necessário que se reveja a cadeia produtiva, estará comprometida a liberdade. Se cada vez que o pequeno produtor disser que não está satisfeito, os tais empreendedores ameaçarem ir embora, praticamente estará caracterizada a escravidão.

Então, esse discurso em Santa Catarina está muito nessa linha e acho que há motivo para isso. Somos um estado grande produtor, exemplo para o país e não podemos escravizar o pequeno produtor. Ao contrário, temos que ouvir o que ele está dizendo, porque ele está dando um sinal de alerta de que não está aguentando mais do jeito que as coisas estão.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - É claro, deputado Décio Góes, que a indústria deve ouvir o produtor, até porque integração quer dizer união, interação. Se eu sou integrado de uma indústria é porque participo dela, mas ela também tem que participar da minha atividade.

Agora, temos que ter o cuidado de não aceitar pressões do tipo: "Vamos sair daqui"; temos que ter o cuidado de fazer com que as indústrias permaneçam e que novas se instalem e não complicar, não arrumar empecilhos que as forcem a sair do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Srs. deputados, é uma satisfação estar aqui ocupando o horário do PMDB, partido do qual tenho orgulho de ser membro desde o antigo MDB. Estou filiado ao MDB desde os 19 anos de idade, já estou com 54 anos, deputados Moacir Sopelsa e Valdir Cobalchini, e entendo que precisamos fazer mudanças na política brasileira.

O nosso partido é o responsável pela democracia brasileira e do nosso partido nasceram vários outros, que também buscaram avanços para o Brasil, mas nasceram dentro do PMDB.

Agora precisamos mudar também. O nosso partido precisa fazer uma revisão, porque quem construiu a Constituição do Brasil foi o PMDB. Nós tínhamos a maioria dos deputados no Congresso Nacional, fizemos a Constituinte cidadã e a partir dali não tivemos mais mudanças, mas avanços políticos.

Por isso tenho dito que sou parlamentarista e se um dia for deputado federal estarei no Congresso Nacional, deputado Genésio Goulart, defendendo o parlamentarismo, porque tenho consciência de que a evolução política, o aprofundamento da política, o aprofundamento da democracia no Brasil se darão através dessa forma de governo, como ocorre nos países mais avançados, nos países desenvolvidos do mundo.

O pacto federativo. Falei aqui ontem que é impossível um país desenvolver-se quando as pessoas moram nas cidades, mas os municípios ficam com 12%, 13% da arrecadação dos tributos no país. Os estados ficam com 22%, 23% e a união, com 65% da arrecadação nacional de tributos. Isso é injusto e não é possível fazer uma boa gestão de governo se não tivermos uma mudança nesses percentuais, numa distribuição compartilhada e mais justa: 30% para os municípios, 30% para o estado e 40% para a união.

A união precisa fazer o seu dever de casa neste estado, deputado Genésio Goulart, porque o nosso desenvolvimento está sendo atrasado, principalmente o da região sul, porque a BR-101, construída há 40 anos, ainda não foi duplicada. Há seis anos vivenciamos as obras da duplicação da BR-101 e os percalços estão cada vez maiores. É preciso terminar a BR-101, mas enquanto não for mudado o pacto federativo, o dinheiro continuará com a união.

A BR-101 precisa ser terminada sob pena de comprometermos o desenvolvimento da região sul do estado. Precisamos terminar também o aeroporto de Jaguaruna. A região sul não tem um aeroporto que lhe dê condições de abrigar grandes investimentos, negócios de grande valor, que fazem a pujança da economia brasileira.

O Brasil está entre os quatro países que mais crescem no mundo, ou seja, fazemos parte do Bric, formado também pela Rússia, pela Índia e pela China. Como vamos fazer negócios se não temos aeroporto? Quem vai pegar um avião até a capital e daqui viajar de carro, pela BR-101, até aquela região? Nós vivemos uma aventura todos os dias para ir ao sul catarinense. A verdade é que grandes negócios não se instalam lá porque não há aeroporto e é por isso que o aeroporto de Jaguaruna precisa ser terminado urgentemente.

O deputado Moacir Sopelsa falou sobre avicultura e sobre suinocultura, e quero dizer que já existem em nossa região três empresas que produzem frangos. O Brasil é o maior exportador de frangos do mundo; Santa Catarina é o maior exportador do Brasil; por isso precisamos da ferrovia litorânea para trazer milho do Mato Grosso, do centro do Brasil, onde custa R\$ 8,00 o quilo, pois na nossa região custa R\$ 21,00.

Sr. presidente, temos ainda que terminar o porto de Imbituba, o porto mais

competitivo do Brasil, de menor custo operacional. As obras não podem ficar paradas no meio do caminho por causa de situações ambientais, muitas vezes questionáveis, pensando se o barulho vai acordar as baleias ou não. A cidade de Imbituba já foi um local de caça às baleias, mas agora foram para o outro extremo, chegando ao ponto de impedir uma obra que vai gerar desenvolvimento à nossa região.

A BR-101, o porto, o aeroporto e a ferrovia litorânea, de Imbituba a São Francisco do Sul ou Joinville, são as metas que precisamos atingir. Precisamos da ferrovia litorânea para ir de Imbituba a São Francisco do Sul ou Joinville, integrando, dessa forma, a região de Tubarão, deputado Genésio Goulart, com o Brasil. Se assim não procedermos, comprometeremos o desenvolvimento da região sul em relação à economia nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Não há matéria constante na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com muita alegria nós queremos desejar boas-vindas a dois companheiros, o vereador Clair Alfonso Peres e o presidente do PT, Fernando Antunes, de Descanso, minha terra natal. Desejamos a eles uma boa estada no Parlamento catarinense neste dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos, porque a próxima visita ao deputado Pedro Uczai será em Brasília, no ano que vem.

Queremos saudar os alunos da Escola de Educação Básica Paulo Zimmermann, do 3º ano do ensino médio, que estão aqui acompanhados do vereador José Eduardo Rothbarth Thomé. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa, vindos da querida capital do alto vale. Cabe registrar aos telespectadores da TVAL, que é uma turma predominantemente feminina, não há homens ali no meio. Como este é o ano das mulheres, que Deus abençoe a todas.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu até deixei para falar em Explicação Pessoal, justamente para ter tempo de ler a carta inteira de uma servidora da Saúde, que expressa um pouco da realidade do serviço público no estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Excelentíssimo senhor deputado

Peço dois minutos da sua atenção para um breve relato, diante da situação em que passa a saúde em Santa Catarina, especialmente os trabalhadores do setor que efetivamente colocaram a mão na massa, como esta que vos escreve.

Tenho 40 anos, dentre os quais 23 dedicados à saúde, área que sempre me interessou desde a infância e pela qual me apaixonei ainda jovem. Meus pais sempre me diziam que para trabalhar com doentes é preciso ter vocação e muito amor ao ser humano, eles tinham razão. Com base nestes princípios exerci e exerço minhas atividades acreditando poder contribuir para minimizar o sofrimento das pessoas, e quando isso não for possível pelo menos tratá-los de forma digna para que não se sintam desamparados.

Durante estes anos, nunca participei ou até mesmo simpatizei com movimentos de greve,

paralisações, qualquer coisa que pudesse tirar meu foco daquilo que sempre me propus a fazer. Porém nos últimos tempos muitas coisas estão fazendo com que eu reavalie a minha vida profissional.

Nos últimos seis anos em que atuo como técnica de enfermagem em hospital, percebo que as condições técnicas para a prestação dos meus serviços aos pacientes têm piorado na grande maioria dos aspectos. Faltam leitos, equipamentos, remédios, material hospitalar e de limpeza, falta treinamento e pessoal motivado para ajudar a fazer o serviço.

Alguns exemplos:

Falta de material: eu uso uma luva tamanho pequeno, pois sou mulher e minha mão é pequena, mas muitas vezes só temos disponíveis luvas de tamanho grande (para homens). Então sou obrigada a utilizar estas luvas folgadas, conseqüentemente não tenho a mesma segurança ao manipular um instrumento ou material, colocando em risco a minha vida e a de terceiros.

Trabalhando com instrumentos cortantes e com falta de sensibilidade/ato, por diversas vezes já me feri. Coisa pouca, bobagem, há quem diga, mas com saúde não se brinca.

A sobrecarga de trabalho dos meus colegas: Muitos colegas não conseguem manter-se apenas com o salário do hospital, então para sobreviver fazem hora plantão e trabalham também em outros locais, emendando plantões, trabalhando às vezes 36 horas direto ou até mais para poderem somar aos seus salários e sustentar com dignidade suas famílias.

No meu caso em particular, não me vejo forçada a fazer tais loucuras (meu companheiro não trabalha na saúde), mas vivencio esta situação de estresse trabalhando ao lado de quem protagoniza tal situação.

As vezes me pergunto: como pode um profissional fazer o seu trabalho com segurança após 36 horas de pé? O quanto aumenta o risco de ele cometer algum erro estando sob tais condições?

Eu não quero correr o risco de ser atendida por alguém nestas condições, mas será que os nossos pacientes têm opção?

Situação salarial: quando iniciei minhas atividades no hospital que hoje trabalho, meu salário era equivalente a pouco mais que dois salários mínimos. Hoje, passados mais de seis anos, o meu salário é de um pouco menos que dois salários mínimos (que legal). Mas o governo deu um tal de abono, migalhas que somadas ao salário mal repõem o que a inflação comeu. Na iniciativa privada é proibido o pagamento de valores não incorporados ao salário, já o governo não quer incorporar os abonos (as tais migalhas) ao salário, garantindo com isso um futuro ainda pior para os trabalhadores, que terão uma aposentadoria ainda mais miserável.

Alguém precisa dizer ao governo que nós trabalhadores não precisamos de esmola, nem esperamos qualquer tipo de reconhecimento que não seja a justa remuneração pelos nossos serviços.

Estas e muitas outras situações, me fizeram aderir ao atual movimento de paralisação dos funcionários da Saúde. Agora talvez eu entenda melhor aquele espírito que motivou tantas classes trabalhadoras e estudantes deste país a lutarem por melhores condições, respeito e dignidade.

Sabemos que sem luta não há conquista, e estamos dispostos a mudar esta situação.

Senhor deputado" (e ela escreveu isso a todos nós, aos 40 deputados), "caso vossa excelência sinta-se sensibilizado com a nossa causa, peço que de alguma forma prática nos apoie, para que juntos possamos mudar esta triste realidade, para o bem da sociedade catarinense.

Cordialmente

Uma servidora pública da Saúde de Santa Catarina."

Essa servidora trabalha no Hospital Governador Celso Ramos. A greve já acabou, como falei ontem. E inclusive agradeço aqui aos deputados, autoridades do governo, deputados da base do governo e da oposição que trabalharam, contribuíram para que houvesse uma negociação na última sexta-feira.

Mas é preciso que façamos uma reflexão sobre esta carta que chegou às minhas mãos, hoje, porque o senso comum, a ideia comum, aliás muito difundida pelos principais e grandes meios de comunicação, é de que o servidor público não se preocupa com a instituição, com o seu serviço e com a sociedade. E na maioria dos casos isso não é verdade. Ou seja, a maioria dos servidores se preocupa com o que faz, quer fazer bem o seu serviço, quer poder ir para casa no outro dia e falar para os filhos, a esposa ou o marido, o pai, a mãe, o vizinho e a comadre que no dia anterior, durante o serviço, salvou uma vida, ajudou uma pessoa.

Isso vale para os trabalhadores e trabalhadoras da Saúde, para os policiais e bombeiros e inclusive para os agentes prisionais. Isso vale para quem trabalha no Magistério e para quem trabalha em outra área do serviço público. Todo ser humano quer ser útil para os seus. Todo ser humano precisa se sentir útil para não se tornar um cinico e um canalha.

Infelizmente, no estado, no poder público, entre os comissionados, há muito oportunista que suga, que parasita o serviço público. Eu não estou xingando aqui os comissionados, há muitos que trabalham com empenho, 18, 20 horas por dia para tentar resolver os problemas. Mas há muito parasita, isso ninguém pode negar, que nem sabe o que está fazendo, que não conhece a instituição que está comandando, que não sabe o sacrifício da atividade profissional dos servidores públicos. Não há um policial, um bombeiro, um agente prisional, um professor, uma professora, um técnico, um enfermeiro ou qualquer profissional que exerça um labor que não queira se sentir útil no sentido de resolver os problemas da sociedade, os problemas dos seus iguais.

Infelizmente o estado, como instituição, nas esferas federal, estadual e municipal, está dentro de uma filosofia embutida há mais de 20 anos por organismos internacionais como o Banco Mundial, no chamado Consenso de Washington, que ainda não foi varrido da face da terra, de dizer que servidor público é malandro, que é preciso privatizar, destruir e passar o serviço para um grupo de amigos de uma empresa privada. Estão fazendo isso na saúde pública do estado de Santa Catarina. Estão privatizando a própria segurança.

É cada vez maior o número de vigilantes privados. É cada vez maior a precarização do trabalho. É cada vez maior o esvaziamento do serviço público, para prejuízo de 70% da população que não tem dinheiro para pagar plano de saúde privado, segurança privada e escola privada. Aliás, era preciso criar um projeto de lei dizendo para o deputado, o vereador, o senador, o secretário de estado, o governador colocar o seu filho em escola pública, porque aí valorizariam o serviço público, fortalecendo...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima)

- Gostaria de saudar os alunos do colégio Paulo Zimmermann, juntamente com o apreço e o carinho do deputado Peninha, da região do Alto Vale.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI -

Quero cumprimentar os nossos visitantes, 99% do sexo feminino, mas há alguns meninos, sr. presidente.

Senhores deputados, ao ler o jornal, hoje, pela manhã, porque recebo *A Notícia* todos os dias às 6h, na minha casa, e leio, porque me interessa, lendo a coluna do renomado jornalista Cláudio Loetz, na coluna Livre Mercado, deparei-me com uma grande verdade dita por um grande empresário, pelo qual tenho respeito e admiração por seu espírito empreendedor, e serve de exemplo para muitos empresários em Santa Catarina, no Brasil e até no exterior. Esse empresário é o nosso amigo Albano Schmidt.

(Passa a ler.)

"Revolta de Albano Schmidt

O empresário Albano Schmidt, presidente da Termotécnica, com matriz em Joinville e sete fábricas espalhadas pelo Brasil, está 'revoltado' com a política fiscal do governo do estado. Como produtor de itens em isopor para companhias exportadoras, vem acumulando créditos de ICMS jamais recebidos.

A questão se origina da lei Kandir, editada nos anos 90 do século passado. A discussão se arrasta há mais de 60 dias com a secretaria da Fazenda. Antes, a lei estadual permitia abater os créditos nas contas de energia a pagar, por exemplo. Isso mudou há algum tempo."

Não se paga mais energia com aquilo que é nosso, que é o crédito do ICMS.

(Continua lendo)

"Fábrica de Joinville ameaçada

'Somos o marisco na briga entre o mar e o rochedo. A unidade de Joinville está sendo inviabilizada', argumenta Schmidt. Há aumento de despesas e custos por conta do modelo tributário catarinense. 'É um enorme mico', resume. A Termotécnica já acumula créditos em valor suficiente para construir nova fábrica. 'Seria mais prático construir outra no Paraná, perto da divisa com Santa Catarina'.

Significa que a unidade de Joinville poderá ser reduzida de tamanho. O que aumenta a indignação do empresário é o empenho do estado em conceder incentivos para grupos do exterior que atuam em ramos em que já há companhias instaladas em Santa Catarina, 'enquanto as catarinenses recebem tratamento punitivo'."

Essa foi uma grande punhalada nas costas dos catarinenses, quando o governo diz que está trazendo empresa de fora, oferecendo todas as vantagens em detrimento de empresas do mesmo ramo existentes no estado de Santa Catarina, e que não recebem benefício nenhum, pelo contrário, recebem punição.

(Continua lendo)

"Reciclagem

A Termotécnica vai construir fábrica de reciclagem de EPS (isopor) no Rio de Janeiro ainda neste ano, num trabalho em parceria com organizações não-governamentais. Há preocupação com a sustentabilidade para conquistar mercados e atender à crescente conscientização ecológica global. A fábrica vai criar de 60 a 80 empregos. O grupo Termotécnica também vai entrar num novo nicho: produzir embalagens para acondicionar frutas como manga, uva, morango e outras".

Srs. deputados, não é só o Albano Schmidt que reclama. Recebemos reclamações quase que diariamente de empresários exportadores, que há muito vêm sendo penalizados em não receber o seu crédito de ICMS, de exportação. A culpa é do governo federal que não repassa, o problema é do governo do estado, que tem que fazer os seus acertos com o governo federal. O que o nosso empresário precisa é receber o que é seu, o que é de direito. Empresários médios e grandes da nossa região e de Santa Catarina, estão passando por este constrangimento de buscar acertos. Muitos deles, srs. deputados, para receber terão que aceitar

propostas indecorosas de alguns políticos em Santa Catarina.

Omito-me de declinar o nome de quem quer que seja, mas os empresários que estão passando por esse constrangimento, e que nos estão assistindo, sabem de quem estamos falando. Não podemos admitir que isso ocorra num estado produtor, srs. deputados, com uma economia diversificada como é o estado de Santa Catarina, onde temos todos os setores produtivos da indústria, da produção agrícola, um agronegócio promissor, e o exemplo para tantos estados num estado tão pequeno, sr. presidente, deputado Jailson Lima, mostrando o quanto é importante produzir bem, bastante e com qualidade. Nosso empresário preza por isto e se vê acuado pela indiferença dos governos que não devolvem o que é seu, os seus direitos.

Eu conversava com um empresário, há alguns anos, que ao fazer o acerto do seu crédito de ICMS, que seria para o pagamento do 13º dos seus funcionários, foi obrigado a aceitar uma proposta de acerto beneficiando pessoas, como negociadas, para que ele pudesse receber. Este empresário chorando me contou essa história, pediu-me segredo, sim, para que não fosse delator, mas foi pressionado e fiscalizado por aqueles que detêm o poder.

É lamentável que isso ocorra, deputado Sargento Amauri Soares, em Santa Catarina! Mas os nossos empresários exportadores, na sua grande maioria, estão passando por isso, já houve até meio que instituída essa proposta de negociação em Santa Catarina. V.Exas. sabem disso, srs. deputados. Tenho certeza de que aqui 90% dos srs. deputados sabem, porque devem ter recebido essas informações também nas suas regiões.

Aqui está um empresário de renome internacional, Albano Schmidt, com empresas que orgulham Santa Catarina, e está buscando outro estado para plantar mais uma indústria porque é um homem empreendedor. Está vendo que em Santa Catarina poderá perder o seu tempo em propor a instalação de mais uma das suas empresas.

Nós lamentamos ter que fazer este registro, catarinenses, mas o fazemos para que o povo tome conhecimento do que está acontecendo nesta administração há sete anos. Envergonham-se, sim, os catarinenses, muitas vezes, de assistir e escutar as sessões deste Parlamento, mas nós temos a grande responsabilidade, como parlamentar, de fiscalizar os atos do governo, porque quem ganha a eleição, administra e quem perde tem a mesma obrigação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 65ª sessão ordinária:

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei Complementar n.s.: 0025 e 0027/2010;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0089/2010;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei Complementar n.s.: 0018, 0022 e 0031/2010; e

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s.: 0109/2010, 0144/2008, 0148/2010, 0201/2009, 0207/2008, 0397/2009, 0411/2009 e 0562/2007.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje, às 14h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Chiquinho Zenatti - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczaí - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se às candidaturas à Presidência da República.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Declara voto contrário à candidata do PT à Presidência da República.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se à audiência do Sinte com o governador Leonel Pavan; ressalta importância da Ferrosul.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Pedro Uczaí.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda o problema da Busscar; manifesta-se em favor do empreendimento da OSX em Biguaçu.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Manifesta-se a respeito da aquicultura catarinense.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Tece considerações a respeito da situação da Busscar.

Partidos Políticos

DEPUTADO JAILSON LIMA - Defende posição do prefeito Carlito Merss e da senadora Ideli Salvatti no que se refere à Busscar.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Questiona fala do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Monte Castelo.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à política fiscal; aborda a situação da Rodovia dos Móveis.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Questiona fala do deputado Jailson Lima.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da Saúde e da Segurança Pública.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Mostra-se favorável ao ensino integral.

DEPUTADO DADO CHEREM - Tece considerações a respeito da saúde pública.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Enfatiza a importância do setor de cerâmica vermelha.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute o PLC 0031/2010.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discute o PLC 0031/2010.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Faz consulta à Mesa sobre audiências públicas.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Reporta-se ao Ideb catarinense.

DEPUTADO RONALDO BENEDET (pela ordem) - Registra presença de vereador de Garopaba.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Apresenta requerimento com relação ao IPVA para pessoas com deficiência física.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Tece comentários a respeito da violência contra a mulher.

DEPUTADO ADA DE LUCA - Reporta-se à chegada da família De Luca ao estado.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se à Plasson do Brasil Ltda.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Solidariza-se com o deputado Valmir Comin.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Parabeniza a atuação do DNIT, na pessoa de seu superintendente em SC; reporta-se à insegurança pública em Chapecó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Presidente Gelson Merísio, companheiros desta Casa, funcionários, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, espero ter substituído o nosso secretário, deputado Moacir Sopelsa, com a mesma desenvoltura ao ler a ata como secretário *ad hoc* desta Casa, deputado Pedro Uczaí.

Mas o que me traz à tribuna neste presente momento, deputado Pedro Uczaí, v.exa. que estará em Brasília a partir do ano que vem, é fazer uma leitura do que aconteceu principalmente na última semana, inclusive, ontem, com a caminhada dos candidatos à Presidência da República no Brasil. Quando falo presidente da República, é que a grande mídia já colocou a polarização plebiscitária entre a nossa ministra Dilma e o candidato Serra.

O que vimos de ontem para hoje foi uma indução das pesquisas nacionais, nas quais o próprio Luiz Nassif põe em xeque o caráter, a credibilidade da *Datafolha*. E os telespectadores que conhecem o jornalista sabem do seu *pedigree* e que ele está questionando tanto o *Datafolha* quanto o Ibope, deputado Genésio Goulart, v.exa. que é uma grande liderança de Tubarão, da nossa querida região do sul do estado. E hoje ao observar os jornais pela manhã, vemos que a ministra Dilma esteve em Porto Alegre, e o Serra foi fazer uma caminhada em Curitiba, na Praça das Flores.

(Falas paralelas)

A Marina continua tranquila; a Marininha é figura querida, egressa, do nosso Partido dos Trabalhadores e temos muito respeito por ela, porque só vai qualificar, deputado Kennedy Nunes, o debate presidencial.

Mas volto ao cenário, porque hoje o que diziam os jornais, deputado Pedro Uczaí, é que a ministra Dilma, em Porto Alegre, tinha

cancelado o seu evento. A ministra Dilma, ontem, em Porto Alegre, na sua caminhada, e na sua arrancada na praça da democracia, juntamente com o nosso candidato a governador, tinha, segundo os jornais da Polícia Militar, entre 4,5 mil pessoas acompanhando na caminhada.

E ela, em decorrência do volume de pessoas, cancelou o almoço no mercado público, por falta de espaço físico. E a imprensa, deputado Moacir Sopelsa, deu a entender que a nossa Dilminha, que tem o sr. Michel Temer, seu vice do PMDB, grande liderança nacional, como vice, tinha cancelado o almoço.

Agora, para indigestão do sr. Serra, quando estava na rua XV, onde, segundo os jornais do Paraná, havia mais do que 500 pessoas, ao fazer seu o pronunciamento, dos prédios as pessoas começaram a gritar "Dilma". E isso a imprensa não diz, mas os jornais do Paraná colocavam isso.

Então, dizer que a nossa ministra cancelou o evento em Porto Alegre, do jeito que estão os jornais, mostra nitidamente a tendência da grande mídia.

A outra coisa que estão falando é que para ganhar as eleições o presidente Lula vai ter que se licenciar, o nosso Lulinha paz e amor, que está aí tocando o seu trabalho, diga-se de passagem. Inclusive, hoje estamos fechando a menor taxa de inflação dos últimos oito anos, deputado Pedro Uczaí. O presidente Lula está gerando empregos para cima e para baixo, mas estão querendo dizer que a nossa Dilma precisa que o presidente Lula se licencie. O presidente Lula vai terminar o seu mandato, vai estar presente na campanha, deputado Moacir Sopelsa. V.Exa., inclusive, é uma figura histórica do PMDB, que não se dobrou à ditadura militar, porque aqui no estado o PMDB já se entregou aos paraguaios. Mas eu sei que v.exa. estará no time que defende a eleição da grande ministra Dilma para presidente da República. Não é, deputado Moacir Sopelsa?

Nós, do PT, temos partido. E o histórico PMDB, partido consistente, não vai esquecer isso. Como pode, deputado Moacir Sopelsa, vir aqui a grande liderança do PMDB, deputado Michel Temer, fazer campanha, e o PMDB não estar junto? Isso é um disparate!

Nós vamos estar aqui mostrando esses dados porque, com certeza, este país vai continuar com o projeto consagrado do Partido dos Trabalhadores. Então, muito tranquilamente faço esse testemunho. Disseram-me que na tribuna não poderíamos falar do candidato a presidente. Ora, se aqui no Parlamento, que é o espaço público, não desfizemos as mentiras contadas, onde faremos isso?

Por isso, deputado Genésio Goulart, eu e o deputado Décio Góes queremos convidá-lo para fazer campanha para Dilma Rousseff lá em Tubarão. Vamos lá fazer discurso, vamos apoiar esse projeto de vitória para o Brasil. Até já estamos contando com a sua presença nas atividades em Tubarão.

Quanto ao PP, por mais que não esteja assumindo uma posição formal,

nacionalmente já está definido. Inclusive, acompanhamos a brilhante intervenção do deputado Kennedy Nunes e vimos que nacionalmente o PP também já está tomando uma posição política de apoio à ministra Dilma.

Deputado Pedro Uczai, depois que o PP assumiu o ministério das Cidades, até nós, do PT, ficamos com inveja, porque o ministro do PP trabalhou bem e foi um grande parceiro do governo federal. E o presidente Lula conseguiu juntar o PP e o PMDB. Inclusive, a ex-ministra Dilma Rousseff já disse, deputado Pedro Uczai, que no próximo mandato ela vai querer o Democratas e o PSDB no governo, porque do jeito que está indo, esses dois partidos vão ter que se juntar, caso contrário serão extintos. Não vai sobrar nada. O único estado em que estão disputando o governo é Santa Catarina, deputado Reno Caramori. E tiveram que fazer a triplíce lambança!

Agora, sabemos que o PMDB histórico, o PMDB de fibra, o PMDB de garra e o PP estarão ocupando o mesmo palanque na defesa da ex-ministra Dilma. E lá no planalto serrano, o deputado Elizeu Mattos já disse que vai ser cabo eleitoral da nossa Dilma Rousseff, juntamente com Michel Temer, que é o presidente nacional do seu partido, não do meu.

Então, como sei que o deputado Elizeu Mattos é um deputado de partido, quero convidá-lo para fazer campanha no planalto serrano, juntamente com a nossa ministra Dilma e com o prefeito Renatinho, que é do PP. Assim, vamos fazer um triplíce palanque da candidatura majoritária.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Concedo um aparte ao companheiro, deputado Elizeu Mattos, porque aquela região que produz pinhão e maçã com certeza vai ajudar a nossa ministra Dilma a ser a primeira mulher presidente da República, para continuar o trabalho de um operário que revolucionou o Brasil.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Jailson Lima, v.exa. conhece a minha sensibilidade e a minha postura e eu não posso deixar de ser sincero até para não deixar v.exa. ser enganado. Até antes desse processo, dessa intervenção antidemocrática feita por Brasília, havia possibilidade, mas a idéia alimentada por v.exa. não vou seguir, não. Não vou seguir em função do ato praticado em Brasília contra o PMDB de Santa Catarina. Em hipótese alguma vou poder seguir a sua orientação. A orientação para os meus eleitores será outra, não será essa.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Elizeu Mattos, este é o grande equívoco do PMDB: querer responsabilizar-nos por uma decisão *interna corporis*. Então, quando vocês tentam dizer isso no estado de Santa Catarina, é um grande equívoco, deputado Moacir Sopelsa, porque o PMDB não é partido de crianças.

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. é da serra, mas ser da serra não significa ser Serra. Tem que descomplicar esse processo, porque às vezes o fato de ser serrano faz pensar que tem que ser Serra.

Por isso, neste retorno à tribuna, deputado Moacir Sopelsa, quero dizer o seguinte: cada vez estou mais convicto de que é Dilma no primeiro turno!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima. V.Exa. está trazendo a alegria de volta ao nosso Parlamento. Mas depois vou ter a oportunidade de conversar sobre a triplíce aliança e sobre a candidata Dilma também.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados. Subo à tribuna nesta sessão para falar de dois temas fundamentais. A primeira boa notícia é que a nova direção do Sinte conseguiu uma audiência com o governador do estado, Leonel Pavan. E aqui todos sabem que eu e a minha bancada somos oposição a este governo que está aí, somos oposição à triplíce aliança. Foi neste papel que o processo democrático nos colocou: temos a responsabilidade de fiscalizar, de denunciar, de nos opor àquilo que discordamos e de apoiar projetos que entendemos importantes para Santa Catarina.

No ano passado mobilizamos a comunidade educacional de Santa Catarina - prefeitos, secretários municipais da Educação - para, juntamente com o Sinte, fazer um grande movimento contra a municipalização do ensino fundamental.

Iniciei dizendo que eu era Oposição, e sou Oposição. Mas tenho que reconhecer que o governador do estado, ao acolher o pedido da nova direção do Sinte, acolheu uma reivindicação para que fosse retirado o projeto que municipaliza o ensino fundamental em Santa Catarina. E recebemos no expediente de hoje, deputado Moacir Sopelsa, dia 07/07/2010, a retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar n. 0014/2009.

Foi uma vitória, uma conquista das prefeituras de Santa Catarina; foi uma vitória, uma conquista dos educadores de Santa Catarina da rede pública municipal; foi uma vitória, uma conquista da rede pública estadual, dos professores, dos educadores e dos estudantes, que se mobilizaram em dezenas de seminários, reuniões e audiências públicas em todo o ano de 2009. E no final do ano conseguimos segurar nesta Casa a votação do Projeto de Lei Complementar n. 0014. Agora, o governador Leonel Pavan acolheu a nova direção do Sinte e ao mesmo tempo atendeu à reivindicação da sociedade catarinense de não municipalizar o ensino fundamental em Santa Catarina.

Como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto deste Parlamento, promotor de muitos eventos no interior do estado de Santa Catarina em 2009, quero comemorar a vitória da luta, a vitória da mobilização, a vitória da pressão social e, principalmente, a vitória da comunidade escolar catarinense.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Pedro Uczai, quero parabenizá-lo pelo trabalho da comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida por v.exa. Quero também dividir essa vitória com os parlamentares desta Casa, que entenderam que num primeiro momento deveríamos retirar o regime de urgência do projeto e num segundo momento dar um trâmite bem lento e gradual, para que a sociedade tivesse tempo de se mobilizar e expressar o seu sentimento.

A categoria dos professores, através do Sinte, conseguiu colocar para o governador a real situação da municipalização, que não atendia aos interesses dos municípios. Enquanto os municípios não tiverem resolvido a questão do ensino fundamental não podem nem pensar nesse assunto. E se for para retomar algum tipo de conversa, que seja sobre outros princípios, com outros parâmetros.

Acho que foi uma vitória muito bonita.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu tenho que fazer um registro de justiça a v.exa.,

porque na condição de deputado estadual e membro da comissão de Finanças e Tributação à época, v.exa. propôs uma audiência pública, que foi também um momento histórico na Casa, que reuniu o conjunto da comunidade escolar de Santa Catarina.

Por isso, quero fazer esse registro e essa justiça a v.exa., como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, e ao conjunto do Parlamento. Inclusive, o próprio líder do governo, deputado Elizeu Mattos, acompanhou a sensibilidade do Parlamento, acompanhou a sensibilidade dos prefeitos, secretários municipais, professores e estudantes, para que pudessemos segurar o projeto.

V.Exa., deputado Elizeu Mattos, tendo a sensibilidade de acolher o clamor da comunidade escolar de Santa Catarina, agora é atendido pelo governador, nessa última audiência, com o Sinte, com a nova direção dos educadores de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Pedro Uczai, a questão da municipalização do ensino fundamental e do ensino infantil gerou dúvidas. Naquele momento, fui alertado por v.exa. acerca do Projeto de Lei Complementar n. 0014. Então, fomos a uma reunião em Lages, mas as minhas dúvidas em vez de diminuir continuaram aumentando. Assim, como líder do governo, tomei a iniciativa, sem consultar ninguém, de retirar o regime de urgência desse projeto e comuniquei ao governador Luiz Henrique da Silveira que o projeto não tinha a menor condição de tramitar da maneira que estava. Tanto que a própria secretaria da Educação reconheceu, tentou mudar o projeto, porque ele estava errado.

Dias atrás o governador Leonel Pavan me consultou sobre esse projeto e eu lhe disse que não havia clima, que não era o momento, que o Projeto de Lei Complementar n. 0014 não teria como tramitar. E sua excelência disse que iria retirá-lo. Falei, então, que faria bem em retirá-lo, porque ele não prosperaria.

Por fim, o governador, escutando o sindicato e as lideranças, houve por bem retirar o projeto, pois contém equívocos e não nos dá condições de convencimento para aprová-lo.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O papel do Parlamento, o papel desta Assembléia Legislativa, impedindo a municipalização do ensino fundamental, está calcado na LDB.

Outro projeto sobre o qual falo desta tribuna com muita alegria é o da Ferrosul, a ferrovia dos estados do sul. E aqui agradeço ao deputado Reno Caramori pela sensibilidade, como presidente da comissão de Transportes, pois acolheu o projeto com parecer favorável, tornando-o apto para ser deliberado neste plenário. Hoje à tarde teremos a oportunidade de ver aprovado neste Parlamento o projeto referente à Ferrosul.

Essa ferrovia, srs. deputados, vai integrar o Mato Grosso do Sul, o oeste de Santa Catarina, o noroeste do Rio Grande do Sul, até o porto de Rio Grande - uma conquista fundamental. É uma ferrovia que vai permitir que algumas matérias-primas, como farelo de soja, milho, etanol, combustíveis, fertilizantes, cheguem mais baratas a Santa Catarina; vai permitir também a exportação de produtos de Santa Catarina, a partir do oeste, de forma mais segura, mais barata e ambientalmente sustentável.

Ouvi um grande cooperativista, o deputado Moacir Sopelsa, dizer que uma saca de milho em Sorriso, no Mato Grosso, custa R\$ 7,00, enquanto no oeste de Santa Catarina

custa R\$ 17,00, R\$ 18,00 e até R\$ 19,00. Isso é irracional, dizia ele, ou barateamos o custo dos insumos que importamos ou as empresas irão embora.

Por isso, a Ferrosul, deputado Moacir Sopelsa, é uma grande conquista. Fico feliz de coordenar a Frente Parlamentar das Ferrovias e ver aprovado o projeto. Santa Catarina terá 25% da nova empresa, cujo capital social inicial previsto é de R\$ 100 milhões. Além disso, temos assegurados R\$ 120 milhões do PAC II. Ou seja, R\$ 220 milhões bastam para fazer o projeto executivo básico de viabilidade ambiental e indenizar as famílias que vão ser atingidas pela ferrovia.

Hoje é um dia histórico. É histórico este momento para Santa Catarina. O Paraná será o segundo estado a aprovar a Ferrosul.

Ferrovia é sinônimo de transporte mais barato, ferrovia é sinônimo de transporte mais seguro, é sinônimo de transporte ambientalmente sustentável. A ferrovia vai manter as empresas no estado e atrair novos investimentos. A ferrovia diminuirá a situação de violência nas nossas estradas.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - o próximo deputado inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares.

(Pausa)

Na ausência do deputado Sargento Amauri Soares, com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dirceu Dresch, com a palavra o deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, demais deputados, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, quem nos visita nesta tarde de hoje, a minha saudação.

Pela manhã tivemos um embate sobre um assunto trazido pelo deputado Darci de Matos, referente à Busscar, deputado Moacir Sopelsa. Eu havia ficado de colher algumas informações para poder falar, porque fiquei assustado com a questão, pois se cada empresa que não der certo neste país, por "n" razões, seja por causa de má gestão ou por questões específicas do setor, o presidente Lula passar a ser o culpado, vai ficar muito complicado. Como disse, fiquei assustado com isso porque quem está falando são exatamente aqueles que defendem o estado mínimo. Entretanto, numa hora dessas o presidente Lula passa a ser o culpado de a empresa ter problemas.

Fui fazer uma pesquisa e encontrei no jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 27 de junho, o seguinte: "Montadora agoniza na contramão". Trata-se de uma reportagem extensa, que traz todo o histórico da situação da Busscar, retratando-a de maneira fiel, tranqüila.

Pelas informações que obtive, são 14 os bancos credores e a empresa chegou à atual situação por problemas de gestão, por problemas internos, porque o mercado, como todos sabem, está a mil, há encomendas de todos os lados na área do transporte coletivo, que é a especialidade da Busscar. Os ônibus da empresa são de qualidade reconhecida, há encomendas nacionais e internacionais, mas teve problemas de gestão que foram acumulando-se, chegando a essa situação crítica. Apostaram todas as fichas numa tese que ainda está no Judiciário, que é a questão do crédito de exportação do IPI. Isso não está no âmbito do Executivo, está no âmbito do Judiciário.

Os 14 bancos credores estão dispostos a renegociar, mas querem que sejam mudadas a composição acionária e a gestão da empresa. Então, parece-me que aí é que está o imbróglio da situação.

É claro que não tenho mais detalhes e sei da angústia dos trabalhadores, pois já vivi situação semelhante na cidade de Criciúma, principalmente nos anos 90, quando várias empresas fecharam e tivemos que buscar alternativas. O setor do vestuário em Criciúma teve seu início até em função daquela situação. As mulheres acabaram tomando a iniciativa de fazer facções, enquanto os maridos desempregados buscavam alternativas. O setor de mineração foi todo desmontado com o presidente Collor. Passamos por uma situação muito ruim, que deve ser a situação dos três mil trabalhadores da Busscar, com os quais queremos solidarizar-nos.

Faço este pronunciamento apenas para dar outra visão dessa questão para quem está-nos assistindo pela TVAL no resto do estado e ouviu o discurso do deputado Darci de Mattos, que colocou somente no presidente Lula a culpa da situação. Não é isso que está ocorrendo e temos que fazer os esclarecimentos devidos.

Quero também falar como foi a reunião realizada, hoje pela manhã, no ministério do Meio Ambiente, srs. deputados. Na segunda-feira foi realizada, nesta Casa, uma audiência pública que discutiu a questão da licença para instalação de um estaleiro em Biguaçu. Foi solicitada uma reunião em Brasília, o ministro Gregolin se encarregou de cumprir essa tarefa e agendou-a com a ministra do Meio Ambiente. A referida reunião aconteceu, como disse, na manhã de hoje, e por mais de duas horas conversaram o governador do estado, a senadora Ideli Salvatti, toda a bancada federal de Santa Catarina, além do deputado Edison Andrino, que foi referendado como representante da bancada estadual. Também foram chamadas a Fatma, a OSX, o ICMBio e o Ibama. Houve uma conversa boa, longa, da qual todos saíram muito satisfeitos. A ministra se mostrou favorável ao empreendimento em Santa Catarina, assim como nós, só que sem abrir mão das questões ambientais, porque ela não pode transgredir a lei.

Foi estabelecido um grupo de trabalho, que já se reunirá na próxima segunda-feira, composto pelos órgãos federais e estaduais pertinentes, ou seja, a Fatma, o Ibama, o ministério da Pesca, o ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, para, em conjunto, fazer as análises necessárias. A ministra pediu 15 dias para que esse grupo de trabalho analise a questão e dê o seu parecer, a fim de que se possa providenciar a licença ambiental prévia em conjunto, para que não haja conflito de competência entre os órgãos federais e estaduais.

Eu quero parabenizar a classe política de Santa Catarina pela união em torno de um projeto que é estratégico para o estado, mas que precisa ser bem analisado em função de termos um território ambientalmente rico, com uma diversidade imensa. Assim, temos que respeitar as características locais, as características regionais e as características do sul do país. Daí a necessidade dessa análise criteriosa, séria, conforme o desejo de todos.

Gostaria de parabenizar todos e, diante dessas questões que são estratégicas e importantes para Santa Catarina, deixar um pouco de lado a disputa eleitoral que está permeando esses assuntos, a fim de tratarmos com objetividade, com racionalidade, com respeito, com carinho essa questão, da forma como foi tratada na reunião desta manhã, lá no ministério do Meio Ambiente.

Srs. deputados, quero ressaltar que quando tratamos as questões com carinho e com responsabilidade, a coisa flui em prol de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, recebemos um e-mail que nos preocupou, até porque já havíamos discutido essa questão em outra época, quando éramos presidente da comissão de Agricultura. Agora, como membro da comissão de Pesca e Aquicultura, recebemos do sr. João dos Passos de Souza, da Associação Catarinense de Aquicultura, um ofício lamentando a situação em que se encontra aquela entidade.

Por isso, tomamos a iniciativa de encaminhar uma indicação ao secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, ao presidente da Epagri, a fim de que gestionem junto ao ministério da Pesca e Aquicultura, no sentido de que sejam agilizados os processos de legalização da maricultura e do maricultor catarinense, através da cessão de áreas de cultivo e a obtenção do registro de aqüicultor, que é o principal, porque existem associações, existem os aqüicultores e não existe a sua legalização.

(Passa a ler.)

"Por isso, o deputado que subscreve, com amparo nos arts. 204 e 206 do Regimento Interno, e considerando que:

- o cultivo de ostras e mexilhões iniciou em 1989, em Santa Catarina, como uma alternativa de renda às comunidades litorâneas tradicionais, expandindo-se rapidamente pelo litoral catarinense;

- na última safra foram produzidas 13.107 toneladas de moluscos, que geraram uma renda bruta de R\$ 29,7 milhões, empregando diretamente 2.100 pessoas e indiretamente mais de 5.000 pessoas;

- além do setor produtivo, o turismo gastronômico cresceu junto com a atividade, com centenas de restaurantes comercializando nossos frutos do mar, mostrando não só a importância dessa atividade, mas a responsabilidade social e econômica de uma atividade sustentável importante para as comunidades tradicionais do litoral catarinense;

- essa atividade econômica tão importante na geração de emprego e renda encontra-se estagnada nos últimos anos, fruto da ilegalidade dos maricultores, que desejam legalizar-se para ter acesso ao crédito, para conseguir licença ambiental para coleta de sementes de mexilhões e outros benefícios;

- os procedimentos para a legalização existem desde 1998, previstos no Decreto Lei n. 2.869, que regulamentou a cessão de águas públicas para a exploração de aqüicultura; aproximadamente 300 processos de cessão de áreas foram encaminhados ao ministério da Agricultura, então responsável pela atividade;

- em 2003, o Decreto n. 4.895 ditou novos procedimentos e em função dele os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura - PLDM - iniciaram em 2005. Estamos em 2010 e até o presente momento a maricultura catarinense se encontra na ilegalidade por culpa dos poderes públicos;

- há necessidade urgente de definição de regras e normas para a legalização dessa atividade, pois o setor se encontra revoltado com a demora na sua definição, já que esses procedimentos legais permitirão que os maricultores invistam com segurança na atividade.

REQUER seja encaminhada ao secretário de estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural e ao presidente da Epagri a seguinte indicação:

“Assembleia Legislativa de Santa Catarina, acolhendo proposição do deputado Reno Caramori, solicita a vossa excelência medidas urgentes, visando gestionar ao ministério da Pesca e Aquicultura para a cessão das áreas de cultivo e a obtenção do registro de aqüicultor.

Atenciosamente,
Deputado Gelson Merísio - presidente’.”[sic]

Srs. deputados, estamos também encaminhando uma moção ao ministro da Pesca e Aquicultura e ao comandante da Capitania dos Portos de Santa Catarina, para que de uma vez por todas os nossos abnegados aqüicultores tenham a garantia de produzir ostras e mariscos, produtos que geram divisas para o estado. Os profissionais, através da associação, pretendem orientar seus familiares que querem prosseguir na atividade, mas como encontram esses obstáculos, deputados Sílvio Dreveck e Kennedy Nunes, sentem-se constrangidos e sem respaldo das autoridades competentes para que possam legalizar seu ofício.

Por isso, solicitamos aos pares desta Casa que aprovelem tanto a moção como a indicação, a fim de que tenhamos uma solução para os problemas dos maricultores de uma vez por todas.

Conversando com o presidente da associação, sr. João de Souza, um abnegado, um incansável lutador, soubemos que tem procurado sensibilizar as autoridades, mas as promessas nunca são cumpridas. Ele está, há alguns anos, tentando conseguir junto aos órgãos estaduais e federais essa medida legalizadora, para, através de financiamento, ampliar os seus negócios, ampliar a sua área de exploração de mexilhões e fornecer ao mercado catarinense e brasileiro produtos de alta qualidade.

Desde que os açorianos vieram para Florianópolis, há muitos anos, passaram a viver, é lógico, da pesca artesanal. Há alguns anos abriu-se o mercado da maricultura, que propiciou um aumento considerável na renda familiar. Não é fácil a vida do pescador pela escassez do peixe na orla marítima, principalmente os pescadores artesanais. Os grandes barcos, muitas vezes, adentram na reserva dos pescadores artesanais com redes profissionais, o que os prejudica sobremaneira. Assim, a criação de moluscos é muito providencial, mas eles precisam do registro de produtores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Aproveitando ainda o horário das Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, desejo usar a palavra agora para que o assunto não fique vencido, como se diz. Pois vou abordar o tema a que se referiu o deputado Décio Góes, ou se, a situação da Busscar.

Quero dizer aos catarinenses que a fala do deputado Décio Góes mostra realmente que ele não conhece bem o assunto - e ele mesmo confessou isso.

Catarinenses, em fevereiro de 2009 levei a senadora Ideli Salvatti à Busscar, a quem o proprietário da empresa, sr. Cláudio Nielson, pediu duas coisas: em primeiro lugar, que agilizasse o pedido de empréstimo que havia feito ao BNDES, no valor de R\$ 40

milhões, para capital de giro. Não se tratava de dinheiro doado, mas de dinheiro emprestado! A mesma situação de 2003, quando a empresa contraiu um empréstimo de R\$ 30 milhões, dos quais já pagou R\$ 36 milhões, ainda deve R\$ 38 milhões, apesar de haver gerado R\$ 72 milhões em impostos. Em segundo lugar, solicitou que a senadora, por ser líder do governo no Senado, conseguisse uma conversa com alguém de Brasília para falar sobre o crédito de IPI.

Deputado Décio Góes, com todo o respeito que tenho por v. exa., não existe nenhuma discussão, não é judicial a questão do crédito de IPI, pois ela já transitou em julgado no Supremo! Acabou!

O governo federal perdeu o prazo para a defesa. Não existe mais o que fazer! Nós vamos recorrer a quem? A Suprema Corte da ONU? Quando é transitado em julgado, o governo perde e é determinado pagar R\$ 650 milhões de IPI...

E dizem: “Ah, mas era porque antes de 1998 não podia.” E por que pagaram já depois de 1998 e não querem pagar agora? Então, não há mais nada para discutir! É pagar! Não há mais nada a fazer! Foi transitado em julgado no Supremo, acabou! O governo tem que pagar!

Mas vou voltar ao relato. Aí levei, na segunda-feira, para a senadora Ideli Salvatti, e a senadora saiu de lá dizendo o seguinte: “Na quarta-feira dou-lhe o retorno do pedido da audiência e do pedido do BNDES”. Passaram-se os meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março. Foram 14 meses, e depois a Ideli Salvatti ficou muda. A senadora Ideli Salvatti ficou muda sobre o caso! Nada!

Os trabalhadores vão a Brasília, 1.500 trabalhadores vão a Brasília. Eles não queriam deixar o proprietário da empresa entrar na reunião. Eu estava lá e, depois que os trabalhadores falaram, ouvi do ministro sr. Gilberto Carvalho a seguinte frase: “Escuta, essa não é a versão que chegou ao governo! O que chegou ao governo foi que se tratava de mais um caso de patrão safado roubando dos empregados para ficar rico.” O sr. Gilberto Carvalho falou que a informação que chegou ao governo foi de que era mais um patrão safado roubando do empregado.

Quem é que leva informação ao governo? Eu não. Os trabalhadores nem conseguiram falar com o Lula. Quem é que leva informação ao governo? Quem é que fez a caveira da Busscar para o governo? Fui eu? Não! Com certeza foi gente do governo, que foi a Joinville, que fez a caveira. E agora, senhores, engraçado, o governo federal não faz absolutamente nada para salvar os 4.000 empregos diretos.

Não estão pedindo dinheiro. Estão pedindo aquilo que foi transitado em julgado no Supremo, e estão pedindo um empréstimo para pagar com juros muito altos, por sinal! Mas o governo não faz nada!

Agora, para liberar para as empresas Marcopolo e Caio, deputado Valdir Cobalchini, o governo faz tudo! A Caio está devendo para o governo federal mais de R\$ 200 milhões de INSS e quanto a isso o governo não faz nada! Não, não faz nada! Agora, fizeram a caveira e estão querendo matar a Busscar. Para quê? Para que o “bigpólio” de carrocerias deste Brasil, comandado pela Marcopolo e pela Caio, possa ficar seguro e para que os companheiros do PT continuem fazendo o que querem com relação a esse caso.

É uma vergonha eu ter que falar sobre isso, e vou falar mais ainda numa próxima oportunidade.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, presidente.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero, de antemão passar a palavra ao deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Jailson Lima, eu acho que essas acusações são extremamente graves e irresponsáveis. Atribuir essa fala à senadora Ideli Salvatti é de uma irresponsabilidade muito grande. Desculpe-me a franqueza, deputado Kennedy Nunes.

Eu vou buscar os esclarecimentos. Já tentei ligar para que possamos elucidar essa situação, porque sabemos do esforço que essa mulher fez em todos os projetos e recursos que vieram para Santa Catarina, e a parceria com todos os setores é inquestionável. Aí, fazer uma declaração dessas atribuindo uma frase a ela, que não foi confirmada... Acho difícil, não é o debate saudável que queremos fazer aqui nesta Casa.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Kennedy Nunes, ia fazer uma intervenção um pouco diferenciada da que vou fazer, mas antes quero fazer o registro do apreço que tenho por v. exa., que tem sido um deputado brilhante na defesa das questões de Joinville. V.Exa. tem sua divergência, sim, com o prefeito Carlito, por quem tenho a maior estima e acho que ele está fazendo um trabalho que haverá de ser reconhecido por Joinville em breve, tendo em vista a conjuntura em que pegou a administração e o que executa.

Nós sabemos o que representa a Busscar, historicamente, para Joinville. E a situação da Busscar não é um problema eminente do tempo presente. Começou há mais de 10 anos, e o próprio Carlito, enquanto parlamentar, inúmeras vezes interveio em defesa da Busscar. A Senadora Ideli Salvatti interveio em defesa da Busscar.

Até pode ser que neste momento a Busscar esteja passando por problemas, e o seu fechamento vai gerar muito desemprego. Não vou nem considerar o volume de empregos gerados em Joinville pelo governo Lula.

Nós não podemos contextualizar a responsabilidade pela Busscar, primeiro, como uma responsabilidade do Partido dos Trabalhadores, segundo, como responsabilidade da senadora Ideli Salvatti, que tentou e fez esforços em relação a essa empresa.

Não sei quais foram os problemas com o BNDES. Ao mesmo tempo, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça deliberou que tinha que ser pago. Quando se delibera aqui, obrigatoriamente o prefeito tem que pagar, senão, vai preso. Na União não é diferente. Então, com certeza, alguma coisa houve para que não tenha sido pago. Eu não estou totalmente inteirado, mas vou me inteirar desse processo.

Agora, sim, nós precisamos fazer a leitura do que é gestão. O problema da Busscar não é apenas um problema de impostos, chegou ao estado em que está não por um problema exclusivo de mercado. Nós temos que

chamar a responsabilidade ao tipo de gestão realizada naquela empresa. É uma das maiores do Brasil e chegou ao estado em que está.

Então, não dá para dizer que o governo é responsável por uma gestão que foi equivocada. Não vou dizer desonesta, não conheço os empresários e não conheço a situação. Assim como houve outros exemplos na própria cidade de Joinville, com metalúrgicas e outras.

Portanto, quero aqui ressaltar o papel preponderante e a disposição que teve a senadora Ideli Salvatti em relação à Busscar e que está tendo agora em relação ao empreendimento aqui de Biguaçu. Fez o que foi possível e com certeza vai continuar fazendo, deputado Kennedy Nunes.

Agora, não podemos imputar a ela a responsabilidade de um problema de gestão que levou a empresa ao estágio em que se encontra, porque todas elas também têm crédito de impostos, ou seja, estão em situações similares.

Logicamente, quando os bancos fazem empréstimo, no caso das empresas que v.exa. aqui citou, o que avalia o grau de risco, de investimento, todos esses dados, é um problema administrativo que muitas vezes eu também questiono.

Porém, quero aqui fazer essa ressalva, porque eu sou do Partido dos Trabalhadores e logicamente não posso pactuar com esse tipo de intervenção quanto a um governo que mudou a história deste país e continuará mudando com a nossa ministra Dilma.

Ao mesmo tempo, às vezes, no afã do debate, acabamos fazendo colocações que fazem parecer, para quem está no Executivo, muito fácil.

Ontem, tivemos aqui o debate sobre a questão da Saúde, deputado Dado Cherm, com intervenções inclusive do querido companheiro Silvío Dreveck. Fui prefeito e ele também foi. Às vezes fizemos colocações no afã do debate. E quando se está do outro lado do balcão e chega lá a judicialização que manda pagar, sabemos que aquilo é inoperante para o estado, mas acaba-se cumprindo.

Mas as canoas vão-se adequando ao leito do rio e à correnteza das águas. E temos a absoluta convicção disso, deputada Ada De Luca, v.exa. que hoje está usando roupa verde-limão mostrando claramente que temos que unificar os esforços no Parlamento para ver em que podemos ajudar.

Então, ficam aqui as minhas palavras, juntamente com as do deputado Décio Góes, porque, deputada Professora Odete de Jesus, do PRB, estamos nesse brilhante arco de aliança no estado de Santa Catarina e no Brasil e precisamos dar importância ao papel da senadora Ideli Salvatti, em Brasília.

Na campanha nós vamos fazer comparação entre quem fez mais por Santa Catarina, senadora Ideli Salvatti versus senador da serra. Não é Serra, é da serra. Por isso, a senadora Ideli Salvatti com certeza estará indo a Joinville e, juntamente com o prefeito Carlito Merss, vai colocar os esforços que foram realizados e os que continuarão sendo feitos. Acho que precisamos resgatar a Busscar, que queiram ou não acaba sendo uma grife histórica do setor empresarial na cidade de Joinville, além do contingente de empregos que gera e do seu produto, que é de extrema qualidade.

Muito obrigado, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa.

Acho que o pessoal vai começar a falar menos daqui a pouco porque há jogo ainda hoje.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito bem, deputado Jailson Lima.

Esta Presidência quer registrar com muito prazer a presença dos vereadores Valdemar Antonio Follmann, Luiz Carlos Zanella, Danir Alfonso Chielle, Genir Dal Magro, de Iraceminha.

É um prazer tê-los aqui na Casa e sejam bem-vindos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvío Dreveck, por até oito minutos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Além de dar as boas-vindas aos vereadores de Iraceminha, queremos registrar a presença do vice-prefeito de Monte Castelo, Alcides Malikoski, que se encontra neste Parlamento.

Damos-lhe as boas-vindas e agradecemos a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Agora, sim, com a palavra o sr. deputado Silvío Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Antes de iniciar a minha fala, concedo um aparte ao deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Obrigado, meu líder.

Gostaria de dizer ao deputado Jailson Lima e aos deputados do PT que vêm aqui defender a senadora Ideli Salvatti que não estou culpando a senadora pelo fracasso, pelo problema que a Busscar está fazendo. O que falei naquela tribuna foi que o Gilberto Carvalho disse para nós que estávamos lá que a informação que havia chegado ao governo era de que se tratava de mais um caso de um patrão safado roubando de empregados.

E em fevereiro de 2009 eu levei a senadora lá. Eu estou falando com conhecimento de causa. Se digo hoje, aqui, que levei a senadora lá e que ela fez o pedido é porque estive lá com ela. Se digo que a informação se deu lá nesse sentido é porque ouvi do Gilberto Carvalho e não porque me falaram.

Quero que as coisas fiquem bem esclarecidas aqui. É preciso saber quem está por trás e quem está pela frente. Chega de tapamos o sol com a peneira. Não estou querendo aqui falar da questão de gestão. Muito menos, deputado Jailson Lima, que venham vocês dizer: "Se o Tribunal mandou pagar, por que não paga?" Não paga porque o presidente Lula, o governo do PT, não quer pagar os R\$ 650 milhões que o Supremo Tribunal Federal disse para pagar, transitado em julgado. É bom deixar bem claro isso aqui. E chamo para discutir esse assunto quem quiser, porque estou desde o princípio no meio. Fui a Brasília e sei muito bem dos fatos. O restante é balela.

Obrigado, deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Eu prefiro fazer a minha manifestação sobre uma situação doméstica de Santa Catarina. E por falar em Joinville, deputado Kennedy Nunes e deputado Reno Caramori, li uma matéria que me chamou muito a atenção, que é pertinente, porque nós temos relatado o assunto aqui nesta Casa.

Eu vou ler inclusive o nome do empresário joinvilense, porque está no jornal e penso que é público. Não estou autorizado, mas como está publicado, acredito que não há problemas.

(Passa a ler.)

"Revolta de Albano Schmidt

O empresário Albano Schmidt, presidente da Termotécnica, com matriz em Joinville e sete fábricas espalhadas pelo Brasil, está 'revoltado' com a política fiscal do governo do estado. Como produtor de itens em isopor para companhias exportadoras, vem acumulando créditos de ICMS jamais recebidos.

A questão se origina da lei Kandir, editada nos anos 90 do século passado. A discussão se arrasta há mais de 60 dias com a secretaria da Fazenda. Antes, a lei estadual permitia abater os créditos nas contas de energia a pagar, por exemplo. Isso mudou há algum tempo.

Fábrica de Joinville ameaçada

'Somos o marisco na briga entre o mar e o rochedo. A unidade de Joinville está sendo inviabilizada', argumenta Albano Schmidt. Há aumento de despesas e custos por conta do modelo tributário catarinense. É um enorme mico, resume. A Termotécnica já acumula créditos em valor suficiente para construir uma nova fábrica. 'Seria mais prático construir outra no Paraná, perto da divisa com Santa Catarina'.

Significa que a unidade de Joinville poderá ser reduzida de tamanho. O que aumenta a indignação do empresário é o empenho do estado em conceder incentivos para grupos do exterior que atuam em ramos em que já há companhias instaladas em Santa Catarina, enquanto as catarinenses recebem tratamento punitivo."

Sr. presidente e srs. deputados, nós temos relatado aqui, nesta Casa, e não foi uma única vez, que a política fiscal catarinense tem dado incentivos para determinados grupos e, ao mesmo tempo, elevado a carga tributária de outros, como no caso da micro e pequena empresa, que está sendo debatido agora com técnicos para que se ache uma solução.

Então, apenas relatei esse fato para constatar que os pronunciamentos que temos feito aqui nesta Casa em relação à carga tributária catarinense são verdadeiros e que os créditos de ICMS continuam se arrastando.

Mas, eu quero registrar mais uma vez aqui nesta tribuna a situação caótica da Rodovia dos Móveis, deputado Reno Caramori, que faz a ligação de São Bento do Sul ao Paraná, mais precisamente do trecho São Bento do Sul, distrito de Fragosos e distrito de Campo Alegre.

Aquela rodovia sofreu danos em 2008. Nós já passamos 2009, já estamos em 2010 e dois trechos daquela rodovia continuam colocando em situação de risco a vida de usuários, tanto de veículos como de caminhões pesados.

Já falei que essa rodovia é uma ligação importante para o norte catarinense e para toda Santa Catarina, pois faz ligação com o Paraná e por sua vez com a BR-116, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados. Grande parte da economia catarinense vai para outros estados através dessa rodovia, e a recíproca também é verdadeira.

Já houve apelos, srs. deputados, da associação empresarial, da CDL e de outras entidades de classe, das câmaras de vereadores, dos prefeitos, da imprensa local, do jornal *A Gazeta*, do jornal *Folha do Norte* e de outros órgãos de comunicação, mas infelizmente não há resposta.

No dia em que alguém for a óbito será tarde, pois esta vida não volta mais!

Prejuízos têm acontecido se não todos os dias, mas todas as semanas, tanto de veículos pequenos quanto de carros pesados, porque além de estar em meia pista, a que está sendo utilizada é o acostamento em precárias condições.

Mais uma vez faço um apelo ao secretário da Infraestrutura, que assumiu há pouco tempo, porque esse problema vem-se arrastando há mais de um ano e meio.

Sr. governador, é um pedido que faço a v.exa.: peça ao seu secretário que dê atenção a essa rodovia, porque o povo catarinense merece!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, falamos hoje pela manhã sobre a questão da saúde pública. Inclusive lemos a carta de uma servidora técnica do Hospital Celso Ramos mostrando a dificuldade cada vez maior de realizar o serviço na área da Saúde, na rede pública do estado.

Queremos falar agora um pouco sobre a situação da segurança. Cada semana vem um deputado pedir audiência pública para discutir a situação da segurança pública numa determinada região ou cidade do estado de Santa Catarina. E agora, nos últimos meses, já não é pedido por cidade, deputado Kennedy Nunes, mas por bairro.

Há menos de um mês foi realizada uma audiência pública no norte da Ilha, solicitada pelo deputado Edison Andriano. Na próxima segunda-feira, teremos uma audiência pública na Trindade, para discutir o mesmo assunto, ou seja, a falta de segurança pública em Florianópolis, assim como já houve em Campos Novos, Itajaí, Joinville, Palhoça, Chapecó e São Carlos. E poderíamos citar um rosário de audiências públicas realizadas para discutir a falta de segurança, a falta de efetivos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil.

É caótica a situação, porque falta pelo menos cinco mil policiais militares no estado de Santa Catarina, dois mil bombeiros, dois mil policiais civis e mais agentes prisionais, apesar de o sistema prisional ter contratado bastante nos últimos anos.

Nós temos hoje o mesmo efetivo ou menos do que tínhamos há 25 anos, e praticamente inexistia vigilância privada no estado de Santa Catarina. Já no ano passado só os inscritos na Polícia Federal eram 57 mil. O estado tem abandonado as suas tarefas, as suas atribuições. No entanto, além dessa questão grave da falta de efetivo, de estruturas, de apoio institucional, há falta de uma política clara na área da segurança pública e em todas as áreas de serviço público no estado.

Vou repetir e talvez alguns discordem, mas a lógica tem sido a degradação do serviço público, o engurgitamento dos recursos para o fortalecimento do serviço público, especialmente nas áreas de atendimento direto da população.

Talvez estejam fortalecendo as estruturas do estado, do aparelho de estado, do aparato de estado, que vale para o Poder Legislativo, para o Poder Judiciário, isso está muito claro, e para o Poder Executivo. Aliás, no Executivo foram construídos 36 palácios pelo

estado. Ninguém quer falar disso por enquanto, mas creio que depois das eleições se vá falar sobre isso: 36 são muitas regionais!

Na segurança pública, já dizíamos na semana passada, falando para o então vice-governador, que é governador há mais de três meses, que para melhorar metade dos problemas, para começar a resolver os problemas da segurança pública, se havia esse interesse, teria que mudar a relação com os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. E essa relação não foi mudada. A promessa de anistia fica na promessa, na enrolação, nas esferas do palácio.

A política salarial continua a mesma, e ninguém quer mais nem falar no assunto. O plano de carreira continua travado, continuam tratando a chicote aqueles que devem e precisam fazer a segurança pública da sociedade catarinense.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo horário pertence ao PRB. Fará uso da palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, demais integrantes da Mesa, deputada Ada De Luca, que hoje está toda de verde, deputada Ana Paula Lima, deputada Ângela Albino, demais srs. deputados, nossas taquígrafas, gostaria de dizer, deputada Ada De Luca, que eu gostei muito da cor da sua roupa, verde, porque verde é esperança. Esperança de um amanhã melhor. Por isso, hoje, em homenagem à deputada Ada De Luca, estou usando o meu lenço verde, que significa força da mulher no Parlamento catarinense.

E falando de mulher, quero dirigir a palavra a todos os catarinenses e dar continuidade à minha fala da semana passada, quando eu falei que estou trabalhando bastante em prol da PEC-0134/2007, que está lá na Câmara Federal. Inclusive, já tenho mandado correspondências de solicitação aos deputados catarinenses, no sentido de que nos ajudem.

Nós temos uma bancada muito boa que poderá nos ajudar a dar o seu parecer favorável. Sei que estão acontecendo muitas audiências públicas, umas favoráveis e outras contra ao ensino integral. Mas eu falo na qualidade de mãe. Mãe e avó. Eu já sou avó. Eu tenho um neto de oito anos, e a nossa tranquilidade como mãe, dona de casa, mulher, é de ver nossos filhos na escola, deputado Pedro Uczai, num tempo integral. Eu sei que v.exa. comunga da mesma idéia desta deputada. Tempo integral! Onde o aluno entrará às 8hs e sairá às 18h, recebendo três refeições. Terá o conteúdo programado normal e terá as suas aulas, as suas atividades extracurriculares, como atividades esportivas. A criança estará aprendendo na escolinha de futebol, porque o importante é competir.

Teremos aulas de balé, judô, danças, futebol, capoeira, primeiros socorros, informática, pintura em tela. Para as meninas teremos corte e costura, artesanato. E estou batalhando muito no ministério da Educação, no MEC, através do ministro da Educação, deputada Ada De Luca, para que volte o ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas. Já lectionei muito, sou professora formada, tenho a carteirinha do MEC. Posso dizer que sou professora, porque tenho uma credencial, tenho uma carteirinha do MEC, registrada no ministério da Educação. E quero dizer mais: vou lutar muito pelas aulas de Educação Moral e Cívica nas escolas.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Ouço v.exa. com muita alegria, deputada Ada De Luca.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Parabéns, deputada Odete de Jesus, por querer resgatar a aula de Educação Moral e Cívica que eu considero uma das coisas muito importantes para um novo resgate, para as crianças começarem a ter amor pela pátria não só na Copa do Mundo.

Sobre a educação integral, eu também quero parabenizá-la. Sou completamente a favor, mas desde a hora que seja como nos países de primeiro mundo, que realmente tenham assistência o dia todo e não que façam disso demagogia e depósito de criança.

Então, precisamos estar bem atentas. Parabéns!

A SRA. PROFESSORA DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, o meu tempo esgotou, mas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Chereim, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREIM - Eu quero, sr. presidente, saudando as sras. deputadas, saudar todos os deputados desta Casa.

Assomo à tribuna desta Casa na tarde de hoje para discorrer novamente sobre saúde pública. E ouvindo as palavras dos deputados Jailson Lima e Décio Góes, o deputado Jailson Lima dizia que nós temos que estar atentos com o que falamos aqui, porque senão acaba se tornando uma verdade. Também estive atento às palavras do deputado Décio Góes, quando dizia que a culpa de tudo que não dá certo é do governo federal e do presidente da República.

Então subo hoje aqui somente para me defender. Não quero aqui atacar ninguém, nem faço a política da meia verdade.

Deputado Jailson Lima, médico, ex-prefeito, quantas e quantas vezes estivemos à mesa, na secretaria de estado da Saúde, tentando construir um projeto de saúde pública para melhorar o sistema do município de Rio do Sul? Foram inúmeras vezes, e cito o deputado Jailson Lima, porque é médico, foi prefeito e sabe como é fácil criticar saúde pública neste país quando se sabe usar bem as palavras, mas não se tem os números, não mostram os números que nós queremos e precisamos ouvir para não deseducar a nossa população no seu exercício pleno da cidadania.

Preocupa-me quando vejo alguém, desta tribuna, dizer que o estado não cumpriu a sua meta constitucional de 12% de aplicação em saúde pública. Que isso faz parte do jogo da cena da política até concordo, apesar de não usar dessa prática. Agora, eu queria que me dissessem, aqui, os ex-prefeitos, secretários, deputados, o que é gasto com saúde neste país. Digam-me em que está regulamentado, qual é a lei que diz o que é gasto com saúde neste país.

Secretaria de estado do Rio de Janeiro é secretaria de Saúde e Defesa Civil. Compraram enxada para abrir buraco, cavar morro, porque no Rio é legal. É secretaria de estado da Saúde e Defesa Civil.

Agradeço profundamente a contribuição deste Parlamento, em que todos os deputados de uma maneira geral votaram e torceram para que fosse aqui aprovado que retirássemos os inativos dos gastos com

Saúde. Com certeza isso foi um grande avanço para a saúde pública dos catarinenses.

Acho que mais ou menos há oito ou nove anos está no Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional do senador Tião Viana, do PT do Acre, e outro de um médico de Rondônia, não lembro o seu nome, tentando legalizar, dizendo o que é gasto na Saúde. Mas não avança, não vai para frente. E o do senador Tião Viana pede a regulamentação da Emenda n. 29, para que nós possamos aplicar constitucionalmente aquilo que a lei exige e que os brasileiros tanto precisam.

Vejamos bem! Se a progressão da aplicação orçamentária que foi prevista para o sul, no ano de 2000, houvesse sido aplicada corretamente, nós não teríamos hoje o orçamento do ministério da Saúde de R\$ 40 bilhões, mas de R\$ 100 bilhões, que é o que o Brasil precisa. Mas lamentavelmente não se fala sobre isso. E também não vou apontar o dedo para ninguém, porque eu sei que o ministro Temporão é um homem correto que quer melhorar a saúde pública deste país.

Se fôssemos aprovar a Emenda n. 29 do senador Tião Viana, de um ano para outro puláramos de R\$ 48 bilhões para R\$ 68 bilhões de investimentos para a saúde pública deste país. Por isso, os prefeitos estão desesperados, apavorados, porque não sabem mais o que fazer com sentenças judiciais rondando a porta de todos eles.

Não adianta abrir hospital lá no extremo oeste, porque não vai ter médico para trabalhar lá com o salário que se paga hoje. Não adianta apontar o dedo para uma pessoa ou para um estado ou para um município, porque a gestão do SUS é dos três entes, município, estado e União, cada um com a sua responsabilidade.

A partir do momento em que os governos, seja de que partido for, colocarem a saúde pública como prioridade, não tenho dúvida de que vai funcionar neste país. Mas é preciso colocar como prioridade, como se busca incessantemente o estaleiro em Biguaçu, como se fosse resolver todos os problemas de Santa Catarina.

É fácil criticar uma organização ambiental que está pedindo apenas que se cumpra a lei. Criticam dizendo que deixarão de gerar emprego, como se isso fosse resolver tudo.

Concordo que é preciso fazer, é preciso gerar emprego, qualidade de vida para a população, mas tem que haver prioridades. E não me conformo que saúde pública não seja prioridade de todos os governos brasileiros.

Quando se fala que a descentralização não funcionou, não é verdade. Faço aqui um desafio aos srs. deputados, de todos os partidos, debate com qualquer candidato a governador, com qualquer um, e provo, sim, que avançou e avançou muito em Santa Catarina.

Não quero aqui, pelo amor de Deus, depreciar qualquer governo, mas em quatro anos do nosso governo, 2003 a 2007, no governo Luiz Henrique, fizemos, somente no planalto norte, cinco vezes mais investimentos do que no governo passado, em quatro anos, em todo o estado de Santa Catarina. Foram 50 milhões, de Joinville a Porto União. E no governo passado foram apenas R\$ 10 milhões, nos quatro anos, em todo o estado.

E são números, não são palavras, são ações, realizações desde Porto União a Joinville. E se pegarem todo o estado de Santa Catarina, são quase R\$ 300 milhões em convênios com municípios ou com entidades hospitalares.

Infelizmente, sr. presidente, o meu tempo está-se encerrando, mas estou aberto e tenho certeza da sensibilidade dos srs. deputados, da grande maioria, em buscar a verdade incessantemente, para debater o que for preciso e provar com números que Santa Catarina avançou e já avançou muito na Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca, por até 19 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, eminente deputado Moacir Sopelsa, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL.

Deputado Jailson Lima, entendi muito bem o seu discurso em defesa da senadora Ideli Salvatti, mas não entendi esse negócio do verde. Esta cor é verde cítrico, aprenda de uma vez por todas.

(Passa a ler.)

"Caros colegas, o setor da cerâmica vermelha tem relevante importância não só no setor da construção civil, mas direta e indiretamente na economia catarinense.

A região de Criciúma, em Santa Catarina, reconhecida como um polo internacional, concentra as maiores empresas brasileiras. As regiões de Morro da Fumaça, do vale do Araranguá, no sul do estado, possuem uma representatividade expressiva na produção de blocos e telhas em Santa Catarina, assim como as regiões do vale do Itajaí e do vale do rio Tijucas.

A produção de blocos e telhas nas regiões do Morro da Fumaça e vale do Araranguá, que é destinada ao Rio Grande do Sul, passem, gera em torno de 3.700 empregos diretos para o nosso estado. Então, não há como negar a importância do segmento de cerâmica vermelha em toda a cadeia da construção civil.

Os programas para construção de casas populares demandam produtos das indústrias de cerâmica vermelha e representam um forte crescimento desse setor. São centenas de empresas espalhadas pelo estado produzindo, principalmente, blocos de vedação, telhas e componentes de laje, além de blocos utilizados em alvenaria estrutural, pisos, manilhas e elementos vazados.

Essas unidades produtivas do segmento de cerâmica vermelha são empresas de pequeno e médio porte, que ainda utilizam tecnologias desenvolvidas há mais de 30 anos. E quem visita a região e vai visitar o trabalho artesanal pode dizer que o processo é quase escravo. É um processo de dificuldade, que exige muito do ser humano. Poucas são as empresas que utilizam as novas tecnologias de ponta em seu processo produtivo.

Mesmo com menor desenvolvimento tecnológico, essas empresas geram centenas de milhares de empregos diretos, movimentam mensalmente milhões de toneladas de matéria-prima argilosa e ainda faturam mais do que outros importantes segmentos do setor cerâmico.

Com o objetivo de fortalecer esse segmento da economia, encaminhei uma indicação ao governo do estado, solicitando, caros colegas, a redução da alíquota do ICMS, que é um absurdo, de 17% para 8%, para os produtos de cerâmica vermelha mais utilizados na construção das casas populares: telhas e tijolos.

A indicação foi lida e aprovada na sessão de ontem e em breve estará nas mãos do governador Leonel Pavan. Eu espero que o governador Leonel Pavan tenha sensibilidade para a nossa solicitação.

Destaco que gerando menos encargos, essa redução na carga tributária, com certeza, resultará na criação de novos empregos, permitirá a implementação de novas tecnologias e, consequentemente, acelerará o progresso e proporcionará crescimento e desenvolvimento para o setor.

O Brasil é, atualmente, o segundo maior consumidor mundial de revestimentos cerâmicos, o quarto maior produtor e exportador e o segundo maior exportador para o mercado norte-americano. A cada dia, a qualidade e a variedade desse material aumentam e não podemos perder esse momento de crescimento, tampouco perder esse filão no consumo de produtos cerâmicos.

Temos, sim, que incentivar os investimentos no setor e impulsionar a produção, dessa forma estaremos, todos nós, os 40 parlamentares, contribuindo ainda mais para o crescimento da indústria cerâmica e da economia do estado."

Muito obrigada à deputada Professora Odete de Jesus e aos nobres colegas pela atenção dispensada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Tendo em vista a verificação da falta de quórum para as votações, vamos passar diretamente para Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, como nenhum deputado pediu verificação de quórum, a tradição na Casa é que os projetos que têm consenso podem ser votados.

Temos interesse, juntamente com os governadores de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, na deliberação do projeto da Ferrosul, que já foi aprovado por unanimidade no âmbito das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Então, havendo acordo de lideranças, poderemos deliberar acerca dos projetos que têm consenso. Não tenho avaliação preliminar, mas acredito que amanhã teremos dificuldade de votar qualquer matéria.

Por isso, gostaria de fazer uma consulta aos líderes no sentido de que deliberemos as matérias que tenham consenso no âmbito deste Plenário, até porque agora são 15h52.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Tenho a convicção de que às 16h, que é o horário do início da Ordem do Dia, teremos quórum para deliberar. Por isso vamos antecipar a votação das moções e dos requerimentos, enquanto os deputados que estão nos seus gabinetes descem ao plenário, até porque estamos num período de calendário especial.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - V.Exa. já respondeu a minha pergunta, que tinha o mesmo sentido da pergunta do

deputado Pedro Uczai. Nós respaldamos, inclusive, a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0396/2010, 0398/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0399/2010, 0401/2010 e 0402/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0400/2010, de autoria do deputado Reno Caramori.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0909/2010, 0910/2010 e 0911/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0912/2010 e 0913/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0908/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do DNIT, pedindo a realização de vistoria e análise sobre as condições de tráfego na BR-208, no trecho localizado no município de Nova Erechim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção n. 0053/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao ministro da Pesca e Aquicultura e ao comandante da Capitania dos Portos de Santa Catarina, solicitando medidas urgentes visando à agilização do processo de legalização da maricultura e do maricultor catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0054/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando repúdio ao PL n. 4.548, de 1998.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0055/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao diretor do Hospital São José, ao presidente da Associação Jaraguense de Deficientes Físicos, ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, apelando pela manutenção e cumprimento do contrato firmado entre o Hospital São José e a Associação Jaraguense de Deficientes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0056/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao chefe da Procuradoria de Justiça de Santa

Catarina, apelando pela criação da Promotoria de Justiça de Defesa Animal, no âmbito do Ministério Público Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0095/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura e ao presidente do Deinfra, solicitando informações sobre a existência de contrato firmado com a Prosul Projetos Supervisão e Planejamento, no período compreendido entre janeiro de 2007 e junho de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0096/2010, de autoria do deputado Silvío Dreveck, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as prestações de contas referentes aos processos de serviços emergenciais efetuados pelo Deinfra para o restabelecimento da normalidade do tráfego na SC-301.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0077/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0442/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0465/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0003/2010.

Votação das redações finais dos Projetos de Decreto Legislativo n.s 0003/2010 e 0004/2010, referentes às contas de 2007 e 2008.

Não há emendas às redações finais.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por maioria, com os votos contrários dos deputados Kennedy Nunes, Pedro Uczai e Sargento Amauri Soares.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0089/2010, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Abdon Batista (construção do Centro de Educação Profissional - Cedup)

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2010, de autoria do governador do estado, que institui o Fundo Rotativo da Penitenciária Sul e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Eu cometi um equívoco de encaminhamento, até porque nós temos a votação, em segundo turno, de leis complementares. Vamos deixar para o final da sessão, para que possamos ter um quórum elevado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0109/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, que autoriza o Poder Executivo a participar da composição acionária da Ferrovia de Integração do Sul - Ferrosul S.A.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade em homenagem ao deputado Pedro Uczai.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0144/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que torna obrigatória a implantação, pelas empresas de coleta de lixo do estado de Santa Catarina, de sistema de segurança para os garfis que transitam na parte posterior dos caminhões de lixo.

Ao presente projeto foi acrescentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0148/2010, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual e a Semana Comemorativa da Capoeira.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0201/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a obrigatoriedade das agências de bancos públicos e privados no estado de Santa Catarina oferecerem guarda-volumes aos clientes.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0207/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que dispõe sobre o controle de cães e gatos no território catarinense com a colocação de *microchip*, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apensado o PL n. 0304/2008 e foram acrescentadas emenda substitutiva global, emenda modificativa e emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0397/2009, de autoria do deputado Décio Góes, que denomina Estrada Parque Brigadeiro Silva Paes o trecho da SC-410, iniciando no KM-4 da rodovia até a confluência com a avenida Nézio João Miranda, no KM-17 da mesma rodovia.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0411/2009, de autoria do deputado Cirio Vandresen, que altera o art. 1º da Lei n. 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0562/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Prevenção e Tratamento da Obesidade Infantil nas instituições de ensino públicas e privadas do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2010, de autoria do Ministério Público, que inclui dispositivo e altera a Lei Complementar n. 223, de 2002, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do pessoal do Ministério Público, reajusta os vencimentos do Quadro de Pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CHIQUINHO ZENATTI	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	

DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	

DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
-----------------------	-----

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim", nenhum voto

"não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo

turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2010, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que acrescenta o item III no número 2 da Tabela II da Lei Complementar n. 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.169, de 2000.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CHIQUINHO ZENATTI	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim", nenhum voto

"não" e nenhuma abstenção.

Na verdade, são 23 votos "sim" se contarmos com o voto do deputado Pedro Uczai.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2010, de origem governamental, que institui o Fundo Rotativo da Penitenciária Sul e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CHIQUINHO ZENATTI	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÔES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0022/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que exclui o item 20 do anexo único da Lei Complementar n. 288, de 2005, que transforma cargos previstos na Lei n. 1.139, de 1992, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Por favor, sr. presidente, em se tratando de educação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Eu posso ler a ementa do projeto, deputada.

(Passa a ler.)

"[...]que exclui o item 20 do anexo único da Lei Complementar n. 288, de 2005, que transforma cargos previstos na Lei n. 1.139, de 1992, e estabelece outras providências."

A autoria é do deputado Rogério Mendonça. Exclui o item 20.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Qual é o artigo? Porque em se tratando de escola, de educação, fico bem esperta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sra. deputada, v.exa. pode ficar bem à vontade, bem tranqüila, pois a matéria foi aprovada por unanimidade em todas as comissões. Mas se v.exa. ou outro deputado quiserem vistas do projeto, ele está à disposição.

A lei é bem simples, apenas exclui o item 20 do anexo único da Lei Complementar n. 288, que descreve detalhadamente o cargo de técnico pedagógico.

O item 20 diz o seguinte: "Executar outra atividade de acordo com as necessidades da escola". É justamente esse item que é retirado.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Eu vou abster-me, porque é meio complicadinho. Retirar cargo de profissionais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não se trata de retirar cargo.

Eu vou retirar de pauta para que v.exa...

Já está aberta a votação. Não dá mais para retirar da pauta, sra. deputada, infelizmente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Vou abster-me. Não, na verdade vou votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com o voto contrário da deputada Professora Odete de Jesus, que será feita no painel, está encerrada a votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CHIQUINHO ZENATTI	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÔES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim" e um voto

"não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0031/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, que acrescenta dispositivo na Lei Complementar n. 281, de 20 de janeiro de 2005 (bolsa de estudos e bolsa de pesquisa - art. 170).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, este projeto de autoria do deputado Serafim Venzon teve a aprovação deste parlamentar e também da comissão de Educação, Cultura e Desporto em função do seu mérito. Ou seja, através dele, o aluno que recebe uma bolsa de estudos decorrente do art. 170 num percentual, por exemplo, de 40%, tem diminuída a sua responsabilidade sobre esse percentual, que é repassado à instituição de ensino. Ele só tem responsabilidade com relação aos outros 60%.

No momento em que elogiamos o mérito deste projeto, deputado Serafim Venzon, não podemos deixar de lembrar que desde fevereiro o governo do estado não repassa os recursos referentes ao art.170.

Então, vejamos a contradição de um deputado do PSDB, que quer diminuir a responsabilidade do aluno, o que está correto, mas faz parte da base de apoio a um governo que há seis meses não repassa os recursos atinentes aos arts. 170 e 171 da nossa Constituição.

Vamos ter uma audiência pública na próxima terça-feira, às 10h30, nesta Casa, na qual os reitores, os diretores, os dirigentes das universidades e das faculdades estarão discutindo se o governo vai pagar a conta ou não. Ora, o pagamento é constitucional, é legal!

E aí o que acontece? Há seis meses o governo não repassa os recursos para as instituições de ensino e agora uma lei vai obrigá-las a honrar o restante das bolsas de estudo não recebidas.

Olhem o que estamos votando aqui! É meritório o projeto? Claro que é, mas está implícito neste projeto de autoria do deputado Serafim Venzon o calote do governo. Para que um projeto desses, se a Constituição diz que o governo tem que repassar todo mês o dinheiro das bolsas de estudo para essas instituições?!

Se não repassa, a instituição é responsável e o aluno não deve ser prejudicado. Ok! O aluno não deve ser prejudicado, mas, por outro lado, está implícito, deputado Jailson Lima, que o governo não vai repassar ou que o governo vai atrasar o repasse referente aos arts. 170 e 171.

É lamentável ter que dizer isso! Eu, que fui o autor da regulamentação do art. 170 nesta Casa, há 11 anos, ter que assistir a isso, justamente num momento em que a receita do estado está crescendo?! Para onde está indo o dinheiro dos arts. 170 e 171? Está havendo desvio de dinheiro do art. 170! Tem que haver resposta para isso! Vamos votar a favor porque se trata de mais um benefício para os estudantes universitários, mas não podemos deixar de dizer, sinceramente, o que está implícito neste projeto: a continuação do calote no repasse dos recursos do art. 170 e a consequente responsabilidade das instituições de ensino sobre as bolsas de estudo.

Não é para isso que temos o art. 170. Bolsa de estudo é sagrada, educação superior para os filhos dos nossos agricultores é coisa sagrada, direito ao ensino superior é sagrado. Portanto, tem que ser sagrado o repasse dos recursos dos arts. 170 e 171 para as nossas instituições e para os nossos estudantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a contribuição do deputado Pedro Uczai, que fez a sua observação, mas orientou o voto favorável ao projeto de lei complementar.

Na verdade, ontem, depois da reunião na comissão de Educação, através do deputado Pedro Uczai, soube que os reitores das universidades estavam mobilizando-se para vir a esta Casa participar de uma audiência pública.

Ato contínuo, liguei para o secretário da Fazenda, que me assegurou que o dinheiro do art. 170 está na secretaria da Educação desde o começo do ano. Falei então com o professor Silvestre Heerd, que afirmou que todos estão recebendo, com exceção daqueles que estão com alguma CND não regularizada.

Então, eu diria assim, srs. deputados, se aprovarmos esse percentual que o aluno ganha de bolsa, fica a universidade com a responsabilidade de cobrar do governo e não do aluno, porque aquele aluno que foi selecionado é carente.

Ora, durante este ano nunca recebi nenhum reitor de universidade de Santa Catarina dizendo que o governo estava atrasado. Soube ontem disse e na mesma hora liguei para os secretários da Fazenda e da Educação, que me garantiram que só não receberam aqueles que têm problemas de CND.

De forma que posso dizer aos srs. deputados que podem aprovar tranquilamente este projeto, porque ele beneficiará os alunos e as universidades, que saberão de quem reclamar. Eles vão reclamar onde está o dinheiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Solicito a abertura do painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não dá mais para retirar a matéria de votação?

Já havia definido o meu voto, mas com a explicação do deputado Serafim Venzon, comecei a ficar confuso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O painel já está aberto e estamos em processo de votação, sr. deputado.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, peço mais 30 segundos para que a deputada Ada De Luca possa exercer o seu direito de voto, pois dessa forma, efetivamente, conseguiremos o quórum mínimo necessário para que se efetive a votação do projeto de autoria do deputado Serafim Venzon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Pois não, deputado!

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

DEPUTADO CHIQUINHO ZENATTI sim

DEPUTADO DADO CHEREM sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPENSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO RONALDO BENEDET sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim

DEPUTADO VALMIR COMALIM

Está encerrada a votação.

Votaram 24 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quero fazer uma consulta à Mesa Diretora, porque nós, deputados, estamos tendo diferentes informações sobre as audiências públicas.

Na semana passada, tivemos uma orientação de que não era possível fazer audiências públicas para discutir projetos e temáticas fora do âmbito do Parlamento. Porém em outras comissões e para outros parlamentares têm sido aprovadas audiências públicas em diferentes espaços do estado de Santa Catarina.

Então, gostaria que se v. exa., mesmo não tendo agora uma informação oficial, providenciasse uma orientação da Mesa Diretora, porque os deputados da nossa comissão têm levantado isso. Inclusive, participei de reunião da comissão de Finanças, na qual deliberamos que no próximo dia 12 haverá uma audiência pública em Xanxerê.

Por isso, faço esse questionamento e peço uma orientação, porque neste momento o que é permitido para uma comissão não o é para outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Pedro Uczai, na semana retrasada solicitamos uma orientação e verbalmente a Procuradoria nos informou que as audiências públicas poderiam ser realizadas apenas dentro da Assembleia Legislativa.

Tendo em vista essa informação de que foi aprovada a realização de uma audiência pública externa, vamos pedir que a Procuradoria se manifeste por escrito.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Trato hoje de um tema que considero importante, e na última segunda-feira o *Diário Catarinense* publicou o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - Ideb, que foi divulgado pelo governo federal. Refiro-me, obviamente a Santa Catarina. E um dado chamou muito a minha atenção.

A matéria é afirmativa no sentido de que os municípios do interior deste estado melhoraram, e muito, na avaliação. É desnecessário até dizer que Santa Catarina continua na ponta entre os estados mais bem avaliados quanto ao ensino básico de 1ª a 5ª séries e de 5ª a 8ª séries.

Vou aqui falar apenas da região que represento, mas essa é a tônica de todos os municípios do interior do estado, deputado Pedro Uczai, presidente da comissão de Educação, à qual com muito orgulho também pertencço.

Por exemplo, no município de Caçador, até a 5ª série em 2005 a avaliação foi 2,6; em 2009 houve uma melhoria para 3,9, atingindo exatamente aquilo que a meta preconizava. De 5ª a 8ª séries, no mesmo município, a média que em 2005 era 4, saltou para 4,6, ultrapassando a meta, que era 4,4.

No vizinho município de Videira, a média em 2005 era 4,5 e em 2009 foi 5,1, ultrapassando a meta estabelecida, 4,9. Para o ensino de 5ª a 8ª séries, foi da mesma forma. Em 2005 a média era 4,2 e em 2009 foi para 4,7, ultrapassando a média, 4,5.

Em Lebon Régis, um dos municípios mais pobres deste estado, a média em 2005 para o ensino até a 5ª série foi 3,2, em 2009 saltou para 4,8, para uma meta de 3,6. E assim sucessivamente.

Poderia aqui citar todos os municípios da nossa região. Mas quero, deputados Ronaldo Benedet, Genésio Goulart e Elizeu Mattos, que foi secretário Regional em Lages, bem como este deputado o foi em Caçador, acreditar que pelo menos parte desse avanço na avaliação do Ideb, no interior deste estado, deve-se à descentralização.

Quero falar com muito orgulho da minha atuação como secretário Regional em se tratando de educação. Nós avaliamos a situação, no início, quando assumimos o governo, e o quadro era alarmante. Passamos a monitorar cada um dos estabelecimentos escolares. Reunimos todos os diretores, passamos a visitar todas as escolas, constatamos um alto índice de repetência, de evasão escolar, de disfunção entre idade e série. Enfim, aquele quadro era desalentador. E decidimos dar uma atenção toda especial à educação.

Nós tínhamos a expectativa de que esse quadro, em médio prazo, pudesse ser revertido, e foi o que aconteceu. E investimentos maciçamente na melhoria, na ampliação, na construção de novos prédios, ginásios e quadras de esportes. Pasmem, srs. deputados e sras. deputadas, mas de todas as escolas da rede pública estadual da nossa região apenas uma possuía ginásio de esportes. E agora, no final deste ano, há apenas uma que ainda não tem.

Investimos maciçamente na capacitação dos professores, envolvemos além dos professores as APPs, valorizando-as, e o resultado hoje é muito melhor do que aquele que encontramos há alguns anos.

Eu entendo que, através da educação, vamos fazer com que as regiões mais reprimidas economicamente em Santa Catarina, que é um estado de primeiro mundo, desenvolvam-se, porque ainda há municípios muito aquém do desenvolvimento que preconizamos, que queremos alcançar.

Vejo na educação o caminho para alcançarmos esse desenvolvimento. Assim como fizemos em cada um desses municípios da secretaria Regional, entendo que nessas regiões é necessário que os secretários, os diretores de escola, façam uma avaliação, chamem os diretores, os gerentes de educação e promovam uma revolução. Pois assim estaremos não apenas melhorando o Ideb, mas melhorando o Índice de Desenvolvimento Humano de cada um dos municípios deste estado.

Faço esse relato, sr. presidente, pois considero fundamental e apropriado, até para repercutir matéria do *Diário Catarinense* e a avaliação do próprio governo federal, que mais uma vez coloca Santa Catarina na ponta entre os estados que têm o melhor ensino público de todos os 27 estados da Federação.

Quero aqui também, deputado, cumprimentar o secretário da Educação, enfim, todos os servidores da Educação, por estarem contribuindo de forma decisiva para que possamos a cada dia melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu só gostaria de registrar aqui, nesta Casa, a presença do vereador Rogério Linhares, do município de Garopaba, defensor dos interesses da sociedade garopabense, dos deficientes físicos, que faz um excelente

trabalho e mesmo com as suas limitações demonstra a sua competência. Queremos prestar essa homenagem a esse excelente vereador da bancada do PMDB, no município de Garopaba. Quero agradecer e registrar a sua presença nos anais desta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Ronaldo Benedet.

Seja bem-vindo o companheiro da cidade de Garopaba.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria apresentar um requerimento. Existe a Lei n. 7.543, de 1988, que trata de não se exigir o pagamento de IPVA para proprietários de veículos terrestres, com deficiência física. Eu apresentei um projeto de lei dizendo que nós poderíamos conceder esse benefício às pessoas que tivessem a deficiência, que não podem dirigir o carro, mas que outra pessoa dirija o carro.

Então, a pessoa com deficiência teria também esse direito. O deputado Dirceu Dresch, no seu parecer, entendeu que esse direito já está garantido difusamente em algumas outras leis.

Então, eu entendo que se colocarmos esse direito numa única lei, ou seja, na Lei n. 7.543, fica mais prático para todos.

Por isso, eu apresentei o requerimento para que tramite de novo normalmente nas comissões, permitindo que esse direito esteja expresso na mesma lei. Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Na sequência, com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e também pela Rádio Alesc Digital, o assunto que me traz à tribuna, na tarde desta quarta-feira, é de extrema preocupação, porque os dados publicados na mídia catarinense apontam que dez mulheres são assassinadas por dia no Brasil.

(Passa a ler.)

"Apesar do esforço do governo federal no enfrentamento à violência contra a mulher, esses números ainda trazem à reflexão o gravíssimo problema social que atenta contra a integridade física e moral das mulheres.

Em nível federal, existe uma secretaria especial de política pública voltada às mulheres, com diversos programas e ações no combate a essa violência que adentra em milhares de casas e leva as famílias ao flagelo.

No Brasil, apesar dos números assustadores, avançamos muito na questão ligada à proteção da mulher. Depois de muita luta, Maria da Penha conseguiu traduzir o seu sofrimento na garantia de uma lei que leva o seu nome, a Lei Maria da Penha, que precisou ser reconhecida internacionalmente para que surgisse uma lei na defesa das mulheres.

Exemplo disso é a Lei Maria da Penha que tornou mais rigorosa as penas contra crimes de violência doméstica, e foi considerada pelo Unifem - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - uma das três leis mais avançadas do mundo, considerando os 90 países que têm legislação sobre o tema violência contra a mulher!

No entanto, os dados da Organização Mundial da Saúde não deixam dúvida de que a violência de gênero ainda é um dos grandes

problemas do século XXI: 70% das mulheres vítimas de assassinato foram mortas pelos seus maridos ou parceiros.

A violência doméstica é a forma extrema de opressão das mulheres, apesar de que recentemente aderiu-se ao Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - há menos de um mês, com a vinda do ministro Luiz Barreto e também da senadora Ideli Salvatti a Santa Catarina. Infelizmente, ainda não foi assinado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Há o pedido do Fórum Maria da Penha, de vários segmentos, inclusive de conselhos municipais, para que o governo do estado assine esse pacto, mas o governador ainda não assinou. Esse pacto é um instrumento do governo federal que também contempla ações em defesa da mulher.

Infelizmente, no estado de Santa Catarina, ainda não temos implementados os mecanismos consagrados pela Lei Maria da Penha. O número de delegacias especializadas para os casos de violência contra a mulher ainda é pequeno em relação à demanda. Assim como o número de casas-abrigo é insuficiente. Infelizmente poucas cidades possuem para que as mulheres vítimas de violência possam estar num local seguro, ela e os seus filhos.

Assim para combater a violência contra a mulher há tudo o que precisamos em termos legais, em termos de programas nacionais criados especificamente para esse fim, basta apenas vontade dos nossos governantes, e falo aqui no sentido de que o governo do estado de Santa Catarina, os prefeitos e prefeitas tratem esse tipo de violência com seriedade e com o preparo necessário para o enfrentamento. E esse enfrentamento, senhoras e senhores, precisa ser urgente. Devemos lançar mão de todas as medidas para coibir a violência contra as mulheres, que acontece em todas as classes sociais e atinge todas as idades. Dia após dia, somos surpreendidos por casos graves que comprometem a vida de famílias inteiras e a saúde da sociedade como um todo. A violência contra a mulher adoce a família e adoce a sociedade.

Hoje nas TVs, deputada Ada De Luca, nos jornais, nos sites de notícias, brasileiros acompanham estupefactos as informações sobre o desaparecimento de Elisa Samudio e, por ironia, um atleta, o goleiro Bruno, do Flamengo, está entre os suspeitos. Preocupante também é a notícia recente de adolescentes que teriam estuprado uma menina de 13 anos, em Florianópolis, cujo caso está sob investigação.

Imaginem senhoras e senhores, adolescentes cometendo esse tipo de barbárie. Imaginem quando tiverem a idade adulta, estuprando meninas de 12, 13 anos, e não foi apenas um, foram mais adolescentes. Por isso temos que estar atentos, a escola tem que estar atenta, as famílias também, porque isso é uma reprodução de violência.

Bem, senhores, há uma cultura que precisa ser questionada e revista, no país e no estado, que está impregnada, infelizmente, na nossa sociedade, e faz com que as mulheres sejam vítimas pagando até com a própria vida.

Não podemos assistir passivamente a essas notícias tão graves. Queremos respeito! Queremos dignidade, queremos mudar essa cultura que oprime as mulheres! E precisamos de políticas públicas que ajudem a mudar esse estado de coisas."

Nós precisamos, sim, que o estado de Santa Catarina assine o Pacto pelo Enfrentamento à Violência.

Precisamos, deputada Ada De Luca, de mais delegacias especiais, de mais casas

abrigo, para que essas mulheres possam estar também, com seus filhos, mais protegidas, mas precisamos mudar a cultura, fazer esse debate nas escolas, orientar os nossos adolescentes, para que não cometam mais essas barbáries, a exemplo do que aconteceu nas cidades de Florianópolis e Blumenau. Em cada cantinho uma mulher hoje está chorando, sofrendo, sendo assassinada, e a cada ano, a cada dia, dez mulheres no Brasil são assassinadas. É um dado alarmante!

Era isso, sr. presidente, o que tinha a relatar na data de hoje.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, a próxima orada inscrita é a sra. deputada Ada De Luca, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Parabéns, deputada Ana Paula Lima, pelo pronunciamento de v.exa. e conte comigo em todas as lutas que a sua comissão empreender. Independentemente de comissão ou de sermos deputadas de partidos diferentes, é obrigação nossa lutar sempre por essa causa, principalmente contra a violência para com a mulher, para com as nossas crianças e com os futuros jovens do amanhã.

Sr. presidente, srs. deputados, venho fazer aqui agora neste instante um relato até gostoso de ouvir.

(Passa a ler.)

"Há 130 anos, montados em burros, abrindo picadas, os primeiros imigrantes italianos chegaram ao vale do Araranguá, acamparam às margens do rio, como se dizia, Cresciúma, e iniciaram a construção das primeiras casas. Moradias simples, de madeira, feitas rapidamente para abrigar a família. Cobriram as moradias com folhas de palmeira tecidas. Ergueram de imediato, como é típico da raça, uma boa igreja para as suas orações. Aqui encontraram terra fértil, longe das guerras e da perseguição real, criaram os filhos e constituíram a vida.

Foram desbravadores das matas de Criciúma, Içara, Meleiro, Turvo, no sul, e Monte Castelo e Papanduva, no norte do estado, onde deixaram descendentes que até hoje cultivam a cultura trazida da Itália. E a família De Luca foi uma das primeiras a se instalar, há 130 anos, no sul de Santa Catarina.

Em comemoração à chegada ao estado que os acolheu também essa é a data da minha terra natal, Criciúma. A família De Luca, no próximo dia 18, em Criciúma, faz o encontro histórico para mais de 1.500 pessoas.

Estarão reunidas diversas gerações da família, e pela primeira vez a confraternização recebe primos e primas argentinos, originados do mesmo pequeno povoado chamado Osigo, no município de Fregona, Itália.

No início do século XIX, a Itália vivia momentos de grande crise econômica, onde se espalhava a cólera e as pessoas morriam de 'pelagra' - uma doença associada à fome. Paolo De Luca e a esposa Augusta Furlan viviam na Parocchia d'Osigo, cujo padroeiro é São Jorge, na comuna de Fregona, *distretto* di Vittorio-Veneto, província di Treviso, Itália.

Após a morte da esposa, Paolo, desanimado, triste, pegou seus seis filhos e emigrou para o Brasil. Já aqui em Santa Catarina, os descendentes de Paolo uniram-se em matrimônio com outras famílias italianas, com as famílias Serafim, Dal Pont, Benedet, Faraco, Darós, Maccarini, Zanette, Casagrande, Rizzieri, Peruchi, Dario, Pizzeti, Milanese, entre outras.

Juntas, as famílias construíram escolas, igrejas e hospitais, fundaram povoados e cidades, produziram alimentos, máquinas, pisos, azulejos, roupas masculinas e femininas, até a moda social e a moda de trabalho.

A família De Luca sempre esteve ligada ao comércio, prestou serviços em medicina, educação, pesquisa, mecânica e nos mais variados setores. Os encontros - realizados todos os anos pela associação da família De Luca - são para lembrar e agradecer aos antepassados.

É um momento de recordações e reencontro de quem contribuiu para a história do sul de Santa Catarina, honrando os ancestrais e preparando as futuras gerações para continuar construindo este Estado, acreditando no bem, na ética e no próximo.

Estaremos lá, reunidos, para relembrar a história e para comemorar nossa participação na história da minha querida Criciúma e de todo o sul de Santa Catarina.

Nós, descendentes daqueles imigrantes italianos, temos orgulho dos nossos antepassados, porque eles tiveram força e coragem para atravessar o oceano e povoar terras desconhecidas.

Este sentimento, nunca perdido por eles, foi transmitido às gerações seguintes pela convivência com nossos pais, avós e bisavós, e representa a estreita ligação que temos com a Itália.

Aproveito a oportunidade para reforçar a indignação de todos nós, descendentes diretos de italianos, com a demora na análise dos processos de reconhecimento de cidadania. O que desejamos, com a força de nosso sangue, é o que nos assegura a lei italiana: o reconhecimento da nossa cidadania!

E isto, a burocracia italiana, ou talvez o preconceito, está-nos negando. Estamos na fila, à espera dos consulados, há muitos e muitos anos.

Para encerrar quero citar uma frase que resume a importância de valorizarmos nossas origens e nosso passado.

"Morre-se definitivamente, quando morre a última pessoa que se lembra de nós. Estaremos vivos enquanto existir alguém que lembra nosso nome".

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria apenas de relembrar aos deputados e deputadas que compõem este Parlamento e também ao público catarinense que hoje realizaremos uma sessão especial em homenagem às Organizações Não-Governamentais Protetoras de Animais, a partir das 19h, aqui, no Plenário Osni Regis, e convido todos para participar desta solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Muito obrigado, deputada!

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, tive o prazer e a satisfação de no dia 01, quinta-feira próxima passada, participar de um evento, de uma inauguração de um grande empreendimento no município de Criciúma, empresa que vem apostando e acreditando no crescimento do Brasil, principalmente relacionado ao agronegócio.

(Passa a ler.)

"A Plasson do Brasil Ltda., que hoje inaugura este belo parque fabril aqui em Criciúma é subsidiária do Grupo Plasson, um dos mais importantes grupos empresariais do estado de Israel.

A empresa foi fundada em 1964, portanto, caminhando já para o seu cinquentenário, por um grupo de agricultores e profissionais liberais pertencentes ao Kibbutz Maagan Michael, comunidade de aproximadamente 500 famílias, localizada próxima às cidades de Cesaréia e Haifa e distante 100km da capital econômica daquele país, Tel Aviv, e 150km de Jerusalém.

As margens do Mar Mediterrâneo, a comunidade construiu um próspero grupo industrial, com vendas anuais superiores a 300 milhões de dólares, para mais de 80 países do mundo. Além de duas fábricas em Israel, a empresa possui 14 subsidiárias localizadas nos vários continentes, destacando países como Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Austrália, Estados Unidos, Índia, Espanha, Polónia e, lógico, essa no Brasil.

Além de equipamentos para avicultura, a empresa dedica-se à produção de válvulas e conexões de grande porte para distribuição de água, esgoto, irrigação e gás. Conta com aproximadamente 1.500 colaboradores em todo o mundo.

A Plasson é uma empresa de capital aberto, tendo 30% de suas ações na Bolsa de Valores de Tel Aviv, sendo que os 70% são de propriedade da comunidade do Kibbutz.

Em 1996, a empresa decidiu pela implantação da Plasson do Brasil Ltda., com o objetivo de atender a um mercado que crescia, com muito vigor, e necessitava de equipamentos de elevada tecnologia e qualidade. A avicultura brasileira experimentava um crescimento importante e, principalmente, buscava uma renovação nos equipamentos instalados, objetivando melhorar ainda mais suas performances e atender ao exigente mercado internacional de carnes de frango.

Em fevereiro de 1997, nascia a Plasson do Brasil, num pequeno pavilhão industrial, localizado em Criciúma, na Avenida Santos Dumont.

O mercado reagiu positivamente e a empresa teve um crescimento importante nos primeiros anos no Brasil. O espaço ficou pequeno, e em cinco anos mudou-se para Içara, na rodovia SC-444, num espaço maior, para dar atendimento aos negócios que cresciam, inclusive com grande ênfase nas exportações para a América Latina. Em 2006, a Plasson do Brasil recebeu a Certificação ISO 9001 na produção e comercialização de equipamentos avícolas, sendo a pioneira neste setor, inclusive com a sua renovação aprovada em 2009.

A importante participação em projetos avícolas no centro oeste-brasileiro demandou a abertura de uma filial no estado do Mato Grosso em 2007, com o objetivo de atender com mais qualidade ainda aos seus clientes daquela região.

Em julho de 2008, a Plasson do Brasil apresentou o projeto dessa fábrica ao Conselho Diretivo do Grupo em Israel, tendo recebido aprovação unânime dos seus membros. Essa nova fábrica busca concentrar toda a sua produção em uma só unidade fabril, proporcionando dessa forma um controle cada vez maior em seus processos produtivos, controles de qualidade e custos.

Conta hoje já com um efetivo de mais de 160 colaboradores, que inclusive decidiram comemorar a inauguração de seu novo ambiente de trabalho com gesto de cidadania, instituindo a semana da doação de sangue e medula, em colaboração com o Hemosc de Criciúma. Somente nessa semana, mais de 60

colaboradores estão-se dirigindo ao Hemosc, para esse gesto de solidariedade. E para a Plasson é motivo de grande satisfação e orgulho receber a todos, que é de celebração ao empreendedorismo, mas, e principalmente, de celebração e amizade onde todos são bem-vindos.

Para o descerramento que foi feito, naquela oportunidade, da placa, para registrar a inauguração, foi convidada a funcionária daquela empresa com maior tempo de serviço, sra. Risamar de Brida, representante de todos os colaboradores da empresa, juntamente com os representantes que há mais tempo estão com a Plasson. E lá, representando os brasileiros, o sr. Antonio Fávero e, representando os latino-americanos, o sr. Aldo Colman, da Argentina, em conjunto com a presidente do Grupo Plasson, fizeram o descerramento da placa, que diz o seguinte:

‘Nesta data inauguramos o novo parque industrial da Plasson no Brasil, com a presença dos nossos clientes, colaboradores, representantes, autoridades, fornecedores e amigos.

Que este empreendimento solidifique ainda mais nossos laços comerciais e de amizade!

Criciúma SC, 1º de julho de 2010.’”

Deputado Dirceu Dresch, v.exa. que vem do segmento da agricultura, segmento sindical, esse empreendimento tem à frente da diretoria o amigo Franke Hobold, nascido no município de Criciúma, no distrito de Forquilha, hoje emancipado, mostrando o potencial principalmente vinculado ao agronegócio, ao segmento de produção de carnes suínas ou de frango.

Realmente há uma expectativa crescente, positiva, deste país que é o celeiro do mundo. Todas as atenções e os olhos dos investidores na produção de alimento, principalmente, estão voltados para esse nosso glorioso país, mais especificamente para Santa Catarina e, sobretudo, para o município de Criciúma, onde está localizada hoje a empresa Plasson, que produz implementos para a construção de aviários, acreditando no segmento que é uma crescente progressiva.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Valmir Comin, quero parabenizá-lo pela fala, pela lembrança desse setor tão importante para Santa Catarina, que é o forte também na nossa economia, pois mais de 30% do nosso produto interno bruto vem do setor da agricultura e de toda a rede que está em torno dessa atividade.

Hoje, pela manhã, falava disso, deputado, ou seja, que precisamos proteger o nosso sistema, a nossa forma, o grande potencial que temos dos agricultores que produzem, que cuidam, que capricham para termos bons produtos para o Brasil e para fora. Então, precisamos de fato proteger essa economia e também valorizar os nossos agricultores que estão produzindo lá na ponta, nas comunidades. Citamos isso hoje de manhã, e é muito positivo.

Então, parabenizo v.exa. pela sua fala, neste sentido.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - O segmento é muito promissor. E vou colocar e inserir as suas palavras no meu pronunciamento.

Esse segmento é tão promissor que conseguimos atrair os investidores israelitas que aqui realmente investem os seus dólares, acreditando neste país. Por isso, fiz questão de usar a tribuna na tarde de hoje para realmente

promover essa menção e parabenizar, sinceramente, o grupo Plasson pelos investimentos no município de Criciúma, no nosso querido estado de Santa Catarina.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O último orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, é uma grande alegria voltarmos aqui e dizer que há pouco tivemos uma audiência com o superintendente estadual do DNIT. E queremos aqui ressaltar o grande trabalho, o grande compromisso desse catarinense com o nosso estado.

Claro que o João José, com certeza, superintendente do DNIT, não estaria prestando tantos serviços para o nosso estado e para o Brasil, se não fosse pelo grande investimento e pelo grande momento que o Brasil vive, no qual muitas obras estão acontecendo por todos os cantos. Inclusive, as rodovias federais no estado estão recebendo grandes investimentos.

Então, quero agradecer o grande atendimento do João José e de toda a sua equipe. Ele nos dizia que a cada momento a demanda está aumentando, porque estão chegando mais recursos e mais projetos. Já foram dadas as ordens de serviço para a rodovia perimetral de Xanxerê e para o acesso a Chapecó, que vai ser um exemplo de uma grande obra para o oeste catarinense. Além disso, temos praticamente pronta uma das nossas reivindicações, que é o trevo de Juvêncio, a entrada do município de Palmitos, na BR-158; o entrocamento da BR-282 com a BR-158, também em Maravilha, na divisa com Cunha Porã. Hoje estivemos com as lideranças de Iraceminha - prefeito e vereadores - discutindo o trevo de acesso a Iraceminha.

Quero, de público, parabenizar o engenheiro João José, o governo federal e o ministério dos Transportes pelos grandes investimentos em Santa Catarina, pelos grandes investimentos no oeste catarinense e pelo grande investimento na BR-101.

Estamos acompanhando as críticas da Oposição sobre essa obra, mas não temos dúvida de que a obra está andando em ritmo muito acelerado e, inclusive, grande parte da obra já está pronta. Temos mais de 100 viadutos já prontos, o tráfego está fluindo tranquilamente, temos alguns gargalos, mas são problemas referentes a licenciamentos ambientais.

Assim, até o final do ano grande parte da obra estará resolvida e propiciará para Santa Catarina e para o Brasil um grande desenvolvimento, porque é uma estrada que liga também o Rio Grande do Sul a todo o Brasil. É com certeza uma obra importante para a sociedade catarinense, que utiliza intensamente o trajeto da BR-101/sul.

Quero reforçar o nosso reconhecimento como deputado estadual do Partido dos Trabalhadores, do partido do presidente Lula, ao engenheiro João José, esse grande catarinense, pelo seu trabalho à frente do DNIT, sempre sensível às demandas das lideranças de todas as regiões do estado de Santa Catarina, além de ter uma equipe que não vem medindo esforço para que as coisas de fato andem e as obras de infraestrutura aconteçam.

Outro tema que me chama muito a atenção lendo os jornais é que entidades pedem segurança em Chapecó com o lema Paciência tem limite. Inclusive, amanhã, das 9h

às 10h, vai acontecer um ato público na cidade de Chapecó, ocasião em que o comércio e as empresas vão fechar as portas. É uma mobilização diferente, não é uma mobilização de agricultores, é uma mobilização do comércio, das indústrias, das empresas e da sociedade chapecoense, reclamando da falta de segurança pública naquele município.

O presidente do Sicom, de Chapecó, diz que de oito anos para cá a insegurança está muito grande e reclama também das lideranças políticas do oeste do estado, mas também de Chapecó. Precisamos reconhecer a falta de investimento naquele município. Existem promessas feitas há cinco, seis anos de colocar mais estrutura, carros e policiais nas ruas, mas nada disso está acontecendo.

Enquanto isso, o ex-prefeito João Rodrigues continua fazendo discursos sobre tolerância zero com o atual prefeito, mas fica só no discurso, não há ação e é por isso que as entidades reclamam da representação política de Chapecó. Mas o prefeito João Rodrigues era de um dos partidos de apoio ao governo de Luiz Henrique e nada fez.

Reclamam também da partidização, da politização da Segurança Pública em Santa Catarina, além de discriminação.

Então, apoiemos e achamos correto esse ato público de amanhã porque a sociedade, as organizações, as entidades têm que reclamar quando as coisas não funcionam, quando não há resposta às suas reivindicações, porque reivindicações já foram feitas a muitas entidades de Chapecó, e temos acompanhado.

Estamos pedindo ao governador Leonel Pavan, aos deputados da base do governo que olhem por Chapecó. Deem uma olhada no oeste catarinense, que está reclamando que não há mais segurança por lá. Discurso não resolve nada, fazer discurso de tolerância zero não resolve. Temos que resolver as questões práticas da cidade, temos que estruturar a Polícia Militar, fornecendo-lhe carros e pessoas para poder fazer o policiamento de Chapecó.

Chamamos a atenção, portanto, para esse ato público de amanhã, com o lema Paciência tem limite, que vai acontecer das 9h às 10h, na cidade de Chapecó. Com certeza será um ato para chamar a atenção do governo do estado, mas também das lideranças da região, acerca da necessidade de mais investimentos em segurança pública. Até os conselhos de segurança pública dos bairros, das comunidades, acabaram desestruturando-se e uma das reivindicações da sociedade é de que sejam recompostos.

A secretaria da Segurança Pública precisa resolver esse problema na cidade de Chapecó, que também tem ocorrido em outras regiões. Inclusive, declinamos desta tribuna o problema do município de São Lourenço do Oeste, onde os agricultores estavam em total insegurança, pois toda semana ocorriam furtos, roubos e matança de animais. E graças à intervenção da secretaria da Segurança e da nossa luta, nossa insistência, o problema foi resolvido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem às organizações não-governamentais protetoras de animais.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 022ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2010, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

HOMENAGEM ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

PROTETORAS DE ANIMAIS

PROPOSIÇÃO DEPUTADA ANA PAULA LIMA

SUMÁRIO

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Ressalta a responsabilidade do Poder Legislativo de fazer valer as leis de proteção aos animais e elogia entidades e cidadãos que se preocupam com a causa.

DEPUTADO FEDERAL EDINHO BEZ - Enfatiza a importância da força dos voluntários para mudar a realidade de maus tratos aos animais.

PROMOTOR DE JUSTIÇA LUIZ EDUARDO SOUTO - Discorre sobre a abordagem legal da questão da proteção aos animais.

ELIZABETHE MACGREGOR - Informa sobre o trabalho desenvolvido pela WSPA em todo o mundo.

BÁRBARA LIBRECHT - Em nome dos homenageados, agradece o apoio e o incentivo aos voluntários.

HALEM GUERRA DA SILVA NERY - Observa que o movimento de proteção aos animais é planetário e ganha força diariamente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor Luiz Eduardo Souto, promotor de Justiça, coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Edinho Bez, deputado federal;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Halem Guerra da Silva Nery, coordenador da Rede Catarinense de Solidariedade aos Animais e presidente do Instituto Ambiental Ecosul;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa;

(Palmas)

Ilustríssima senhora Bárbara Librecht, membro da Associação de Proteção aos Animais de Blumenau;

(Palmas)

Ilustríssima senhora Elizabeth MacGregor, gerente de desenvolvimento do WSPA Brasil, Sociedade Mundial de Proteção Animal;

(Palmas)

Ilustríssima senhora Maisa Secco, presidente do Grupo de Protetores Independente Adote Lages;

(Palmas)

Senhoras e senhores, muito boa-noite!

A presente sessão especial foi convocada por solicitação desta deputada e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares desta Casa em homenagem às organizações não-governamentais e apoiadores e protetores de animais.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pela sra. Janete Ferreira.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Muito obrigada, Janete, pela belíssima interpretação.

Gostaria de registrar também a presença das seguintes personalidades:

Senhora Maria Elizabeth Tiscoski, representando o deputado federal João Pizzolatti;

Jornalista Marcos Bedin, diretor da Associação Catarinense de Imprensa da Região Oeste;

Senhora Schirlei Azevedo Ribeiro, coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina.

Neste momento, passo a condução dos trabalhos ao deputado Edinho Bez, a fim de que, na condição de proponente da presente sessão especial, possa fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDINHO BEZ - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - (Passa a ler.)

"Senhoras e senhoras, inicialmente, quero dar as boas-vindas a todos os presentes no Parlamento catarinense e agradecer a presença das autoridades nominadas.

O Parlamento catarinense tem a honra de recebê-los para uma sessão especial, porque é uma forma de homenagear e agradecer o trabalho das organizações não-governamentais protetoras dos animais do estado de Santa Catarina.

Já mencionei anteriormente ao dr. Luiz Eduardo e faço aqui também o registro da ausência do dr. Luciano, da cidade de Blumenau, que não pôde comparecer. Mas falando com ele anteriormente, comentei que vocês realizam um trabalho que deveria estar sendo desempenhado pelo estado.

Desejo que esta noite seja memorável para todos nós! Tenho certeza de que não somente os que se encontram aqui, mas também aqueles que nos acompanham pela TVAL estão dividindo a sensação de conhecer pessoas que muitas vezes anonimamente dedicam-se aos cuidados e à proteção dos animais. São protetoras e protetores que diuturnamente, através de um trabalho voluntário e nem sempre compreendido e reconhecido, salvaguardam a

saúde e a qualidade de vida dos animais. E aqui, com muita satisfação, também encontramos jovens que realmente nos emocionam por esse legado de amor aos animais.

Pela proximidade que temos com alguns dos presentes, sabemos que são pessoas que se doam. Não é raro abrirem mão do convívio familiar e social para resgatarem um animal abandonado, na maioria das vezes, ferido, maltratado. Em momentos mais difíceis, mobilizam-se para conscientizar a população diante das barbáries praticadas como, por exemplo, nas farras de boi, nas puxadas de cavalo, na apresentação de animais nos circos e nos rodeios.

Falo de pessoas que descobriram que os animais humanizam e que, conforme as palavras de Pitágoras, 'dividem conosco o privilégio de ter uma alma'.

Por isso, repito, sinto-me privilegiada por conhecer vocês e por contribuir com um pedaço da história de cada organização protetora. Homenagear e dar visibilidade ao trabalho que vocês desenvolvem é a forma que encontramos de olhar nos olhos de cada uma e de cada um e dizer: obrigada por existirem.

Sei que o movimento não precisa, e nem busca, reconhecimento. O que vocês exigem é que os governos assumam as suas responsabilidades em proteger aos animais. Ao mesmo tempo, não encontro palavras para definir as atrocidades que ainda continuam sendo praticadas contra os animais - e o que mais me assusta: pesquisas revelam que 80% dos assassinos começam matando animais!

Este é um momento de homenagem, mas também para chamar a atenção para momentos dramáticos que já vivemos diante da violência com os animais. Exemplo recente foi o protesto pacífico contra a puxada de cavalos, na cidade de Pomerode, em abril deste ano, quando voluntárias da Proteção aos Animais foram agredidas covardemente pelos 'adeptos dessa barbárie'. Além das sequelas físicas, ficam também as sequelas emocionais.

Portanto, ao prestar esta homenagem, quero dizer das alegrias e das tristezas que fazem parte do cotidiano de vocês, porque mais anônimos que possam parecer, os atos de vocês impedem que muitas violências sejam cometidas contra os animais.

Por essa razão, posso afirmar: vocês são um exemplo de amor e respeito à vida! Sabemos, porém, que um 'muito obrigada' ainda é muito pouco. Nós, parlamentares, temos a obrigação de fazer a aplicação das leis de proteção aos animais; temos que usar o Parlamento, este Parlamento, deputado Edinho Bez, para denunciar, para repudiar e combater toda e qualquer forma de violência contra os animais. Temos que cobrar que o estado de Santa Catarina deixe de ser omissivo em relação

às políticas públicas de proteção aos animais. Temos o direito de exigir que saiam do papel para a prática a Lei n. 12.854, de dezembro de 2003, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais; a Lei de n. 3.818, de dezembro de 2006.

E reconheço a participação do Halem, que nos ajudou a elaborar a Campanha de Controle Populacional de Cães e Gatos, acompanhada sempre de ações educativas sobre propriedade responsável de animais.

Pior do que não ter leis, senhoras e senhores, é tê-las e não aplicá-las! Por falta de sensibilidade dos governos que se sucederam, infelizmente o estado é retardatário se comparado a outros da nossa federação.

E aqui encontrei um companheiro do Rio de Janeiro, que mencionou essa situação no tocante, por exemplo, à importância da construção dos centros de zoonose em vários municípios, assunto pertinente, inclusive, à saúde pública do estado de Santa Catarina.

Da mesma forma, o estado não tem dado o apoio necessário e geralmente ignora as ações desenvolvidas pela maioria dos que estão aqui nesta noite. É o caso, por exemplo, da ONG Abaré, do norte da ilha, que foi impedida de atuar em uma das suas funções por não receber o alvará da prefeitura. Em função disso, a Abaré está deixando esta cidade e transferindo-se para Sorocaba, no estado de São Paulo. Mas já sei que estão montando outra ONG para atuar neste município.

Estamo-nos juntando, por exemplo, à luta pela criação - e há, inclusive, um abaixo-assinado - da Promotoria de Defesa Animal junto ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

(Palmas)

Esta Casa aprovou, inclusive, na tarde de hoje, uma moção referente a isso. A Promotoria de Justiça de Defesa Animal, uma vez criada por lei e devidamente provida, poderá atuar eficazmente no combate à exploração dos animais, realizando um trabalho compassivo de grande relevância social e digno das tradições do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Para encerrar, deixo à reflexão um pensamento de Victor Hugo: 'Primeiro foi necessário civilizar o homem em relação ao próprio homem. Agora é necessário civilizar o homem em relação à natureza e aos animais'. É o caso da Abaré, que está-se transferindo deste município para o de Sorocaba.

Finalizo, então, agradecendo a cada um e a cada uma de vocês por realizarem esse trabalho no estado de Santa Catarina, um trabalho do qual, como parlamentar e como mulher, orgulho-me.

Esta tribuna terá que ser a voz de todos vocês para denunciar, para proteger, para fazer ressaltar e para homenagear.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDINHO BEZ - Devolvo a condução dos trabalhos à deputada Ana Paula Lima, nesta sessão especial em homenagem às organizações não-governamentais de proteção aos animais.

Deputada, v.exa. está de parabéns. Tenho visitado vários estados, assim como o interior de Santa Catarina, e participado de alguns debates nesse sentido. Por isso fiz questão de prestigiar esta homenagem a tão importantes pessoas e entidades, que realizam um trabalho bellissimo para todo o povo brasileiro, principalmente em termos de conscientização.

Parabéns!

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Edinho Bez.

Também gostaria de registrar a presença do deputado Pedro Uczai, a quem solicito que faça parte da mesa.

Neste momento convido o sr. deputado federal Edinho Bez para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDINHO BEZ - Quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima e estendo os cumprimentos a todos os demais componentes da mesa, em especial a todos vocês, que vieram prestigiar, valorizar esta importante sessão especial em homenagem às organizações não-governamentais protetoras de animais.

Quero estender também os cumprimentos a todos os parlamentares que por unanimidade aprovaram a iniciativa da deputada Ana Paula Lima.

Como falei rapidamente, tenho visitado muitos municípios em outros estados da nossa federação e até mesmo em outros países e constatei que existe uma preocupação enorme por parte da maioria das pessoas com essa causa. Felizmente está aumentando a conscientização e tem muito a ver com o trabalho que vocês fazem diuturnamente. Estamos falando de respeito à vida, pois animal é vida, e a coisa mais importante neste mundo é a vida. Não existe nada tão precioso, nada que possamos valorizar mais do que a vida, e todos nós precisamos conscientizar-nos da sua importância.

Quero também parabenizar, deputado Pedro Uczai, o trabalho da TVAL, porque quando chego em casa, vindo de Brasília, de madrugada, costume ligar a televisão e sempre me deparo com um assunto que me chama a atenção.

Quero dizer que tenho assistido ultimamente a algumas reportagens de televisão, como uma, no SBT, na semana passada, a respeito de um cavalo que foi agredido em Brasília, coincidentemente, e que foi recuperado, o que me sensibilizou muito.

Também recentemente, no município de Morro Grande, num encontro regional, estava pautada discussão desse tema e uma senhora, não me recordo o seu nome agora, fez uma apresentação fantástica sobre o controle da população animal, principalmente de cachorros e gatos. Sobre isso, inclusive, há um projeto tramitando no Congresso Nacional.

Nós, parlamentares, somos seus representantes, por isso rendo aqui homenagens a todos vocês, rogando que continuem seu importante trabalho, porque neste estado temos uma formação de respeito à vida.

Eu, aos 23 anos, quando estava ingressando na Caixa Econômica Federal, em certa ocasião estava em cima do horário e apertei o acelerador do meu Chevette. Eu nunca havia passado por cima ou matado algum animal, porque sempre respeitei os ensinamentos dos meus pais de respeito à vida. Mas como vinha com toda velocidade, não deu tempo de frear e acabei matando um passarinho. Aquilo estragou o meu dia e eu mais nunca esqueci aquele momento, que foi uma tragédia para mim, em função dos meus princípios pessoais.

Assim, hoje estou aqui para cumprimentar pessoalmente a deputada Ana Paula Lima, com quem tenho empreendido várias lutas, com quem conseguindo várias

vitórias. Mas a conscientização da importância da vida é uma luta ímpar.

Eu tinha um sítio e resolvi criar cabritos, porque cada um tem o seu gosto. A melhor carne, para mim, é a de cabrito e resolvi criá-los. Fui a Minas Gerais, a Belo Horizonte, e fiz um curso a respeito, já que a criação de cabritos não é costumeira na nossa cultura. E foi muito interessante, porque havia pessoas de Florianópolis, de Joinville, do Brasil inteiro. Voltei de lá, construí toda a estrutura e iniciei e criação. Chegou, depois de algum tempo, a hora de abater os animais, mas não consegui matar nenhum.

(Palmas)

Doei os animais e parei de criar cabritos porque não conseguia abatê-los, pelo carinho que sentia até em função de ir ao sítio todo final de semana, ocasião em que meus filhos brincavam com os animais.

Recentemente, vi uma reportagem sobre o abate de animais; havia imagens dos açougueiros e dos grandes frigoríficos. Não consegui ver até o fim, desliguei a televisão. Isso aconteceu recentemente, faz uns dez ou quinze dias, e a reportagem mostrava os animais desde o nascimento até a chegada ao abatedouro. Houve um momento muito triste, que me emocionou, foi quando o boi entrou no brete e sentiu que iria morrer, seus olhos brilharam, porque entendeu que a sua vida estava terminando. Resultado: desliguei a televisão, não tive coragem de ver.

Comecei minha fala dizendo que vim aqui para prestigiar cada um de vocês, pois são vocês que estão no dia a dia em contato com os animais. Nós, deputados estaduais, nós, deputados federais, temos que levar ao conhecimento do Poder Executivo, seja municipal, estadual ou federal, a clareza de que o animal também sente. O animal é vida e a vida não tem preço!

Parabéns a todos vocês e muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Edinho Bez.

Convido para fazer uso da palavra o dr. Luiz Eduardo Souto, promotor de Justiça, coordenador de Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

O DR. LUIZ EDUARDO SOUTO - Gostaria de cumprimentar a deputada Ana Paula Lima, o deputado Edinho Bez, o deputado Pedro Uczai, as demais autoridades presentes, os catarinenses, em especial todos os representantes das diferentes entidades que integram a Federação de Entidades Ecológicas Catarinenses (Feec).

Gostaria de expressar a minha satisfação com a realização desta homenagem na Casa do Povo a esse segmento da sociedade que, talvez em função de um ranço histórico, dividiu a forma de pensar a defesa do meio ambiente em pensamento ecocêntrico e em pensamento antropocêntrico. Assim, desde a sua origem teve a expressão de um racha entre essas duas formas de pensamento e um preconceito social muito grande àqueles que se preocupam com a causa ambiental, a causa não apenas dos interesses do homem, mas de todas as formas de vida.

Parece-me que estamos caminhando ainda a passos lentos para a compreensão de uma solidariedade maior, necessária, que envolve a causa animal, que é solidariedade intergeracional, essa preocupação de uma nova

consciência que talvez seja tão necessária na sociedade doente em que vivemos, num país subdesenvolvido ainda com tantas riquezas.

Também muito importante à causa animal são todas essas pessoas que dedicam um espaço da sua vida, dos seus afazeres para essa solidariedade diferenciada. Nós comentamos que a solidariedade ocorre entre os mesmos grupos, entre diferentes grupos, entre diferentes gerações e, no ápice, entre diferentes formas de vida.

Então, quero parabenizá-los e dizer que a Constituição Federal foi um marco em que o meio ambiente foi capitulado definitivamente como um direito fundamental de todos, e é um dever do estado e da sociedade assegurá-lo.

Está no art. 225 da Constituição, como norma pétrea, no mesmo patamar dos outros valores, a proibição da violência animal, a proibição dos maus tratos aos animais, que foi reconhecida em decisão do Supremo Tribunal Federal na prática da farra do boi, no estado de Santa Catarina. Ainda em 1998, quanto à rinha de galo, houve uma lei estadual que também acabou, através da Justiça, sendo derrubada. E há a Lei de Crimes Ambientais, art. 32, em cima do que o Ministério Público trabalha fundamentalmente em parceria com as ONGs, que complementam essa atuação ainda deficitária do estado.

Em relação a essa parceria houve, em 2008 de uma forma especial, em companhia do Halem, que hoje ocupa uma das cadeiras do Conselho Estadual do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, a abertura de espaço a uma entidade ambientalista de defesa animal, que hoje representa também a Feec.

Gostaria de dizer que já colhemos muitos frutos dessa parceria, pois desde 2008 a farra do boi foi reduzida consideravelmente no estado, restringindo-se praticamente a um único município.

Também há outras iniciativas importantes com relação ao Centro de Controle de Zoonoses, com promotores engajados na aplicação de medidas, de penas, em razão de atos infracionais voltados à educação das pessoas e ao respeito aos direitos dos animais.

Então, nesse curto espaço de tempo, quero dizer da satisfação e da alegria ao receber essa homenagem, essa lembrança importante, que muito impulsiona a causa, dando um gás extra a esse pessoal idealista que trabalha num patamar, com certeza, espiritual superior à grande maioria da população e que tem uma função importantíssima na transformação social pela qual tanto batalhamos, em prol de uma igualdade maior entre as pessoas e entre todas as formas de vida.

Parabéns em nome do Ministério Público de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, dr. Luiz.

Quero agradecer ainda a presença do deputado estadual Serafim Venzon.

Passo a palavra à sra. Elizabeth MacGregor, gerente de desenvolvimento da Sociedade Mundial de Proteção ao Animal do Brasil - WSPA.

A SRA. ELIZABETH MACGREGOR - É uma grande honra estar aqui hoje e, em primeiro lugar, gostaria de agradecer, em meu nome e em nome da WSPA, à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em particular à

deputada Ana Paula Lima, por essa homenagem que faz a todas as ONGs de proteção animal no estado de Santa Catarina e também aos protetores independentes, cujo trabalho enriquece muito o movimento. Agradeço também por haver lembrado a nossa entidade em nível nacional e do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, que hoje está aqui representado pelo sr. Halem Guerra da Silva Nery.

(Passa a ler.)

"A presença de todos vocês hoje representa um ato de cidadania. Todos querem participar da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com menos violência. Acho que esse é um discurso que está bem comum em todo o Brasil.

O mundo dispõe de comprovações científicas e informações suficientes de que os animais são seres sencientes, isto é, são capazes de experimentar sensações tanto de prazer quanto de dor, de medo e de sofrimento. Mas, infelizmente, ainda são vistos por muitos como meros objetos passíveis de subjugação para atender a interesses de consumo, comerciais, científicos e outros.

A percepção da senciência dos animais, de que os mesmos têm necessidades de acordo com suas diferentes espécies e de que as ações promovidas pelos humanos geram impactos sobre o meio ambiente e as demais formas de vida, configura a trilha para solucionarmos vários dos dilemas morais que nós, seres humanos, criamos, abrindo espaço para o respeito à diversidade e ao direito à vida de todos os seres, com dignidade.

A preocupação com o tratamento dado aos animais não é uma questão meramente abstrata ou teórica. Precisamos pensar a forma como tratamos todas as espécies animais - e devemos sempre lembrar isso -, não só os animais de companhia (cães e gatos), mas todas as espécies, mesmo os animais usados para consumo, os animais silvestres.

Devemos pensar em todas as espécies. A maneira como tratamos os animais nos afeta como seres humanos. Precisamos construir um novo modelo de sociedade ancorada em valores essenciais ao pleno exercício do que chamamos cidadania planetária, aquela que reconhece a interdependência de todos os seres e o valor da vida em harmonia para o bem-estar de todos. Não podemos compartimentar, não podemos pensar no bem da humanidade sem pensar no bem do meio ambiente, no bem das espécies animais.

E é para isso que seguramente estão trabalhando todas as entidades que formam o Movimento Catarinense de Proteção Animal. Eu tenho ênfase em destacar o trabalho relevante do Instituto Ambiental Ecosul e das demais afiliadas da WSPA em Santa Catarina, Aprap, Fundo Vira-lata, Voluntários Amigos dos Bichos, Aprablu, Entre Cães e Gatos, Acapra e Associação R3 Animal. Quero ressaltar o trabalho das ONGs, a Abaré, a Japra e as outras aqui presentes, e também dos protetores independentes presentes ou ausentes, mas que formam o Movimento de Proteção Animal de Santa Catarina e também o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

Estendo a todas as entidades e aos protetores independentes as mais profundas congratulações da WSPA/Brasil - Sociedade Mundial de Proteção Animal. E aproveito para alertar o Legislativo catarinense e os demais segmentos públicos, privados e não-governamentais sobre a necessidade de implementar políticas públicas e programas

educativos. Devemos sempre pensar em educação em longo prazo, para fazer frente aos graves problemas de descontrole populacional de animais domésticos, caça, aprisionamento, extinção de animais silvestres, maus tratos e crueldade aos animais em geral.

Dentro desse quadro, é extremamente bem-vinda e louvável a campanha pela criação da Promotoria de Justiça de Defesa Animal do Ministério Público de Santa Catarina, e esperamos, eu e toda equipe da WSPA, que seja em breve implantada e que seja bem sucedida.

Mais uma vez parabéns e muitíssimo obrigada a todos! Parabéns por tudo o que têm feito aqui no estado de Santa Catarina.

Aproveito o momento para fazer uma homenagem à deputada Ana Paula Lima em nome da WSPA e da Resa - Rede Catarinense de Solidariedade aos Animais.

(Procede-se à entrega de certificado.)

(Palmas)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada pelo certificado de agradecimento da Rede Catarinense de Solidariedade aos Animais, do Instituto Ambiental Ecosul e da WSPA/Brasil - Sociedade Mundial de Proteção Animal! Muito obrigada pelo trabalho que vocês exercem!

Neste momento, convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem às organizações não-governamentais e protetoras de animais por seu inestimável trabalho em promover, incentivar e divulgar a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento sustentável e a defesa dos direitos dos animais.

Convido para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, a sra. deputada Ana Paula Lima.

Convido para receber a homenagem o representante do Instituto E o Bicho.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação Abaré de Proteção Animal.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para, juntamente com a sra. deputada Ana Paula Lima, fazer a entrega da homenagem o sr. deputado Serafim Venzon.

Convido para receber a homenagem o representante da Organização Bem-Animal - OBA Floripa.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação de Proteção aos Animais de São Bento do Sul.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Instituto Ambiental Ecosul.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação R3 Animal.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Serafim Venzon e chamo o deputado Pedro Uczai para

fazer a entrega da homenagem juntamente com a deputada Ana Paula Lima.

Convido para receber a homenagem o representante dos Amigos e Protetores dos Animais de Palhoça - Aprap.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Focinho Feliz.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação de Proteção aos Animais de Blumenau - Aprablu.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação Viva Bicho.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação de Proteção Animal Amigo Bicho.

Agradeço ao deputado Pedro Uczai e convido o sr. deputado federal Edinho Bez para proceder à entrega da homenagem.

Convido para receber a homenagem o representante da Associação de Proteção aos Animais de Porto Belo.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Ecos do Atlântico na Defesa de um Planeta Sustentável.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação Lageana de Proteção aos Animais - Alpa.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Ama Bicho.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Edinho Bez e convido o promotor de Justiça, dr. Luiz Eduardo Souto, para fazer a entrega da homenagem.

Convido para receber a homenagem o representante da Associação Amigos dos Animais de São Francisco do Sul - AMSFS.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação Protetora dos Animais de Chapecó e Oeste Catarinense.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação Jaraгуense Protetora de Animais - Ajpra.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação Protetora de Animais de São Bento do Sul - Apasb.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação Protetora dos Animais de Criciúma - Apacri.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Associação Fundo Vira-Lata de Garopaba.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Agradeço ao dr. Luiz Eduardo Souto e convido o sr. Halem Guerra da Silva Nery para fazer a entrega das homenagens juntamente com a deputada Ana Paula Lima.

Convido para receber a homenagem o representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da WSPA Brasil.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante dos Anjos Quatro Patas de Porto Belo.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Hachi, de Blumenau.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido o sr. Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa, para fazer a entrega das homenagens juntamente com a deputada Ana Paula Lima.

Convido para receber a homenagem o representante da ONG Nacional Projeto Esperança Animal.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do site Amigo Cão.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Agradeço à deputada Ana Paula Lima e ao sr. Ademir Arnon.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, a sra. Bárbara Librecht, membro da Associação de Proteção aos Animais de Blumenau.

A SRA. BÁRBARA LIBRECHT - (Passa a ler.)

"Excelentíssima sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, demais autoridades, diretores e convidados.

Este é um momento muito especial e uma grande honra ocupar esta tribuna e poder falar um pouco de nossa luta em prol dos animais.

Mas, afinal, o que é um voluntário? Quem é essa pessoa que decide dedicar sua vida a uma causa ingrata que não traz retorno financeiro nem projeção social, pelo contrário, acaba lesando o próprio bolso e muitas vezes até torna o benfeitor motivo de chacota e crítica? Quem são essas pessoas que acordam de manhã sabendo que terão que encontrar abrigo para animais abandonados, ninhadas separadas das mães e jogadas na beira da estrada, novas denúncias de maus tratos e enfrentar a impotência diante da Justiça?

O ano para nós se divide de forma diferente do resto da população. No verão, quando a maioria descansa nas praias, enfrentamos o abandono de animais domésticos largados nas ruas, desesperados à procura daqueles que os abandonaram, mas que para eles continuam sendo seus heróis.

Para animais não existe abandono, eles criam elos permanentes e jamais largariam seus donos.

Aí vem o Carnaval e a Quaresma a nos lembrar da aproximação daqueles finais de semana com a farra do boi acontecendo em nosso litoral. Mesmo que tenham diminuído as manifestações, graças a um bom trabalho junto às diversas Promotorias de Justiça, a cada caso sentimo-nos terrivelmente impotentes diante da brutalidade desnecessária praticada contra animais indefesos. Neste ano, a foto de um boi caído na praia, com a pata quebrada, após ter sido torturado, e seu olhar distante de dor e incompreensão, insiste em não se apagar de minha mente.

O inverno abarrotou nossas caixas de e-mails de denúncias de animais domésticos sofrendo por terem tido o azar de cair nas mãos de donos irresponsáveis, que não entendem que animais também precisam de um simples cobertor.

Como se não bastasse, em nove municípios do interior de nossa bela e Santa Catarina, inventou-se, sob o nome de 'tradição' ou até de 'evento cultural', mais uma forma de abusar dos animais - a puxada. Uma parelha de cavalos, atrelada a uma carreta sem rodas, é obrigada a arrastar uma carga de aproximadamente três toneladas de sacos de areia, após uma exaustiva semana de trabalho na lavoura. Tudo para satisfazer o ego de seus donos, que procuram ser agraciados com medalhas e troféus doados pelas prefeituras locais.

Assim como a farra do boi, a puxada é movida a bebida alcoólica. Dia 18 de abril passado, manifestamo-nos contra uma puxada no município vizinho de Pomerode. Resultado? Agressão e xingamento contra nós - os manifestantes -, que segurávamos faixas de protesto em via pública defronte do local da puxada. Ovos podres e pedras foram lançados em nossa direção e tivemos as faixas de protesto arrancadas de nossas mãos e rasgadas, sendo as hastes com pregos usadas para nos bater, tendo como alvo principal as cabeças. Houve derramamento de sangue, nove pessoas feridas, inclusive um jornalista, imparcial, que apenas fazia a cobertura do evento.

As entidades protetoras têm direito garantido a representar os animais e lutar para que as leis de proteção sejam cumpridas. Esse é o nosso papel e fazíamos o manifesto dentro do rigor da lei. Não pudemos, na ocasião, contar com a ajuda de aparato policial, mesmo tendo sido solicitado antecipadamente através de ofício protocolado e reforçado por três telefonemas no dia do evento. O que mais nos choca é a discriminação pela qual estão passando as voluntárias da Ama Bichos, de Pomerode, fruto da distorção tendenciosa dos fatos veiculados na mídia local.

Mas nem tudo em nossas vidas é sofrimento. Também recebemos notícias boas, uma ajuda inesperada, um animal adotado, um simples elogio e até a chance de podermos hoje, orgulhosamente, manifestar-nos nesta Casa diante daqueles que nos representam e que nos acolheram de forma tão calorosa.

(Palmas)

Que o reconhecimento se estenda aos animais, que possamos unir-nos para ajudar essa parcela de nossa população que deveria ter seus direitos garantidos pela lei, direitos esses que sozinhos não podem reivindicar.

O olhar de gratidão de um animal entra como música em nosso coração, pois diante de nossos olhos, animais, crianças, idosos se confundem. Podemos ser apenas

uma simples pessoa, mas para eles somos o mundo. Ajudando-os respondemos a um chamado de nosso coração do qual não podemos fugir.

Somos movidos à força de vontade, mas isso não basta. Precisamos de parceria com o setor público, reconhecimento de nossas ações e, principalmente, uma política pública de controle populacional de animais domésticos. Se não somos capazes de garantir o direito de viverem dignamente, vamos dar-lhes ao menos o direito de não nascer.

Um de nossos requisitos seria que as prefeituras nos chamassem para discutir, em conjunto, ações antes de expedirem alvarás para eventos que envolvam animais. Um laudo médico-veterinário expedido por um profissional remunerado pelos próprios patrocinadores do evento pode não estar de acordo com as normas do bem-estar animal.

Diante do exposto e de tantos outros projetos com os quais sonhamos um dia poder realizar, falo em nome de todas as entidades, pedindo aos senhores que valorizem o nosso trabalho, entendam as nossas frustrações e ajudem-nos a tentar melhorar a condição de nossos irmãos menores.

"A indiferença pela vida e sofrimento dos animais é incompatível com a dignidade conferida aos humanos".

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, Bárbara! Um discurso com muito conteúdo para fazermos sérias reflexões.

Parece-me que o dr. Luiz Eduardo gostaria de colocar alguma coisa.

O DR. LUIZ EDUARDO SOUTO - Em função de um compromisso, vou quebrar um pouquinho o protocolo e, mais uma vez, agradecer o convite para participar desse encontro importante. Recebi, inclusive, das mãos da deputada Ana Paula Lima, a moção que pede a criação de uma promotória afeta à causa animal. Obviamente que isso não passa por uma deliberação minha, não tenho esse poder, mas comprometo-me desde já a agendar uma audiência com o procurador-geral de Justiça, para iniciarmos um trabalho de discussão a respeito do assunto.

Vivemos hoje, no Ministério Público, um momento importante em termos ambientais. Em cima da política estadual de recursos hídricos e saneamento, estamos implantando as Promotorias Regionais, pois percebemos que 120 promotores trabalharem cada um numa comarca não é mais possível.

Assim, vamos ter cursos de capacitação na constituição dos corredores ecológicos, onde efetivamente afloram as espécies de animais silvestres. Queremos dar o resguardo especial ao *habitat* dessas populações. Inclusive, abre-se também, nas Procuradorias Regionais, um espaço para discutir com maior profundidade a causa animal, que afeta tanto o animal silvestre como o animal doméstico, todos protegidos igualmente pela Constituição Federal.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O nosso muito obrigada ao dr. Luiz Eduardo Souto, que veio somar conosco no sentido de que seja implementado esse projeto de uma vez por todas.

Neste momento, convido o sr. Halem Guerra da Silva Nery para fazer uso da palavra.

O SR. HALEM GUERRA DA SILVA NERY - Quero agradecer, em nome do movimento, esta iniciativa da deputada Ana Paula Lima, uma parceira estratégica que vem há muito prestigiando, apoiando, sendo parceira de eventos, inclusive na elaboração de legislação. Realmente, independentemente de coloração partidária, a deputada Ana Paula Lima tem-se mostrado uma cidadã sensível a essa causa.

Quero também agradecer à Assembleia Legislativa e, com isso, agradeço aos demais parlamentares presentes, por esta homenagem muito justa e merecida ao Movimento de Defesa de Direitos dos Animais, pelo qual estou falando agora.

Eu acho que tudo praticamente já foi dito hoje, mas vou falar rapidamente sobre o pragmatismo, sobre o profissionalismo e sobre o mercado.

Tudo que existe hoje no estado em termos de controle populacional, de controle de zoonose, de defesa de direitos dos animais, não caiu do céu, não começou ontem. Inclusive, é uma batalha que se vem travando desde o início da década de 80.

A primeira organização de defesa de direitos dos animais em Santa Catarina foi fundada em 1982, a Acapra, Associação Catarinense de Proteção aos Animais, da qual fiz parte por muitos anos, assim como minha esposa, Cristalma, e alguns históricos que estão aqui hoje também.

Bom, o que posso dizer é que a sociedade está-se alertando, pois não são mais aqueles que na falta de ocupação ficam na rua abraçados com bichos. Nós representamos, hoje, um segmento importante da sociedade. Nós assumimos uma tarefa que deveria ser uma responsabilidade compartilhada com o poder público, que se tem mantido omissos até então. Nós representamos, inclusive, um segmento de mercado e foi por isso que afirmei que falaria também em mercado.

Cada animal desses, e são milhares, é retirado das ruas onde ele é apenas um problema para a sociedade: ele rasga lixo, ele adquire e veicula doenças, ele agride pessoas e as pessoas o agredem. Cada animal desses retirado da rua por um desses voluntários insere-se ao mercado no momento em que recebe o primeiro tratamento básico e é colocado junto a uma família responsável. Ele vai passar a frequentar uma clínica veterinária, a consumir ração, a consumir medicamentos veterinários, e o mercado já se está alertando para isso.

Estamos vendo as campanhas da Pedigree, "adotar é tudo de bom", "vira-lata é tudo de bom", dando, inclusive, subsídios, material e recursos para os voluntários, para as organizações. E a Pedigree obviamente não faz isso porque é boazinha. Na verdade, ela o faz porque há retorno econômico em termos de simpatia dos seus consumidores.

Então, o que quero dizer com isso é que nós temos que valorizar o nosso trabalho, e muito bem valorizado. A sociedade precisa entender isso, o mercado precisa entender isso, porque todos nós tiramos um pouco do bolso.

Existem organizações capitalizadas, como a Sociedade Mundial de Proteção Animal, o *Greenpeace* e outras organizações. Eu me atrevo a dizer até que hoje o segmento de defesa dos direitos dos animais em nível planetário superou, em volume de voluntários, de movimentação econômica, o movimento ambientalista. Se pudéssemos aferir a impor-

tância econômica do nosso movimento, talvez a soma dos recursos despendidos na nossa missão supere o PIB de alguns países.

Nós precisamos, todos nós, profissionalizar-nos, vender esse mercado que temos, parar de posar de coitadinhos, porque quem posa de coitadinho sempre será tratado como coitadinho. Nós temos, inclusive, uma missão superior às nossas forças, que é a questão de educar e mudar a cultura das pessoas. Nós temos que investir maciçamente na educação. Correr atrás de animais nas ruas, digamos assim, é uma parcela do nosso trabalho, mas temos que trabalhar na raiz, na base, a questão da violência humana contra os animais, a questão do abandono.

O Ministério Público realmente tem sido um parceiro estratégico. E isso também não foi muito fácil, porque o nosso conceito junto a alguns segmentos não era um conceito muito favorável, mas estamos mudando isso.

Por isso é que eu disse que não somos mais "aquele bando", somos engenheiros, advogados, administradores de empresas, donas de casa, que decidiram dar uma parte do seu tempo, do seu trabalho e dos seus recursos para lutar por uma causa.

O maior beneficiário dessa causa, o maior beneficiário do trabalho que fazemos é o ser humano, enigmáticamente o maior causador do problema que enfrentamos nas ruas. E a nossa preocupação, com certeza, não se resume ao "coitado do bicho". Nós sabemos a responsabilidade que temos também com os nossos semelhantes.

Independentemente dessa missão, cada um de nós tem outras causas às quais nos dedicamos também. Acabou aquela bobagem que ouvimos muito: "Com tanta criancinha, com tanto velhinho e vocês se preocupando com animais". Isso é próprio de quem não faz nada por ninguém nem por causa alguma.

(Palmas)

Então, o nosso trabalho precisa ser valorizado e o começo está aqui, hoje, e com certeza vamos conquistar essa Promotoria de Justiça com o apoio de todos os deputados.

Eu quero, inclusive, por uma questão de justiça, mencionar a nossa parceira Shalma Teixeira, que levantou essa bandeira no estado, que está lutando por isso. Eu tenho certeza de que todos vamo-nos engajar nessa luta, porque é importantíssima para nós.

Como já foi falado, leis existem muitas, mas elas precisam ser aplicadas. E no momento em que tivermos, dentro do Ministério Público, uma Promotoria, com uma equipe, para receber essas denúncias, essas demandas e atuar, desonera-se, inclusive, de trabalho as Promotorias de outras instâncias que hoje estão envolvidas, mas que não têm familiaridade com o assunto.

Então, quero dizer o seguinte: não tenhamos nenhum desconforto, nenhum receio de bater no peito e dizer que somos defensores dos direitos dos animais, porque estamos, na verdade, lutando pela vida, pela vida como um todo.

Para encerrar, quero dizer que o movimento está aberto, e hoje é em nível planetário. É um verdadeiro tsunami do bem que está ocorrendo no mundo inteiro na defesa do direito dos animais. Estamos tendo resultados muito positivos na Espanha com relação às touradas - e ouvimos muito os farristas sempre se referindo às touradas na Espanha. Sempre digo que o nosso momento é aqui e agora, e as touradas, na Espanha, também estão sendo muito combatidas.

Nós estamos unidos. O movimento está aberto para todas as pessoas. E todos aqueles seres humanos que quiserem aderir, que quiserem ser nossos parceiros, serão muito bem-vindos.

Queremos dizer àqueles que estão na contramão do movimento, na contramão da história, que também podem vir, mas venham preparados para a guerra, porque vão perder. Nós temos, hoje, uma força muito grande em termos de legislação, de pessoas com capacidade para enfrentar esses problemas.

Eu estava lá em Pomerode e vi aquele horror todo, mas saí ileso, porque aquele dia o meu anjo da guarda estava forte. Aquela foi uma ocasião, das poucas nas minhas seis décadas de vida, em que temi pela minha integridade física. E naquele momento, pensei: se eles fazem isso com as pessoas, o que eles não fazem com os animais?

Então, quero parabenizar todos vocês, que têm sido, inclusive, exageradamente

generosos comigo. Eu sou uma pessoa igual a vocês. E o movimento, hoje, tem muito mais cabeça do que coração.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ele não veio com o problema, ele veio com a solução. Por isso estamos todos, com a sua influência e a da sua família, unidos neste movimento.

A Núbia me presenteou com um livro. Vamos deixar os livros ali para quem quiser levar para casa o livro *Eternos Abarés*, que conta várias histórias, de diversos autores. É bem interessante. Então, está à disposição para quem quiser adquirir o livro.

Os nossos agradecimentos, em nome do Parlamento catarinense, por esse trabalho desenvolvido por todas e por todos vocês. Esta Casa está aberta para receber as suas demandas. Precisamos agora implementar as

leis aqui aprovadas. Muito obrigada é pouco! Por isso, temos que dar visibilidade ao trabalho realizado pelas ONGs.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Florianópolis, *Rancho de Amor à Ilha*, por Janete Machnatz Ferreira, acompanhada pelo saxofonista Joel Brito.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do hino.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia seis de julho de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Décio Góes, Sargento Amauri Soares, Elizeu Mattos, Joares Ponticelli, Cesar Souza Filho, Antônio Ceron substituiu Antônio Aguiar até as 10h00, após foi substituído por Jean Kulmann. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 15ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar às matérias em pauta. O **Deputado Marcos Vieira** relatou Requerimento para a realização de Audiência Pública, no município de Palhoça, no dia 21 de julho do corrente às 19:00 hs, a fim de discutir os limites impostos pela Lei nº 14.661/2009, que reavaliou e redefiniu limites do Parque da Serra do Tabuleiro, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Projeto de Lei nº 036.5/2009 exarou parecer favorável com emenda modificativa e o Projeto de Lei nº 0234.4/2008 exarou parecer favorável pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri** relatou o Projeto de Lei nº 0541.3/2009, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch e o Projeto de Lei nº 0194.4/2010 exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0022.2/2009, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em Gabinete ao Deputado Cesar Souza Junior. O **Deputado Antônio Ceron** substituindo **Deputado Antônio Aguiar** relatou o Projeto de Lei nº 0065.7/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0124.1/2010 exarou parecer favorável pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Eliseu Mattos** relatou os Projetos de Lei nºs 0202.9/2010, 0143.4/2010 e 0203/2010, exarou pareceres pela diligência, que posto em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0320.3/2010, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei nº 0196.6/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0583.2/2007 exarou parecer pela aprovação com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Décio Góes. O **Deputado Cesar Souza Junior** relatou o Projeto de Lei nº 0147.8/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0207.3/2008 exarou parecer favorável com emendas substitutiva global, modificativa e aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº

0477.1/2009 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em Gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. O **Deputado Décio Góes** relatou o Projeto de Lei nº 0200.7/2010, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0602.0/2009 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0165.0/2010 exarou voto vista pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Juares Ponticelli** relatou os Projetos de Lei nºs 0022.7/2010 e 0190.0/2010, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos de Lei nºs 0179.5/2010, 0623.4/2009, 0620.1/2009, 0621.2/2009, 0189.7/2010, 0629.0/2009, 0174.0/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade e os Projetos de Leis nºs 0208.4/2010, 0204.0/2010, 0158.0/2010 e 0207.3/2010 exarou pareceres favoráveis pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou à reunião, do qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria lavei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de julho de 2010.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Darci de Matos, reuniram-se os deputados: Darci de Matos, Valdir Cobalchini em substituição ao deputado Renato Hinnig, Serafim Venzon em substituição ao deputado Presidente Marcos Vieira, Pedro Uczai, Lício Mauro da Silveira, Manoel Mota, Silvio Dreveck e a deputada Profª Odete de Jesus, justificou sua ausência por ter assumido compromissos previamente agendados fora da sede de Poder Legislativo. Ato contínuo, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 14ª reunião ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente Darci de Matos passou a palavra aos deputados para relatarem seus projetos: O deputado Serafim Venzon relatou o PL./0365.5/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o deputado Pedro Uczai relatou o PL./0200.7/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Lício Mauro da Silveira relatou seu voto vista ao PL./0072.6/2010, no qual, solicita a seus pares que a matéria fique sobrestada, até ter a possibilidade de conversar com o deputado Gilmar Knaesel que é o relator designado. O deputado Manoel Mota relatou o PLC./0030.2/2010, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, à qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei à presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo

Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, aos sete dias de julho do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE OPERADORES MILLENIUM LIGTH E PEÇAS PARA 02 (DUAS) PORTAS AUTOMÁTICAS.

DATA: 21/07/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 21 de julho de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (. Florianópolis, 08 de julho de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 914/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 024/2010, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: **AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA BIBLIOTECA DA ALESC.**

EMPRESA VENCEDORA: AKI DISTRIBUIDORA LTDA

LOTE 1 - Valor total do último lance: R\$ 18.393,75

LOTE 2 - Valor total do último lance: R\$ 3.049,54

Valor total global LOTE 1 e LOTE 2: R\$ 21.443,29

Florianópolis, 08 de julho de 2010

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

DESPACHO

Referência: Pregão Presencial nº 019/10, realizado no dia 09/06/2010

Objeto: Contratação de serviços especializados na manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças em impressora de grande porte marca canon ir 105, instalada na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos da Alesc.

Assunto: Recurso Administrativo

Recorrente: Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda.

Recorrido: Atos da Pregoeira e Equipe de Apoio

Contra-razões: Xbramar Soluções e Tecnologia Ltda.

DESPACHO

Acolhendo as razões apresentadas pela Pregoeira deste Poder Legislativo, Sinara Lúcia Valar Dal Grande e a Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 788/2010, decido pela improcedência do recurso interposto pela empresa Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda., negando-lhe provimento. Retornem os autos à Pregoeira para prosseguimento do feito.

Publique-se e cumpra-se.

Em, 08 de julho de 2010.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

PRESIDENTE

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1665

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafo do projeto de lei que "Proíbe o envio de cartões magnéticos, de instituições comerciais e financeiras em todo o Estado de Santa Catarina, sem autorização do interessado", vetando, contudo, o art. 3º, por ser contrário ao interesse público.

O parecer da Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 06 de julho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

Governo de Santa Catarina

Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania

Gabinete do Secretário

Ofício nº. 236/GABS/SJC/10 Florianópolis, 30 de Junho de 2010

Exmo. Sr.

LEANDRO ZANINI

Diretor de Assuntos Legislativos

Florianópolis - SC

Prezado Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos resposta ao Ofício nº 3761/SCA-DIAL-GEMAT, oriundo do PROCON, que trata sobre o Autógrafo de Projeto de Lei nº 432/09.

Atenciosamente,

JUSTINIANO PEDROSO

Secretário

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

GERÊNCIA DO PROGRAMA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Ofício nº 083/2010

Florianópolis, 23 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor

Justiniano Pedroso

Secretário Executivo de Justiça e Cidadania

Resposta ao Ofício 3761/SCA- DIAL-GEMAT.

Senhor Secretário.

Em resposta ao ofício acima referido, que trata sobre o Autógrafo do Projeto de Lei n. 432/09, informamos que o PROCON/SC entende que não há interesse público na promulgação da lei, pois o projeto apresentado limita a aplicação do art. 39, III, do Código de Defesa do Consumidor - CDC: "é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço", na medida em que prevê penalidade de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) enquanto que o CDC fixa a multa entre duzentas e três milhões UFIR.

Assim, a limitação da pena de multa, que ora se pretende, restringe o direito assegurado no CDC e a atuação dos órgãos de proteção e defesa do consumidor, principalmente se consideradas a condição econômica das instituições financeiras que são as responsáveis pelo envio de cartões magnéticos aos consumidores sem solicitação.

Respeitosamente.

Sidinei Parisotto

Dirigente do PROCON/SC

LEI Nº 15.228, de 06 de julho de 2010

Proíbe o envio de cartões magnéticos, de instituições comerciais e financeiras em todo o Estado de Santa Catarina, sem autorização do interessado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido no âmbito do Estado de Santa Catarina, o envio de qualquer tipo de cartão magnético sem autorização expressa do interessado.

Art. 2º Caberá ao consumidor, ao receber o cartão não solicitado, protocolar reclamação no órgão de defesa do consumidor.

Art. 3º VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la no prazo de noventa dias.

Florianópolis, 06 de julho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 432/09

Proíbe o envio de cartões magnéticos, de instituições comerciais e financeiras em todo o Estado de Santa Catarina, sem autorização do interessado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibido no âmbito do Estado de Santa Catarina, o envio de qualquer tipo de cartão magnético sem autorização expressa do interessado.

Art. 2º Caberá ao consumidor, ao receber o cartão não solicitado, protocolar reclamação no órgão de defesa do consumidor.

Art. 3º A instituição que proceder o envio sem a respectiva solicitação do consumidor interessado será penalizada com multa.

§ 1º O valor da multa será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência.

§ 2º O valor da multa referido no § 1º será reajustado anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la no prazo de noventa dias.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de junho de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1666

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Fixa limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze perímetro urbano", por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Infraestrutura, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 06 de julho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PPGE nº 4432/10-0

PAR 0197/10

Origem: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

Interessado(s): SCA - DIAL - GEMAT

Autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa de projeto de lei, de origem parlamentar, que: "Fixa limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze perímetro urbano." Recomendação de veto.

Prezado Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

Trata o presente processo administrativo de solicitação da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação da análise do

autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa do Projeto de Lei nº 172/08, de origem parlamentar, que: "Fixa limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze perímetro urbano."

Analizados os pressupostos do parágrafo 1º. do art. 54 da Constituição Estadual tem-se que:

O autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa trata sobre trânsito, uma vez que define em 50 Km/h a velocidade máxima permitida em lombadas eletrônicas.

A Constituição Federal dispõe de forma clara que compete privativamente a União legislar sobre trânsito (art. 22, XI), o que significa dizer exclusividade da União para legislar sobre a matéria.

O Código Nacional de Trânsito (Lei 9.503/97) define em seu art. 61, § 1º e 2º, a velocidade máxima permitida nas vias públicas. Veja-se:

"Art 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada, por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito.

§ 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de:

I - nas vias urbanas:

- a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido;
- b) sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais;
- c) quarenta quilômetros por hora, nas vias coletoras; trinta quilômetros por hora, nas vias locais;
- d) trinta quilômetros por hora, nas vias coletoras

II - nas vias rurais:

a) nas rodovias:

- 1) 110 (cento e dez) quilômetros por hora para automóveis, camionetas e motocicletas;
- 2) noventa quilômetros por hora, para ônibus e microônibus;
- 3) oitenta quilômetros por hora, para os demais veículos;

b) nas estradas, sessenta quilômetros por hora.

§ 2º O órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com circunscrição sobre a via poderá regulamentar, por meio de sinalização, velocidades superiores ou inferiores àquelas estabelecidas no parágrafo anterior."

O Supremo Tribunal Federal manifestou-se no sentido de inconstitucionalidade de leis estaduais que fixam limite de velocidade nas rodovias de Estados-membros. *In verbis*:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei distrital que dispõe sobre instalação de aparelho, equipamento ou qualquer outro meio tecnológico de controle de velocidade de veículos automotores nas vias do Distrito Federal. Inconstitucionalidade formal. Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte. Violação ao art. 22, inciso XI, da Constituição. Ação julgada procedente. (ADI 3897-DF, rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 04/03/09)

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei distrital nº 2.929/02, que dispõe sobre o prazo para vigência da aplicação de multas a veículos no Distrito Federal em virtude da reclassificação de vias. Usurpação de competência legislativa privativa da União. Precedentes. (ADI 3186-DF, rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 16/11/05)

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 11.604, de 23/94/2001, do Estado do Rio Grande do Sul. Trânsito. Invasão da competência legislativa da União prevista no art. 22, XI, da Constituição Federal.

Já é pacífico neste Supremo Tribunal Federal o entendimento de que o trânsito é matéria cuja competência legislativa é atribuída, privativamente, a União, conforme reza o art. 22, XI, da Constituição Federal. ADI nº 2.064, Maurício Corrêa e ADI nº 2.137-MC, Sepúlveda Pertence. Em casos análogos ao presente, esta Corte declarou a inconstitucionalidade formal de normas estaduais que exigiam a sinalização da presença de equipamentos de fiscalização eletrônica, fixavam limites de velocidade nas rodovias do Estado-membro e instituam condições de validade das notificações de multa de trânsito. Precedentes: ADI 1.592, Moreira Alves, ADI 2.582, Sepúlveda Pertence e ADI 2.328-MC, Maurício Corrêa. Ação direta cujo pedido se julga procedente. (ADI 2.802-RS, rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 09/10/2003)"

Desta forma, constatada a inconstitucionalidade no Projeto de Lei nº 172/08, recomenda-se o veto do Sr Governador do Estado.

Este é o parecer que submeto a V.Sa.

Florianópolis, 28 de junho de 2010.

ANGELA CRISTINA PELICOLI

Procuradora do Estado

PROCESSO: PPGE nº 4432/10-0

INTERESSADA: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

ASSUNTO: EMENTA: Autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa de projeto de lei, de origem parlamentar, que: "Fixa limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze perímetro urbano." Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral do Estado,

De acordo com o parecer da Procuradora do Estado Ângela Cristina Pelicoli às fls. 57 a 59.

A vossa consideração.

Florianópolis, 29 de junho de 2010.

Ivan S.Thiago de Carvalho

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 4432/100

Assunto: Autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa de projeto de lei, de origem parlamentar, que: "Fixa limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze perímetro urbano". Recomendação de veto.

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

VISTO.

MANOEL CORDEIRO JR.

Subprocurador-geral do Estado

DESPACHO

01. Acolho o **Parecer nº 0197/10** de fls. 57/59, da lavra da Procuradora do Estado Ângela Cristina Pelicoli, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Ivan S. Thiago de Carvalho às fls. 60.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação. Após, arguive-se.

Florianópolis, 30 de junho de 2010.

GERSON L. SCHWERDT

Procurador Geral do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

OF. Nº 398/10

Florianópolis, 01 de julho de 2010.

Ao Senhor

Leandro Zanini

Diretor de Assuntos Legislativos

Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

NESTA

Senhor Diretor,

Com os meus cordiais cumprimentos, acuso recebimento do Ofício nº 3765/SCA-DIAL-GEMAT, datado de 18 de junho corrente que encaminha cópia do autógrafo, aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que "Fixa limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze perímetro urbano".

Anexa cópia do parecer elaborado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA.

Atenciosamente,

Rubens Spornau

Secretário

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado de Infra-estrutura

DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura

DIOP/GEROP

PROCESSO: DEIP 5823/10-2 (SIEP 635/103)

De: Gerente de Operação

Para: Diretor de Planejamento

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI 172/08

Tendo em vista o PL 172/08 que estipula a velocidade de 50 km/h nas lombadas eletrônicas situadas nas rodovias estaduais e foi encaminhado a esta Gerência para um parecer sobre seu objeto, passo a expor o que segue.

Sabemos que o equipamento eletrônico denominado lombada eletrônica, regulamentada esta pela Resolução 146/03 do COTRAN,

tem como função primordial o controle de velocidade nos denominados pontos críticos da rodovia. Nesses pontos geralmente estão localizados comércios, fábricas e principalmente escolas.

Tanto a instalação deste equipamento, quanto o limite máximo de velocidade estipulado para o local são precedidos de rigorosos estudos técnicos, O que neste caso, estipular uma velocidade padrão para as lombadas eletrônicas iriam de encontro as análises feitas pela Engenharia de Tráfego do DEINRA-SE, bem como, de encontro a própria Resolução citada, mais precisamente nos art. 2º e 3º, onde estipula a obrigatoriedade da realização destes estudos.

Também, é de se salientar que todos os equipamentos eletrônicos instalados em nossas rodovias estão muito bem sinalizados, ou seja, se acontecer de um condutor ser multado em uma lombada eletrônica, a razão não está na velocidade mais sim no déficit de atenção empregada pelo motorista na direção de seu veículo automotor ou similar.

No mais, embora não seja de nossa competência, o projeto de lei em comento é manifestamente inconstitucional, por vício de iniciativa, eis que regula matéria de competência privativa da União, conforme disciplina o art. 22, inciso XI, da Constituição Federal. Desta forma, o projeto de lei aqui apreciado termina por violar, também, ao art. 8º, da Carta Estadual, conforme se demonstrará nas razões que se seguem.

A Constituição Federal de 1988, ao criar as três entidades federadas - União, Estados e Municípios - criou um sistema de repartição de competências, em matéria legislativa, consubstanciando um dos consagrados princípios do federalismo.

Dessa forma, o art. 22 da Carta Federal disciplina a competência legislativa privativa da União, tal como legislar sobre direito civil, processual, etc. Na mesma senda, a art. 25 da Constituição Federal, por sua vez, trata da competência remanescente (ou reservada), dos Estados-membros, as quais podem legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.

A par disso, há, ainda, as hipóteses de competência delegada pela União (art. 22, § único, CF) e a competência concorrente (também denominada suplementar), prevista no art. 24 da Lei Suprema.

Com relação ao regramento legal em matéria de trânsito, a União reserva-se a competência exclusiva para organização política.

Firmadas tais premissas, parece claro que não compete ao Estado legislar sobre o trânsito e transporte, e sobre quaisquer requisitos sobre esse tema. Por consequência lógica, portanto, resta caracterizado vício de iniciativa deste projeto de lei estadual em debate, o que demonstra, no caso, a ocorrência de inconstitucionalidade formal.

Assim, tendo este projeto de lei violado norma incontroversa delimitada pela Constituição Federal, no que concerne a competência legislativa, constata-se que restaram contrariados, por decorrência do princípio Constitucional da simetria, também os arts. 10 e 80 da Constituição Estadual.

Neste sentido, inclusive o Supremo Tribunal Federal determinou a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que versavam sobre trânsito, senão vejamos:

"Ação direta de inconstitucionalidade. Lei distrital que dispõe sobre instalação do aparelho, equipamento ou qualquer outro meio tecnológico de controle de velocidade de veículos automotores nas vias do Distrito Federal. Inconstitucionalidade formal. Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte. Violação ao art. 22, XI, da Constituição. Ação julgada procedente." (ADI 3.897, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 4-3-2009, Plenário, DJE de 24-4-2009.)

(...)

"Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Distrital 2.929/2002, que dispõe sobre o prazo para vigência da aplicação de multas a veículos no Distrito Federal em virtude da reclassificação de vias. Usurpação de competência legislativa privativa da União." (ADI 3.186, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 16-11-2005, Plenário, DJ de 12-5-2006.)

(...)

"É pacífico nesta Corte o entendimento de que o trânsito é matéria cuja com potência legislativa é atribuída, privativamente, a União, conforme reza o art. 22, XI, da CF. Precedentes: ADI 2.064, Rel. Min. Mauricio Corrêa e ADI 2.137-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. A instituição da forma parcelada de pagamento da multa aplicada pela prática do infração do trânsito integra o conjunto de temas enfeixados pelo art. 22, XI, da CF. Precedentes: ADI 2.432 (medida cautelar, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ do 21-9-2001;

Mérito, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 9-3-2005, Informativo STF 379) e ADI 3.196-MC, Rel. Min. Gilmar Mendes. DJ de 22-4-2005." (ADI 3.444, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-2005, Plenário, DJ de 3-2-2006.) No mesmo sentido: ADI 3.196, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 21-8-2008, Plenário DJE de 7-11-2008.

(...)

"Legislação sobre trânsito: competência privativa federal: CF, art. 22, XI. Lei 11.766, de 1997, do Estado do Paraná, que torna obrigatório a qualquer veículo automotor transitar permanentemente com os faróis acesos nas rodovias do Estado do Paraná, impondo a pena de multa aos que descumprirem o preceito legal: inconstitucionalidade, porque a questão diz respeito ao trânsito." (ADI 3.055, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 24-11-2005, Plenário, DJ de 3-2-2006.)

Assim, diante todo o exposto, entendemos que o projeto de lei afeta a segurança nos denominados pontos críticos das rodovias catarinenses contemplados com uma lombada eletrônica, ou seja, vai de encontro o que preconiza a Legislação de Trânsito.

É o parecer.

Adv. José Antonio Amabile
Gerente de Operação do DEINFRA-SC

AUTOGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 172/08

Fixa limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze perímetro urbano.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica limitado em 50 km (cinquenta quilômetros) por hora o limite de velocidade nas lombadas eletrônicas situadas nas rodovias estaduais de Santa Catarina, que cruzem perímetros urbanos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de junho de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1667

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Altera a redação do inciso II do art. 2º da Lei nº 12.573, de 2003, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias", por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 06 de julho de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

Governo de Santa Catarina

Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania

Gabinete do Secretário

Ofício nº. 239/GABS/SJC/10 Florianópolis, 30 de Junho de 2010

Exmo. Sr.

LEANDRO ZANINI

Diretor de Assuntos Legislativos

Florianópolis - SC

Prezado Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos resposta ao Ofício nº 3762/SCA-DIAL-GEMAT, oriundo do PROCON, que trata sobre o Autógrafo de Projeto de Lei nº 038/2010.

Atenciosamente,

JUSTINIANO PEDROSO

Secretário

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

GERÊNCIA DO PROGRAMA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Ofício nº 084/2010

Florianópolis, 23 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor

Justiniano Pedroso

Secretário Executivo de Justiça e Cidadania

Resposta ao Ofício 3762/SCA- DIAL-GEMAT.

Senhor Secretário.

Em resposta ao ofício acima referido, que trata sobre o Autógrafo do Projeto de Lei n. 038/2010, informamos que o PROCON/SC entende que não há interesse público na promulgação da lei.

A redução do tempo para atendimento nos caixas das agendas bancárias ora proposta (de 30 para 20 minutos em dias de véspera ou em dia imediatamente seguinte a feriados; em data de vencimento de tributos e em data de pagamento de vencimentos a servidores públicos) não condiz com a realidade encontrada pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor. Nos dias específicos citados acima o movimento de consumidores nas instituições financeiras aumenta consideravelmente, de forma que nos parece que 20 (vinte) minutos não é um tempo razoável

Apesar de ser obrigação das instituições financeiras disponibilizar atendentes em número suficiente para atender os seus clientes/consumidores, não é razoável exigir que em dias tão pontuais como os citados pela Lei n. 12.573/2003 o atendimento seja prestado num tempo de apenas 5 (cinco) minutos a mais do que em dias normais. O PROCON/SC, em diversas diligências fiscalizatórias realizadas com esse intuito, verificou que nos dias normais o atendimento nos caixas se dá em tempo inferior aos 15 (quinze) minutos previstos na Lei e nos dias específicos de maior movimento se dá, em média, dentro do prazo de 30 (trinta) minutos.

Dessa forma, por considerarmos que 20 (vinte) minutos não é um tempo razoável para atendimento dos consumidores nos caixas em dias de maior movimento entendemos que não há interesse público na promulgação da lei e sugerimos o veto total do projeto de lei.

Respeitosamente.

Sidinei Parisotto

Dirigente do PROCON/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PPGE nº 4434/10-2

PAR 0199/10

Origem: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

Interessado(s): SCA - DIAL - GEMAT

Autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa de projeto de lei, de origem parlamentar, que: "Altera a redação do inciso II do art. 2º da Lei nº 12.573, de 2003, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias." Recomendação de veto.

Prezado Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

Trata o presente processo administrativo de solicitação da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação da análise do autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa do Projeto de Lei nº 038/2010, de origem parlamentar, que: "Altera a redação do inciso II do art. 2º da Lei nº 12.573, de 2003, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias."

Analizados os pressupostos do parágrafo 1º. do art. 54 da Constituição Estadual tem-se que:

Muito embora a matéria relativa ao direito do consumidor seja de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, conforme define o art. 24, VIII, da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 038/2010 é inconstitucional. Isto porque não pode o Estado invadir a esfera exclusiva da União para a edição de normas gerais.

Importa ressaltar que a Procuradoria Geral do Estado manifestou-se sobre a questão nos Pareceres nº 205/PGE/02 e 263/02, recomendando o veto das Leis que trataram sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias.

O argumento utilizado para o veto naqueles casos deve ser o mesmo, uma vez que a União editando a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), que é o estatuto que rege, de forma ampla, geral e completa, as normas de defesa dos direitos do consumidor e respectivas sanções para o caso de seu descumprimento, estabeleceu-as expressamente, não podendo os Estados-membros dilatarem o seu campo de atuação, sob pena extrapolação da competência constitucionalmente prevista no art. 24, caput, da Constituição Federal.

Desta forma, constatado vício material de inconstitucionalidade no Projeto de Lei nº 038/2010, recomenda-se o veto do Sr. Governador do Estado.

Este é o parecer que submeto a V.Sa.

Florianópolis, 28 de Junho de 2010.

ANGELA CRISTINA PELICLIOLI

Procuradora do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA

PROCESSO: PPGE nº 4434110-2

INTERESSADA: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

ASSUNTO: EMENTA: Autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa de projeto de lei, de origem parlamentar, que: "Altera a redação do inciso II do art. 2º da Lei nº 12.573, de 2003, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias." Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral do Estado,

De acordo com o parecer da Procuradora do Estado Ângela Cristina Pelicoli às fls. 22 e 23.

A vossa consideração.

Florianópolis, 29 de junho de 2010.

Ivan S. Thiago de Carvalho

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 4434/102

Assunto: Autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa de projeto de lei, de origem parlamentar, que: "Altera a redação do inciso II do art. 2º da Lei nº 12.573, de 2003, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias". Recomendação de veto.

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

VISTO.

MANOEL CORDEIRO JR.

Subprocurador-geral do Estado

DESPACHO

01. Acolho o **Parecer nº 0199/10** de fls. 22/23, da lavra da Procuradora do Estado Ângela Cristina Pelicoli, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Ivan S. Thiago de Carvalho as fls. 24.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação. Após, archive-se.

Florianópolis, 30 de junho de 2010.

GERSON L. SCHWERDT

Procurador Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 038/2010

Altera a redação do inciso II do art. 2º da Lei nº 12.573, de 2003, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Lei nº 12.573, de 4 de abril de 2003, terá a seguinte redação:

"Art. 2º.....
II - até vinte minutos:....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de junho de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 329/2010

UNIVALI - Fundação Universidade do Vale do Itajaí

OFÍCIO Nº 039/2010 Itajaí (SC), 23 de junho de 2010.

Ilmo. Sr.

Moacir Sopelsa

1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Senhor Secretário:

Com nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o **Relatório Anual de Atividades** referente ao ano de 2009, conforme a Lei nº 14.182, de 1º de novembro de 2007, acompanhado da declaração de funcionamento, da cópia autenticada do Estatuto da Fundação Univali e da cópia do balanço contábil do exercício de 2009.

O Relatório, com as informações institucionais e comprovações respectivas, também foi encaminhado ao Ministério da

Justiça, para compor o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública - CNEs/MJ.

Ao agradecermos antecipadamente a atenção, colocamo-nos à disposição para informações complementares, se necessárias.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Mário Cesar dos Santos

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 330/10

**CTG - PORTEIRA ABERTA - CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS
PORTEIRA ABERTA**

Rua Barão do Rio Branco, 1635 - Fone/Fax (49) 36224204 ou

36220528

Ofício nº 010/2010 São Miguel do Oeste/SC, 29 de junho de 2010.

Exmo. Sr.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DD. Primeiro Secretário

Coordenadoria de Expediente

Palácio Barriga Verde

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 Centro

88.020 - 900 - Florianópolis - SC

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através do presente encaminhar o Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo CTG - Porteira Aberta e seus departamentos, referente ao ano de 2009.

Encaminhamos, também, o Balancete Contábil, correspondente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009.

Em anexo segue cópia do Estatuto atual, desta Entidade Tradicionalista.

Colocando-nos ao inteiro dispor para eventuais esclarecimentos, na oportunidade expressam protesto de estima e alto apreço, juntamente com nossas,

Saudações Tradicionalistas.

Leoni Haugg de Conto

Patrão

Glaene Ermelinda Tiezerini

1º Sota Capataz

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 222/10

Concede redução de 50% no pagamento de taxas estaduais relativas à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, às pessoas maiores de sessenta anos.

Art. 1º Fica concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento das taxas estaduais exigidas para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação, emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito - Detran, do Estado de Santa Catarina, às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, inclusive dos exames médicos que forem exigidos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei objetiva beneficiar pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos que procuram o Departamento Estadual de Trânsito para renovar a Carteira Nacional de Habilitação.

Atende às necessidades das pessoas da terceira idade que no decorrer de suas vidas e do exercício de suas atividades laborais contribuam, com o seu trabalho e o recolhimento de impostos, para o desenvolvimento do Estado.

Atualmente, em sua maioria em contrapartida aposentadoria com salários defasados, reduzindo seus ganhos, sendo que em grande parte dos casos é notório o elevado e permanente gasto para a manutenção da saúde, com despesas fixas como, por exemplo na aquisição de remédios, assim reduzindo ainda mais o poder aquisitivo do orçamento familiar.

Para estes cidadãos estarem com seus documentos de habilitação em ordem nossa proposta torna-se uma necessidade imprescindível sendo que, o projeto garante o direito aos idosos de renovarem a Carteira Nacional de Habilitação sem ter que arcar com os pesados ônus do pagamento integral das inerentes taxas, evitando empurrar grande parte desses cidadãos para a irregularidade, já que,

por necessidade, continuam a dirigir seus veículos com documentação vencida.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 223/10

Institui a obrigatoriedade da Secretaria de Estado da Educação, implantar nas unidades de ensino da rede pública laboratório de informática para os alunos.

Art. 1º Fica instituído a obrigatoriedade da Secretaria de Estado da Educação de implantar nas unidades de ensino da rede pública laboratório de informática para os alunos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará da presente Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

JUSTIFICATIVA

Sem dúvida alguma, o computador é uma ferramenta que veio para ficar. Não importa o tipo de atividade, quando o computador entra em cena nela sua produtividade/eficiência tende a melhorar significativamente. Entretanto, para que essa melhora ocorra é necessário haver pessoas que dominem o uso do computador e atividades envolvidas em sua implementação.

Hoje, muitas pessoas ainda não sabem digitar rapidamente, acessar sites na Internet, usar editores de texto (como o Word), montar planilhas no Excel e criar apresentações no PowerPoint. Tais pessoas têm uma dificuldade enorme em se qualificar em uma entrevista de emprego que exija tais requisitos.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 224/10

Institui a obrigatoriedade da escovação dental diária supervisionada, para todas as crianças que frequentem a rede estadual de ensino fundamental, nas creches e nas unidades pré-escolares, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da escovação dental diária supervisionada, para todas as crianças que frequentem a rede estadual de ensino fundamental, nas creches e nas unidades pré-escolares, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A escovação dental diária supervisionada será efetuada logo após a merenda, em cada turno de frequência do estabelecimento

Art. 2º A escovação dental diária supervisionada será executada pelas crianças de faixa etária acima de dois anos com orientação de seu responsável, e as crianças com faixa etária inferior receberão a escovação ministrada por seu responsável.

Art. 3º Para as crianças de comprovada carência financeira, determinada pelos responsáveis dos estabelecimentos, o material da escovação será fornecido, gratuitamente, pelo Poder Público.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará da presente Lei no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

JUSTIFICATIVA

Os dentes são essenciais à saúde da pessoa, por isso necessitam de atenção especial. Sendo assim, o cuidado com a saúde e a aparência dos dentes deve iniciar desde cedo, com as crianças adquirindo o hábito de escovar os dentes desde pequenas, e os pais e a escola devem estar atentos à escovação para no futuro não trazer problemas à dentição.

Existem vários tipos de doenças bucais, desde uma simples cárie até um câncer bucal. Os fatores que levam ao desequilíbrio e geram o estado de doença bucal têm causas diversas, e uma das principais doenças em crianças é a cárie.

Desta forma, acredita-se que a prevenção é o melhor caminho para uma boa saúde bucal.

Assim, para dar continuidade a essas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 225/10

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Almirante Tamandaré, de Gaspar.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Almirante Tamandaré, com sede no município de Gaspar.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

JUSTIFICATIVA

A Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Almirante Tamandaré, com sede no município de Gaspar, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade precípua promover o exercício da cidadania e da solidariedade tanto particular como coletiva, por meio da prática desportiva, recreativa e cultural.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 226/10

Dispõe sobre a implantação de escolas de ensino fundamental e médio nas unidades prisionais no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam criadas no Estado de Santa Catarina escolas de ensino fundamental dentro de unidades prisionais que possuam capacidade de até duzentos detentos, e escolas de ensino médio para unidades prisionais acima de duzentos detentos.

Art. 2º Em todas as unidades prisionais do Estado de Santa Catarina ficará obrigatória a implantação de cursos profissionalizantes para detentos que estejam cumprindo os últimos dois anos de pena.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará da presente Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/10

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresento à consideração dos Pares deste Parlamento visa à implantação de escolas de ensino fundamental e médio nas unidades prisionais no Estado de Santa Catarina.

É necessário o aperfeiçoamento e a posterior profissionalização dos detentos apenas nas unidades prisionais no Estado de Santa Catarina, para que possam, depois de cumprida a pena, inserir-se no mercado de trabalho para retornarem ao convívio em sociedade, podendo fazer parte do contexto.

Desta feita, tendo em vista a importância do preparo dos detentos para regressarem ao convívio em sociedade, solicitamos aos nobres Pares desta Casa a aprovação do projeto de lei.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 003/2010

Aprova as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2007.

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2007, integradas pelas Contas do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2010

Aprova as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2008.

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2008, integradas pelas Contas do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica o art. 1º do PL./0442.1/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Art. 1º passa a tramitar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, autorizado a desafetar e alienar, por venda, ao Município de Gravatal, o imóvel contendo 86.856,00 m² (oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 2.757 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão, avaliado em R\$ 104.222,40 (cento e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)."

Sala das comissões,

DEP. DIRCEU DRESCH

Bancada do PT

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 06/07/10

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime o art. 4º do PL./0442.1/2009, renumerando-se os seguintes:

"Art. 1º Fica suprimido o art. 4º"

Sala das comissões,

DEP. DIRCEU DRESCH

Bancada do PT

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 06/07/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 442/09

Autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel no Município de Gravatal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, autorizado a desafetar e alienar, por venda, ao Município de Gravatal, o imóvel contendo 86.856,00 m² (oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 2.757 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão, avaliado em R\$ 104.222,40 (cento e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

Art. 2º A alienação do imóvel tem por objetivo a captação de recursos para investir na melhoria dos imóveis de propriedade da Empresa.

Art. 3º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 012/2010

Assegura o acesso aos portadores de diploma de Gestão Pública nos cargos que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica assegurado o acesso aos cargos de Classe IV, previstos nos Planos de Cargos e Vencimentos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo estadual, aos portadores de diploma em curso de Gestão Pública, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0031.8/2010

O Projeto de Lei nº PL/0031.8/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

" PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a obrigatoriedade de ferros-velhos, empresas de transporte de carga, lojas de material de construção, borracharias, recauchutadoras e afins a adotarem medidas para evitar a existência de criadores para *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, e adota outras providências.

Art. 1º Ficam os ferros-velhos, as empresas de transporte de cargas, as lojas de material de construção, as borracharias, as recauchutadoras e afins localizadas no Estado de Santa Catarina obrigadas a adotar medidas de controle que visem a evitar a existência de criadouros para o *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.

Art. 2º Os estabelecimentos referidos no artigo anterior ficam obrigados a realizar a cobertura e a proteção adequada de pneus novos, velhos, recauchutados, peças, sucatas, carcaças e garrafas, bem como de qualquer outro material que se encontrem no âmbito de suas instalações, evitando a sua exposição diretamente ao tempo.

Art. 3º A recusa ao atendimento das orientações e determinações sanitárias estabelecidas pela autoridade do Sistema Único de Saúde - SUS, constitui crime de desobediência e infração sanitária, punível, respectivamente, na forma do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, e todos os seus decretos regulamentadores, sem prejuízo da possibilidade da execução forçada da determinação, bem como das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 4º Os infratores serão punidos com as seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente em caso de reincidência:

I - advertência;

II - interdição para cumprimento das recomendações sanitárias;

III - suspensão temporária da autorização de funcionamento, por 30 (trinta) dias; e

IV - cassação da autorização de funcionamento.

Parágrafo único. A reincidência específica de cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada, torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Antônio Aguiar

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 29/06/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 30/06/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 031/2010

Dispõe sobre a obrigatoriedade de ferros-velhos, empresas de transporte de carga, lojas de material de construção, borracharias, recauchutadoras e afins a adotarem medidas para evitar a existência de criadores para *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam os ferros-velhos, as empresas de transporte de cargas, as lojas de material de construção, as borracharias, as recauchutadoras e afins localizadas no Estado de Santa Catarina obrigadas a adotar medidas de controle que visem a evitar a existência de criadouros para o *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.

Art. 2º Os estabelecimentos referidos no artigo anterior ficam obrigados a realizar a cobertura e a proteção adequada de pneus novos, velhos, recauchutados, peças, sucatas, carcaças e garrafas, bem como de qualquer outro material que se encontrem no âmbito de suas instalações, evitando a sua exposição diretamente ao tempo.

Art. 3º A recusa ao atendimento das orientações e determinações sanitárias estabelecidas pela autoridade do Sistema Único de Saúde - SUS, constitui crime de desobediência e infração sanitária, punível, respectivamente, na forma do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, e todos os seus decretos regulamentadores, sem prejuízo da possibilidade da execução forçada da determinação, bem como das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 4º Os infratores serão punidos com as seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente em caso de reincidência:

I - advertência;

II - interdição para cumprimento das recomendações sanitárias;

III - suspensão temporária da autorização de funcionamento, por 30 (trinta) dias; e

IV - cassação da autorização de funcionamento.

Parágrafo único. A reincidência específica de cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada, torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 045/2010

Revoga o § 3º do art.1º da Lei nº 15.080, de 2010, que redefine os critérios de concessão da Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica, dispõe sobre a indenização pela aplicação de procedimentos especiais nos serviços médicos complementares de média e alta complexidade.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica revogado o § 3º do art.1º da Lei nº 15.080, de 4 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 067/2010

Retifica a divisa entre os municípios de São Bernardino e São Lourenço do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica retificada a divisa entre os municípios de São Bernardino e São Lourenço do Oeste.

Art. 2º Com a retificação a que se refere o artigo anterior, ficam alterados os limites entre os municípios de São Bernardino e São Lourenço do Oeste, constantes nos Anexos I e IV da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007, conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0077.0/2010

"PROJETO DE LEI Nº PL/0077.0/2010

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Caçador.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da Fundação Universidade do Contestado - Campus Caçador, o imóvel com área de 690,00 m² (seiscentos e noventa metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 7.157 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se exclusivamente à construção do prédio do Núcleo de Polícia Técnica, mais precisamente o Instituto Médico Legal - IML, no Município de Caçador, a ser executada num prazo máximo de 2 (dois) anos, sob pena de retorno do imóvel ao doador no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos e demais condições constantes no Termo de Doação Condicionada, celebrado em 26 de fevereiro de 2008.

§ 1º A doação do imóvel de que trata o *caput* deste artigo fica condicionada ao uso das instalações do Instituto Médico Legal.

§ 2º Todas as despesas de energia elétrica, água, serviços de saneamento, serviços de limpeza e conservação básica dos espaços físicos, pelo período de 50 (cinquenta) anos, a contar do término da obra e inauguração do respectivo Núcleo, ficam a cargo do donatário.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel; e

II - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel;

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Marcos Vieira

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 06/07/10

EMENDA À REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 0077/10

No art. 2º do Projeto de Lei nº 77/2010 acrescente-se a expressão:

"... IML, no Município de Caçador, a ser executada num prazo máximo de 2 (dois) anos, sob pena de ..."

§ 1º A doação do imóvel de que trata o *caput* deste artigo fica condicionada ao uso das instalações do Instituto Médico Legal por parte de professores e alunos."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A Alteração proposta visa adequar a redação final do Termo de Doação Condicionada, celebrado em 26 de fevereiro de 2008 acostado nos autos, às fls. 8 e 9.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 077/2010

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Caçador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da Fundação Universidade do Contestado - Campus Caçador, o imóvel com área de 690,00 m² (seiscentos e noventa metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 7.157 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se exclusivamente à construção do prédio do Núcleo de Polícia Técnica, mais precisamente o Instituto Médico Legal - IML, no Município de Caçador, a ser executada num prazo máximo de 2 (dois) anos, sob pena de retorno do imóvel ao doador no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos e demais condições constantes no Termo de Doação Condicionada, celebrado em 26 de fevereiro de 2008.

§ 1º A doação do imóvel de que trata o *caput* deste artigo fica condicionada ao uso das instalações do Instituto Médico Legal por parte de professores e alunos.

§ 2º Todas as despesas de energia elétrica, água, serviços de saneamento, serviços de limpeza e conservação básica dos espaços físicos, pelo período de 50 (cinquenta) anos, a contar do término da obra e inauguração do respectivo Núcleo, ficam a cargo do donatário.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel; e
 II - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.
 Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0089.4/2010

No art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0089.4/210, onde se lê "Comarca de Campos Novos", leia-se "Comarca de Anita Garibaldi".

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 07/07/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 089/2010

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Abdon Batista.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação, do Município de Abdon Batista, o imóvel constituído por uma área de 36.300,00 m² (trinta e seis mil e trezentos metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 13.012 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Anita Garibaldi.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por objetivo a construção e instalação do Centro de Educação Profissional, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 605, de 26 de maio de 2009.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0025.5/2010

O art. 4º do Projeto de lei Complementar nº PLC/0025.5/2010 passa a ter seguinte redação:

" Art. 4º O cargo de Estatístico, criado pelo art. 1º, inciso XI, da Lei Complementar nº 400, de 21 de dezembro de 2007, do Quadro de Pessoal do Ministério Público, passa a denominar-se Analista de Dados e Pesquisas, mantendo-se as mesmas atribuições constantes no Anexo XVII da Lei Complementar nº 223, de 2002."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 06/07/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 07/07/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 025/2010

Inclui dispositivo e altera a Lei Complementar nº 223, de 2002, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do pessoal do Ministério Público, reajusta os vencimentos do Quadro de Pessoal do Ministério Público, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica acrescido o subitem 3.3 ao item 3 da alínea "d" do inciso IV do art. 3º da Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002, nos seguintes termos:

"Art. 3º.....

IV -

d).....

3

3.3. a Gerência de Processos Jurídicos Digitais." (NR)

Art. 2º Fica criado nos Anexos IV e XV da Lei Complementar nº 223, de 2002, o cargo de Gerente de Processos Jurídicos Digitais, de provimento em comissão, nível CMP-5, coeficiente 10,29, com lotação na Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.

Parágrafo único. As atribuições do cargo referido no caput são as definidas no Anexo Único da presente Lei Complementar.

Art. 3º O provimento do cargo criado na forma do art. 2º dependerá da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 4º O cargo de Estatístico, criado pelo art. 1º, inciso XI, da Lei Complementar nº 400, de 21 de dezembro de 2007, do Quadro de Pessoal do Ministério Público, passa a denominar-se Analista de Dados e Pesquisas, mantendo-se as mesmas atribuições constantes no Anexo XVII da Lei Complementar nº 223, de 2002.

Art. 5º Ao valor do piso salarial do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina fica acrescido, a partir de 1º de junho de 2010, reajuste no índice de cinco pontos e quarenta e nove centésimos de ponto percentuais.

Parágrafo único. Igual índice de reajuste fica acrescido aos proventos de aposentadoria dos servidores inativos e às pensões devidas a dependentes de servidores falecidos.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 027/2010

Acrescenta o item III no número 2 da Tabela II da Lei Complementar nº 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei federal nº 10.169, de 2000.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Tabela II - Atos do Oficial do Registro de Imóveis - da Lei Complementar nº 219, de 31 de dezembro de 2001, passa a vigorar acrescida do item III ao número 2, com a seguinte redação:

"TABELA II

ATOS DO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

1 -

2-.....

.....

I -

III - É gratuito o ato de averbação de encerramento de matrícula na serventia de origem quando da redivisão de área e criação de nova serventia. (NR)

..... "

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de julho de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***